

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM LINGUAGEM, IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE**

WALDINEY CORRÊA MARTINS

**A CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE:
LINGUAGEM, REFERENCIAÇÃO, SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE**

PONTA GROSSA

2016

WALDINEY CORRÊA MARTINS

**A CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE:
LINGUAGEM, REFERENCIAÇÃO, SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Linguagem, Identidade e Subjetividade. Curso de Pós Graduação em Linguagem, área de concentração em Identidade e Subjetividade, setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof^a Dr^a Clóris Porto Torquato
Coorientadora: Prof.^a Dr^a Elódia Constantino Roman

**PONTA GROSSA
2016**

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

M386 Martins, Waldiney Corrêa
A construção de uma ponte: linguagem, referenciação, subjetividade e identidade/ Waldiney Corrêa Martins. Ponta Grossa, 2016.
115f.

Dissertação (Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade - Área de Concentração: Linguagem, Identidade e Subjetividade), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profª Drª Clóris Porto Torquato.

Coorientadora: Profª Drª Elódia Constantino Roman.

1.Linguagem. 2.Referenciação. 3.Subjetividade. 4.Identidade. I.Torquato, Clóris Porto. II. Roman, Elódia Constantino. III. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade. IV. T.

CDD: 401

WALDINEY CORRÊA MARTINS

A CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE:
LINGUAGEM, REFERENCIAÇÃO, SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Linguagem, Identidade e Subjetividade. Curso de Pós Graduação em Linguagem, área de concentração em Identidade e Subjetividade, setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 20 de abril de 2016.

Prof.^a Dr.^a Elódia Constantino Roman
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.^a Dr.^a Clóris Porto Torquato
Doutora em Linguística
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.^a Dr.^a Cláudia Mendes Campos
Doutora em Linguística
Universidade Federal do Paraná

Prof.^a Dr.^a Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh
Doutora em Linguística
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Ao meu pai, que faleceu logo que se findaram os dias santos da páscoa. Em uma maca dura e fria de hospital, observava-me lendo Linguística.

À minha querida mãezinha, que muitas vezes ficou sem minha companhia. Estava eu rastreando cadeias.

AGRADECIMENTOS

Logo que entrei no curso de Letras da Universidade Estadual de Ponta Grossa, em 2009, apaixonei-me pela Linguística e por aí enveredei. Ingressei na pesquisa científica formalmente em 2011, embora não tenha ficado sem escrever desde 2009. Minha escrita era anônima e solitária, à espera de um dia poder propor o que escrevia a um professor interessado ou pelo simples fato de dar ânimo ao espírito.

O dia tão esperado chega! Lembro-me até hoje do dia em que entreguei um amontoado de folhas escritas à Prof.^a Dr.^a Elódia Constantino Roman, que me aceitou como orientando de iniciação científica.

Como um acordo com a professora orientadora, eu iria analisar Cartas Notariais do século XVIII, do município de Paranaguá, as quais haviam sido buscadas no Arquivo Público do Estado de São Paulo, por professores e pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina.

No meu trabalho de conclusão do curso de Letras, permaneci com as referidas Cartas Notariais, observando a construção e a reconstrução de objetos de discurso, bem como as formas pelas quais a subjetividade e a identidade se manifestavam. Foi o embrião da dissertação que hoje lhes apresento.

Eternamente grato à professora Elódia por ter me aceitado naquela época; por ter me mostrado as Cartas Notariais de Paranaguá; pela parceria, orientações, empréstimos e doações de livros, cafés que tomamos juntos. Agradeço por ter me incentivado a continuar minha pesquisa; por ter apostado em mim. Foi uma honra ter sido um de seus últimos orientandos.

Perdemos, no mesmo ano, alguns de nossos entes queridos e tivemos de nos separar devido à sua aposentadoria. Neste momento, agradeço à Prof.^a Dr.^a Clóris Porto Torquato por ter assumido, de braços abertos, a minha orientação. Minha professora na graduação e em disciplina do mestrado, contribuiu demasiadamente para a minha formação, com o discurso de que – metaforicamente falando – em vez de fechar arquivos que ficaram abertos em nossa mente, em algum momento de nossas vidas, devemos deixá-los abertos e ainda misturá-los. A ideia de movimento lhe agrada; de multiplicidade e hibridez. Agradeço pelas conversas que tivemos; pela forma doce e inteligente com que tentava (des)construir algum pensamento equivocados que, até então, eu tinha.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh, por ter aceitado participar da banca de qualificação e defesa deste trabalho. Minha professora em disciplina do mestrado, ouvia – na dialogia de uma aula de Texto e Discurso – um pouquinho daquilo que eu estava pesquisando. Obrigado pelas sugestões para melhorar o trabalho.

Agradeço, também, à Prof.^a Dr.^a Cláudia Mendes Campos, da Universidade Federal do Paraná, por ter aceitado participar da banca de qualificação e defesa do trabalho, mesmo sem nos conhecermos pessoalmente. Obrigado por ter aberto meus olhos para a noção de “âncora”. Espero que meu navio ancore.

Um agradecimento mais que especial a Deus que me deu ânimo e fôlego para seguir adiante, quando faleceu o capitão do navio, meu pai. Minha mãezinha, engolindo o choro, teve de assumir o leme. Agradeço aos dois (Zeneide Corrêa Martins e Osvaldo Martins) por sempre terem me incentivado a estudar. Sem eles, o navio nem teria saído do cais; e, se saísse, já teria afundado.

Meus agradecimentos à CAPES pela concessão da bolsa e aos amigos Deleon Betim, Héilton Diego Lau, Merylin Riciele dos Santos, Yara Fernanda Novatzki, Mayara Bueno e Ellen Petrech Vasconcelos, que sempre estiveram dispostos a discutir alguma questão em torno de nossas dissertações.

Enfim, agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

A rotulação:

E, chegando Jesus às partes de Cesaréia de Filipo, interrogou os seus discípulos, dizendo: “Quem dizem os homens ser o Filho do homem?” E eles disseram: “Uns João Batista; outros Elias; e outros Jeremias ou um dos profetas”. Disse-lhes ele: “E vós, quem dizeis que eu sou?” E Simão Pedro, respondendo, disse: “Tu és o Cristo, o filho do Deus vivo” (MATEUS 16, 13-16).

RESUMO

Partindo da concepção sociointeracionista de língua, de sujeito e de texto, o objetivo deste trabalho é observar as estratégias de introdução (construção) e retomada (reconstrução) de referentes textuais (objetos de discurso), em três Cartas Oficiais do século XIX, do município de Castro. Ressalto que essas três Cartas foram escritas por um mesmo sujeito e apresentam, como assunto, a construção da ponte sobre o rio Jaguaricatu. Fazendo um paralelo entre a construção física da ponte, a qual, obviamente, necessita de dois polos para ser construída, assumo que a linguagem, a referenciação, a subjetividade e a identidade também são espécies de “ponte”, uma vez que precisam do “outro” – do outro sujeito – para se firmar. Assinalo que a análise é feita mediante o rastreamento de cadeias referenciais, conforme metodologia adotada por Roncarati (2010). Dou destaque à introdução e à retomada dos referentes, desconsiderando aqueles de única menção. Ao mesmo tempo em que são identificados os referentes/objetos de discurso, mostro de que forma a subjetividade e a identidade apresentam-se por meio da referenciação, uma vez que, nesse momento, os sujeitos realizam escolhas para atender aos seus propósitos comunicativos. Estas escolhas podem se constituir como marcas estilísticas definidoras de papéis sociais, revelando as identidades dos sujeitos. Com relação à linguagem, baseio-me, principalmente, nas postulações do Círculo de Bakhtin. Para a referenciação, destaco Mondada e Dubois (2003), Koch (2008), Koch e Elias (2006, 2009), Marcuschi (2007), entre outros. No que diz respeito à subjetividade, parto dos estudos de Moita Lopes (1998) e Bakhtin (2000). Em relação à identidade, baseio-me em Hall (1999), Woodward (2000) e Bauman (1998). E, no que tange aos gêneros discursivos, destaco Bakhtin (2000) e Bazerman (2006), entre outros autores que contribuem para a pesquisa.

Palavras-chave: Linguagem. Referenciação. Subjetividade. Identidade.

ABSTRACT

Adopting an interactional conception of language, of subject and text, the aim of this study is to observe the strategies of introduction (construction) and resumption (reconstruction) of textual referents (speech objects), in three Official Letters of the nineteenth century, from the city of Castro. I emphasize that these three letters were written by the same subject and show, as theme, the construction of the Jaguaricatu River's bridge. Comparing to the physical construction of the bridge, that obviously needs two poles to be built, I consider that language, referencing, subjectivity and identity are also kinds of "bridge", as they need the "other" – another subject – to be manifested. I emphasize that the analysis is done by tracking referential sequences, according to the methodology adopted by Roncarati (2010). I highlight the introduction and resumption of referents, disregarding those which are mentioned just one time. At the same time speech objects are identified, I show how the subjectivity and identity are presented by referencing, as the subject makes choices to attend its communication purposes. These choices can be stylistic marks of social roles, revealing the identities of the subjects. With regard to language, I base on the postulations of Bakhtin's group. For referencing, I have Mondada e Dubois (2003), Koch (2008), Koch e Elias (2006, 2009), Marcuschi (2007), among others. With regard to the subjectivity, I have Moita Lopes (1998), Bakhtin (2000). Regarding to identity, I have Hall (1999), Woodward (2000) and Bauman (1998). And about discursive genres, I have relied on Bakhtin (2000) and Bazerman (2006), among other authors that contribute to the study.

Key-words: Language. Referencing. Subjectivity. Identity.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – LINGUAGEM	18
1.1 A ideologização do signo linguístico.....	18
1.2 Concepções de língua e de sujeito	22
1.3 Concepções de texto	24
1.4 O avanço da linguística textual e a noção de contexto	25
CAPÍTULO 2 – OS GÊNEROS DISCURSIVOS.....	31
2.1 Os gêneros discursivos e sua maleabilidade.....	31
CAPÍTULO 3 – REFERENCIAÇÃO.....	38
3.1 O princípio de instabilidade.....	40
3.2 O princípio de estabilidade	42
3.3 Processos de referenciação	44
3.3.1As cadeias referenciais	46
3.3.2 O encapsulamento e as nominalizações.....	48
3.4 Retomar, remeter e referir	49
3.5 A contribuição do trabalho com cadeias referenciais.....	50
CAPÍTULO 4 – SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE NOS TEXTOS.....	51
4.1 Subjetividade	51
4.2 Identidade	55
CAPÍTULO 5 – O CORPUS E A ANÁLISE.....	59
5.1 O corpus.....	59
5.2 A análise	61
5.2.1 Texto 1	63
5.2.2 Análise do texto 1	73
5.2.3 Texto 2.....	80
5.2.4 Análise do texto 2.....	84
5.2.5 Texto 3.....	87
5.2.6 Análise do texto 3.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
ANEXOS	104
Anexo 1	104
Anexo 2	110
Anexo 3	114

INTRODUÇÃO

Concordo com Roncarati (2010, p.39) em relação à afirmação de que “cada autor ou pesquisador, ao propor determinados recortes e focalizações teóricas, o faz baseado em uma visão angulada pelas suas experiências e seus pontos de vista”. Ora, pois, trabalho¹ com Referenciação² desde projetos de iniciação científica, quando analisava Cartas Notariais do século XVIII, do município de Paranaguá.

Nesse sentido, posso dizer que sempre houve de minha parte um interesse pelo texto, pela sua forma de constituição, pelas relações estabelecidas entre suas diferentes partes, que formam um todo coerente, revelador da subjetividade daquele que escreve.

Neste momento, não mais analiso Cartas Notariais do século XVIII, mas Cartas Oficiais do século XIX. Independentemente da época em que o texto foi escrito e do gênero a que pertença, “o estudo da natureza do enunciado e da diversidade dos gêneros de enunciados nas diferentes esferas da atividade humana tem importância capital para todas as áreas da linguística” (BAKHTIN, 2000, p.282), uma vez que se trata de um trabalho de pesquisa acerca de um material linguístico concreto, o qual “lida inevitavelmente acerca de enunciados concretos que se relacionam com as diferentes esferas da comunicação”.

Minha pesquisa se enquadra na Linguística Textual, doravante LT, ramo da Linguística que, obviamente, toma o texto como objeto de estudo. No entanto, é preciso considerar que várias concepções de texto fundamentaram os estudos em LT, conforme entende Koch (2015).

O que se pode verificar, segundo Koch (2015, p.12), é que, na época do surgimento da LT (final da década de 1960 e início da década de 1970), a maioria dos estudiosos estava debruçada sobre a análise transfrástica e/ou a construção de gramáticas do texto. “O objeto privilegiado de estudo era a coesão [...], muitas vezes equiparada à coerência [...], já que ambas eram vistas como qualidades ou propriedades do texto”.

¹ Ressalto que este trabalho é resultado de muitas vozes. Dessa forma, ao utilizar a primeira pessoa do singular, entendo que, na perspectiva do Círculo de Bakhtin, não existe individualidade que não seja constituída socialmente. Assim, o eu é constituído por nós.

² *Referenciação* (MONDADA e DUBOIS, 2003) não é tomada, aqui, como sinônimo de *Referência*, uma vez que se trata de uma concepção mais ampla do que a de *Referência*, considerando-se o *processo* de referenciar. Não se trata apenas de encontrar um antecedente ou subsequente no texto, mas, sim, entender o que leva um sujeito a escolher uma forma linguística dentre tantas outras, atendendo aos seus propósitos comunicativos em determinado contexto.

Koch (2015, p.12) destaca como uma das tônicas da década de 1980 a ampliação do conceito de coerência, já que esta “se constrói, em dada situação de interação, entre o texto e seus usuários, em função da atuação de uma complexa rede de fatores, de ordem linguística, cognitiva, sociocultural e interacional”. A autora considera que as pesquisas sobre coesão e coerência textuais tiveram grande desenvolvimento no Brasil e menciona, entre outros, os trabalhos de Marcuschi (1983), Koch (1987, 1989, 1992); Fávero e Koch (1983), Koch e Travaglia (1989, 1990), Fávero (1991) e Bastos (1985).

A par da coesão e da coerência, Koch (2015, p.13) lembra que outros fatores de textualidade passaram a ser objeto de pesquisas sobre o texto, tais como informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade, fazendo referência a Beaugrande e Dressler (1981).

Em relação à informatividade, Koch (2015, p.50) entende que é preciso que haja um equilíbrio entre a informação dada e a informação nova. Além disso, um texto “será tanto menos informativo quanto mais previsível (redundante) for a informação que traz”.

A situacionalidade, segundo Koch (2015, p. 49), “refere-se ao conjunto de fatores que tornam um texto relevante para uma situação comunicativa”. Para a autora, trata-se de determinar em que medida a situação comunicativa interfere na “produção/recepção do texto, determinando escolhas em termos, por exemplo, de grau de formalidade, regras de polidez, variedade linguística a ser empregada, tratamento a ser dado ao tema etc”. Além disso, lembra que, ao construir um texto, “o produtor reconstrói o mundo de acordo com suas experiências, seus objetivos, propósitos, convicções, crenças, isto é, seu modo de ver o mundo” (p.50).

A intertextualidade, por sua vez, de acordo com Koch (2015, p.51), “compreende as diversas maneiras pelas quais a produção/recepção de um dado texto depende do conhecimento de outros textos por parte dos interlocutores, ou seja, dos diversos tipos de relações que um texto mantém com outros textos”.

Já a intencionalidade, para Koch (2015, p.51), refere-se aos diversos modos “como os sujeitos usam textos para perseguir e realizar suas intenções comunicativas, mobilizando, para tanto, os recursos adequados à concretização dos objetivos visados”.

E, por fim, a aceitabilidade é a contraparte da intencionalidade, segundo Koch (2015, p.51). “Refere-se à atitude dos interlocutores de aceitarem a manifestação linguística do parceiro como um texto coeso, coerente, que tenha para eles alguma relevância”.

De forma geral, pode-se dizer que os fatores de textualidade acima descritos já estão voltados mais para o extra-verbal; para a situação comunicativa; para as intenções e concordâncias/discordâncias dos sujeitos. Assim, entram em cena porque já se aproximam de uma perspectiva um tanto interacionista, em que não apenas os elementos internos do texto são considerados.

Com o desenvolvimento de investigações na área da cognição, questões relativas ao processamento do texto e as formas de representação do conhecimento na memória, por exemplo, “passam a ocupar o centro dos interesses de diversos estudiosos do campo”, segundo Koch (2015, p.13). A autora cita os trabalhos desenvolvidos por Marcuschi e por Koch (Marcuschi e Koch, 1998; Koch e Marcuschi 1998; Marcuschi 1998, 1999; Koch 1997, 1998, 1999) e por Cavalcanti (2000, 2001), para citar apenas alguns.

Koch (2015, p.13) considera que, a partir da década de 1990, assumem importância as questões de ordem sociocognitiva, como a referência textual, “que vem sendo objeto de pesquisa de um grupo de autores franco-suíços”, entre os quais se pode citar Apothéloz e Mondada e Dubois. “O principal pressuposto dessas pesquisas é o da *referência como atividade discursiva*, como é postulado também em Marcuschi e Koch (1998); Koch e Marcuschi (1998); Marcuschi (1998); Koch (1998)”.

Neste trabalho, entendo que a referência é de ordem sociocognitivo-interacional, dando destaque mais à interação entre sujeitos, com base no Círculo de Bakhtin, do que nos elementos cognitivos. Considerando que a referência “diz respeito às operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve; e que o discurso *constrói* os “objetos” a que faz remissão (“objetos de discurso”), ao mesmo tempo em que é tributário dessa construção” (KOCH, 2015, p. 14), e, portanto, construída na interação, pode-se relacioná-la às posições do Círculo.

A relação com o Círculo permite ampliar a análise abarcando, necessariamente, aspectos das tonalidades ideológicas que constituem os textos e os posicionamentos dos sujeitos na interação.

Nesse sentido, o OBJETIVO GERAL deste trabalho é:

- Identificar as estratégias de introdução (construção) e retomada (reconstrução) de referentes textuais (objetos de discurso) em documentos oitocentistas do município de Castro, observando de que forma a subjetividade, a identidade e as tonalidades ideológicas são constituídas na (re)construção de objetos de discurso.

E os OBJETIVOS ESPECÍFICOS são:

- Rastrear a constituição de cadeias referenciais, conforme metodologia adotada por Roncarati (2010);
- Com base nas cadeias referenciais, relacionar os textos com o momento histórico em que foram escritos;
- Analisar os signos que integram a (re)construção das cadeias, observando suas tonalidades ideológicas e sua participação na (re)construção das identidades e subjetividades no processo interacional no qual estão situados.

A justificativa mais simples para o fato de eu analisar Cartas Oficiais do século XIX é observar a interação entre sujeitos por meio do texto escrito e como estes se constituem como sujeitos. Dessa forma, faço uma tentativa de junção entre a Linguística Textual e as postulações do Círculo de Bakhtin, observando as subjetividades e as identidades dos sujeitos, o que não é irrelevante, considerando-se que boa parte dos estudos em referenciação consiste em apenas se encontrar um antecedente ou subsequente no texto, sem qualquer menção aos possíveis motivos pelos quais os sujeitos realizam determinada escolha linguística para se referir a pessoas/coisas do mundo³. Nessa junção, um dos aspectos centrais, como já indicado, é o estudo das tonalidades ideológicas que configuram os textos e, além disto, constituem/são constituídas pelas construções dessas identidades e subjetividades.

Considero, pois, que, nesse momento de construção e retomada de referentes, o sujeito realiza escolhas linguísticas, considerando quem é o seu interlocutor e os contextos sócio-históricos mais imediatos e mais amplos em que ambos estão situados. Estas escolhas não são de forma alguma neutras, mas ideológicas, já que os sujeitos envolvidos na interação e, portanto, a própria interação são orientados por conjuntos de valores.

Marcuschi (2007, p.48) compreende que a língua não é autônoma. O que equivale a dizer que “sempre nos situamos em contextos e sempre estamos dizendo algo numa dada relação de estados de coisas”. Como analiso textos do século XIX, não posso deixar de considerar o contexto em que foram escritos, ou seja, tenho três Cartas

³ Observar estudo de Roncarati (2010).

Oficiais escritas por um mesmo sujeito, na cidade de Castro oitocentista, tratando da construção da ponte do rio Jaguaricatu.

Tomo uma perspectiva de linguagem entendida como interação entre sujeitos. Trata-se, na verdade, de apenas um dos “pontos de vista” em relação à linguagem. Os “pontos de vista” são de suma importância nesta pesquisa, uma vez que trabalho com a teoria da referenciação textual, a qual passou por modificações ao longo dos anos. Da noção de referência passa à noção de referenciação; da ideia de que os referentes espelham o mundo real muda-se para a ideia de que os objetos de discurso (re)constroem o “real”.

Além disso, a própria teoria sustenta que a referenciação é um processo resultante de “pontos de vista”, isto é, em interação com outros sujeitos, o sujeito cria mundos, baseando-se em suas crenças, atitudes e propósitos comunicativos (KOCH e ELIAS, 2009). E, em se tratando de interação, não posso deixar de mencionar o Círculo de Bakhtin, fonte de inúmeros trabalhos que tratam das perspectivas ideológicas dos sujeitos em processos interacionais.

Dessa forma, tomando alguns estudos que têm como base o Círculo de Bakhtin, referencio, primeiramente, Barros (1997, p.28). Esta entende que “as ciências humanas voltam-se para o *homem*, mas é o homem como produtor de textos que se apresenta aí”. Com isso, a autora faz uma diferenciação entre ciências humanas *versus* ciências exatas e biológicas, que, a seu turno, também estudam o homem.

Nas ciências exatas e biológicas, diz Barros (1997, p.28), o homem é examinado “fora do texto”. Por sua vez, nas ciências humanas, “o homem não só é conhecido através dos textos, como se constrói enquanto objeto de estudos nos ou por meio dos textos”.

Meu interesse, portanto, é estudar o homem “dentro do texto”; é analisar as subjetividades⁴ que emergem na intersubjetividade, por meio das construções e retomadas de objetos de discurso. Observo a subjetividade do sujeito produtor dos textos, bem como as identidades⁵ que emergem na relação/interação dos atores sociais.

⁴ Da mesma forma que entende Moita Lopes (1998, p.304), “uma noção básica que subjaz a este trabalho é a compreensão de que o que é típico do discurso é a sua natureza social: uma visão do discurso como uma forma de co-participação social”. Nesse sentido, quando falo em analisar “subjetividade”, estou tratando de “analisar como os participantes envolvidos na construção do significado estão agindo no mundo através da linguagem e estão, deste modo, construindo a sua realidade social e a si mesmos” (MOITA LOPES, 1998, p.305).

⁵ Com base em diferentes autores, como Ruthford (1990), Mercer (1990) e Crawford (1995), Moita Lopes (1998, p.309) entende que as pessoas têm identidades múltiplas na sociedade. Partindo disso,

Barros (1997, p.31) destaca que “a intersubjetividade é anterior à subjetividade, pois a relação entre os interlocutores não apenas funda a linguagem e dá sentido ao texto, como também constrói os próprios sujeitos produtores do texto”. É na relação com o outro que constitui a mim mesmo. Dessa forma, com base nesse processo de interação entre sujeitos sociais, no *primeiro capítulo* deste trabalho trato da *linguagem*.

Machado (1997) também faz algumas considerações a respeito dos estudos do Círculo de Bakhtin. Ressalta que tudo o que se diz é determinado pelo lugar de onde se diz, já que existem muitos pontos de visão. E isso me permite fazer aproximações entre os autores do Círculo e a teoria da referenciação.

Amparado em Wertsch (1991), Moita Lopes (1998, p.305) entende que “a unidade básica de análise é a interação, já que é através da interação que as pessoas constroem os significados com os quais vivem”. Entendo, pois, que essa concepção de linguagem como interação entre sujeitos sociais se assemelha à abordagem de Voloshinov (1997), em que o “eu” e o “outro”, num processo interativo, criam signos que são não apenas linguísticos, mas ideológicos. Moita Lopes (1998, p.306) destaca, portanto, que é “a presença do outro com o qual estamos engajados no discurso [...] que [...] molda o que dizemos, e como nos percebemos à luz do que o outro significa para nós”.

Tomando essa perspectiva de linguagem, arena de disputa de sujeitos que se constituem mutuamente, proponho, neste trabalho, analisar textos do século XIX. Para isso, no *segundo capítulo*, trato de *gêneros discursivos*, com base em Bakhtin (2000) e Bazerman (2006).

Em se tratando de construção do “eu” e do “outro” por meio de textos, bem como da construção do mundo por meio da linguagem, cabe, aqui, como já mencionei, a teoria da *referenciação*, da qual trato no *terceiro capítulo*. Koch e Elias (2009) citam Blikstein com o intuito de ampliar o conceito de referenciação. Segundo Blikstein (1995, p.46), “a *realidade* se transforma em *referente*, por meio da percepção/cognição (conforme Greimas) ou da interpretação humana (segundo Coseriu)”, sendo na “*prática*

quando falo em observar “identidades”, estou tomando uma concepção de identidade em que “as mesmas pessoas são inscritas em práticas discursivas diferentes através de papéis de identidades sociais diferentes e contraditórios”. Para Moita Lopes (1998, p.309), “as identidades sociais de classe social, gênero, orientação sexual, raça, idade, profissão etc. são simultaneamente exercidas pelas mesmas pessoas nas mesmas ou em práticas discursivas diferentes”. Dessa forma, o autor reitera que “uma pessoa pobre não é só pobre, mas também é uma mulher ou um homem, heterossexual ou gay/lésbica [...], falante de uma variante hegemônica ou não, professor ou aluno etc.”. É essa a posição que assumo.

social ou *práxis* que residiria o mecanismo gerador do sistema perceptual que, a seu turno, vai “fabricar” o referente” (p.53).

Uma vez que o conceito de “percepção” tratado por Blikstein pode remeter a um aspecto mais biológico dos sujeitos, opto pelo termo “ponto de vista”, entendendo-o como resultado do processo de interação entre sujeitos. Conforme já foi mencionado, há estudiosos da LT que focam suas atenções nos elementos cognitivos, e a referenciação é tomada como atividade sociocognitiva. Reitero que assumo a posição de uma LT de caráter sociocognitivo-interacional, reconhecendo a atuação de aspectos cognitivos, mas dando mais destaque à interação entre sujeitos, com base no Círculo de Bakhtin.

Para Blikstein (1995), constroem-se referentes na prática social. Neste aspecto, o pensamento do autor pode se aproximar das postulações aqui propostas, uma vez que os referentes são (re)construídos no processo de interação entre sujeitos, na intersubjetividade. Observo a subjetividade do sujeito produtor do texto, por meio da tomada de posição que ele exerce – escolhendo uma forma linguística, dentre tantas possíveis, para retomar determinado referente – bem como a(s) identidade(s) assumida(s) (HALL, 1999).

Considerando-se que os sujeitos vão construir e reconstruir os referentes (objetos de discurso) sob um determinado ponto de vista, a construção de referentes é tida, portanto, como *instável*. Por sua vez, Blikstein (1995, p.61) destaca que há ‘óculos sociais’, os quais “constituem, em última análise, os *estereótipos* [...]. Com os *estereótipos* [...] é que ‘vemos’ a realidade e fabricamos o referente”. “Fabricado pelos *estereótipos*, o *referente* se interpõe entre nós e a ‘realidade’, *fingindo* ser o ‘real’” (p.62). Nesse aspecto, posso dizer que os estereótipos, de certa forma, *estabilizam* esse processo de construção de referentes, firmando um objeto sob um determinado prisma.

Como já disse, mais à frente há um capítulo especialmente dedicado à referenciação textual. Por ora, resta saber que os referentes/objetos de discurso são construídos nesse processo de interação de que fala o Círculo de Bakhtin. Cabe ressaltar, porém, que os sujeitos não interagem no vazio.

Assumo que tanto o locutor como o interlocutor são constituídos a partir de outros discursos. Há discursos que antecedem e sucedem esse processo de interação. Portanto, a interação com o outro se dá nessa complexa teia; como uma ponte construída por diferentes materiais (cimento, pedra, areia, ferro, madeira etc.), cada qual com o seu processo de produção. Mesmo os materiais mais “naturais” ganham seu sentido sócio-histórico-culturalmente. Dessa forma, os próprios sujeitos têm um papel

de suma importância na construção desta ponte, já que são sociodiscursivamente construídos. Não são de forma alguma estáticos; pelo contrário, estão em constante movimento.

Faraco (2009, p.22), estudioso do Círculo de Bakhtin, destaca, como eixos constantes e nucleares do pensamento bakhtiniano e de seus pares, “a unicidade do ser e do evento (e a consequente necessidade de não separar o mundo da teoria do mundo da vida), a relação eu/outro e a dimensão axiológica”. Posso dizer que essas “coordenadas” também servem para a referenciação⁶, uma vez que “a palavra viva não conhece [...] um objeto [...] como algo totalmente dado. O mero fato de eu falar sobre ele significa que assumo certa atitude frente a ele, uma atitude não indiferente”. A referenciação é um processo que ocorre entre sujeitos; também tem uma dimensão axiológica e é um evento único quando se entende que a referenciação é instável. Portanto, conforme compreende Faraco (2009, p.21), “o *eu* e o *outro* são, cada um, um universo de valores. O mesmo mundo, quando correlacionado comigo ou com o outro, recebe valores diferentes, é determinado por diferentes quadros axiológicos”.

Nas palavras de Bakhtin, citado por Faraco (2009, p.32-33),

eis porque a palavra não apenas designa um objeto como uma entidade pronta, mas também expressa por sua entonação minha atitude valorativa em relação ao objeto, em relação àquilo que é desejável ou indesejável nele, e, desse modo, movimenta-o em direção do que ainda está por ser determinado nele, transforma-o num momento constituinte do evento vivo, em processo.

Ao mesmo tempo em que são identificados os referentes/objetos de discurso, mostro de que forma a subjetividade e a identidade apresentam-se por meio da referenciação. Parto do pressuposto de que as escolhas linguísticas operadas pelos sujeitos em interação com outros sujeitos, na (re) construção de objetos de discurso, podem se constituir como marcas estilísticas definidoras de papéis sociais, revelando as identidades dos sujeitos. No *quarto capítulo*, portanto, trato de *subjetividade* – partindo dos estudos de Moita Lopes (1998) e Bakhtin (2000) – e de *identidade*, baseando-me em Moita Lopes (1998), Hall (1999), Woodward (2000) e Bauman (1998).

No *quinto capítulo*, faço a *análise do corpus*. Reitero que minha investigação é feita mediante o levantamento e a análise de *corpus* escrito, composto, especificamente,

⁶ Como destaca Brait e Campos (2009, p.25), as obras do Círculo de Bakhtin vêm sendo “interpretadas, revelando que podem funcionar como surpreendentes bandeiras para diferentes contextos de recepção, como o do antiestruturalismo, do antipositivismo, do *cultural studies*, das várias vertentes da Análise do Discurso”.

por três (3) Cartas Oficiais do século XIX, do município de Castro, cidade em que fui criado. Daí surge o interesse em (re)construir um pouquinho da memória do lugar.

Partindo das postulações de Koch (2002, 2005, 2008, 2015), Mondada e Dubois (2003), Conte (2003), Koch e Elias (2006, 2009), Marcuschi (2007), entre outros, identifico as estratégias de introdução (construção) e retomada (reconstrução) de referentes textuais (objetos de discurso), nos três (3) documentos oficiais que já mencionei, rastreando a constituição de cadeias referenciais, conforme metodologia adotada por Roncarati (2010). No mesmo processo – embora metodologicamente separados – analiso cada documento, observando aspectos relacionados à subjetividade e às identidades dos sujeitos.

Finalmente, teço algumas considerações a título de rever os objetivos propostos e os resultados de minha pesquisa.

CAPÍTULO I

LINGUAGEM

A linguagem é, antes, uma “multiplicadora de mundos”, ou ainda, “mescladora de mundos” (MELO, 1997, p.191).

1.1 A ideologização do signo linguístico

De acordo com Voloshinov⁷ (1997, p.31), “um produto ideológico faz parte da realidade (natural ou social) como todo corpo físico [...], mas [...] também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior”. Para o autor, “tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo”. Meu intuito, portanto, é observar, no texto, o que está além do linguístico, isto é, o ideológico; aquilo que emerge da relação entre sujeitos, autoridades municipais do século XIX.

Em se tratando de refração de realidade, Voloshinov (1997, p.32) entende que um signo pode distorcer a realidade, “ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico etc”. Nesse sentido, ressalta que “todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é, se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom etc.)”.

O foco deste trabalho é observar como o sujeito produtor das Cartas Oficiais analisadas apreende a realidade de um ponto de vista específico, considerando que ele parte de seus propósitos interacionais no momento de escrita. Vejamos, brevemente, quais são os conteúdos (temas) das Cartas que analiso, bem como quem é o autor desses documentos, a quem ele se dirige e com qual finalidade.

O texto de número 1 (Carta Oficial de número 02 na publicação original / Anexo 1) é uma “resposta ao pedido de melhoria da estrada e construção de ponte”. Trata-se da ponte do rio Jaguaricatu, e a Carta Oficial é de autoria de José Carneiro Lobo, no ano de

⁷ Faraco (2009, p.12) entende que o debate em relação à autoria dos textos contestados do Círculo de Bakhtin acabou por dividir a recepção desses textos em três direções:

- a) a primeira é daqueles que respeitam as autorias das edições originais e, por consequência, só reconhecem como da autoria do próprio Bakhtin os textos publicados sob seu nome ou encontrados em seus arquivos;
- b) a segunda direção é daqueles que atribuem a Bakhtin todos os textos ditos disputados;
- c) há, por fim, uma solução de compromisso que inclui os dois nomes na autoria. Assim, *Freudismo e Marxismo e filosofia da linguagem* são atribuídos a Bakhtin/Voloshinov; e *O método formal nos estudos literários*, a Bakhtin/Medvedev.

Da mesma forma que Faraco (2009, p.12), adoto a primeira direção, haja vista que “atribuir a cada um dos autores os textos publicados sob seus respectivos nomes é uma forma adequada de respeitar sua memória – o que não é irrelevante, considerando o lado trágico de suas existências”. Além disso, adoto aqui também “a denominação que se tornou corrente para identificar o conjunto da obra: o Círculo de Bakhtin” (p.13).

1829. É dirigida aos membros da Câmara Municipal de Castro (vereadores) e ao presidente desta.

O texto de número 2 (Carta Oficial de número 05 na publicação original / Anexo 2) é uma “resposta ao pedido de construção da ponte do rio Jaguaricatu e declaração dos nomes dos carpinteiros ajustados”. Também de autoria de José Carneiro Lobo, é dirigida aos membros da Câmara Municipal de Castro e ao presidente desta, no ano de 1830.

O texto de número 3 (Carta Oficial de número 07 na publicação original / Anexo 3) trata de um “recrutamento de mais carpinteiros para a feitura da ponte do rio Jaguaricatu”. Texto datado de 1830, José Carneiro Lobo também é o autor e se dirige aos membros da Câmara Municipal de Castro (presidente e vereadores).

Em se tratando dessas três Cartas Oficiais de José Carneiro Lobo, posso dizer, mais especificamente, que ele lançou mão de vários recursos argumentativos para dizer que a construção da ponte do rio Jaguaricatu andava muito complicada. Dessa forma, observo a situação de um “ponto de vista” específico, que é o do produtor do texto.

Tomando como base as postulações de Voloshinov (1997) acerca da ideologização do signo, compreendo que os documentos oitocentistas que analiso comportam ideologias. Meu intuito, portanto, é observar a(s) referenciação/subjetividades/identidades/ideologias nos signos, uma vez que, para Voloshinov (1997, p.41), “a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos [...]. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”.

José Carneiro Lobo, autor dos documentos que analiso, expõe e defende determinado ponto de vista a respeito da construção da ponte do rio Jaguaricatu. Dessa forma, as Cartas Oficiais mostram o ponto de vista do locutor, autoridade da cidade de Castro no século XIX, com base em seus posicionamentos ideológicos.

No que diz respeito à criação do signo, Voloshinov (1997, p.45) considera que “o signo se cria entre indivíduos, no meio social; é, portanto, indispensável que o objeto adquira uma significação interindividual; somente então é que ele poderá ocasionar a formação de um signo”.

Neste trabalho, portanto, não trato do subjetivismo idealista, o qual “se interessa pelo ato da fala, de criação individual, como fundamento da língua” (VOLOSHINOV, 1997, p.72). Nem do objetivismo abstrato, no qual “o centro organizador de todos os fatos da língua [...] situa-se no *sistema linguístico*, a saber o *sistema das formas*

fonéticas, gramaticais e lexicais da língua” (VOLOSHINOV, 1997, p.77). Adoto a perspectiva segundo a qual a palavra dirige-se a um interlocutor e “variara se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido etc.)” (VOLOSHINOV, 1997, p.112). Com isso, no entanto, não quero criticar as duas tendências (subjativismo idealista e objetivismo abstrato), uma vez que “em nenhum momento Bakhtin [Voloshinov] despreza a contribuição desse conjunto de estudos” (BRAIT, 1997, p.99).

Conforme pondera Brait (1997, p.99), o que se observa é que, ao assinalar determinados aspectos marcantes dessas duas vertentes, “Bakhtin [Voloshinov] tem em mira uma terceira via de enfrentamento das questões da linguagem, que não se restringiria à formalização abstrata e nem às especificidades dos talentos individuais”.

Voloshinov (1997, p.113) ressalta que a palavra constitui justamente “*o produto da interação do locutor e do ouvinte [...]. Através da palavra, defino-me em relação ao outro [...]*”:

A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (grifos nossos) (VOLOSHINOV, 1997, p.113).

Sob esse aspecto, isto é, tomando-se o processo de interação entre interlocutores como uma espécie de “ponte”, é que justifico o título do meu trabalho. A linguagem é uma espécie de ponte, já que, como foi visto em Voloshinov (1997), o signo linguístico é constituído entre indivíduos. Mais adiante, explico por que a referenciação, a subjetividade e a identidade também são tomadas, aqui, como “pontes”.

Ressalto que, embora a metáfora da ponte seja entendida entre duas pessoas, trata-se de uma ponte constituída por diferentes materiais (cada qual com seu processo de produção), já que os sujeitos não interagem no vazio. Conforme já mencionei, tanto o locutor como o interlocutor são constituídos a partir de outros discursos.

Giovani e Souza (2014, p.62) entendem que “a imagem da ponte corporifica a relação de alteridade. A ponte pode produzir a imagem da divisão, fronteira, mas esta leitura não é permitida no texto de Bakhtin [Voloshinov], já que ele teoriza sobre dialogismo⁸”. Dessa forma, os autores postulam que “a ponte não é linha divisória entre

⁸ Giovani e Souza (2014, p.60) não se detêm a definir o conceito de “dialogismo”, “já que tal empreitada seria perigosa no sentido de ser pouco provável uma completa exposição”. Assim também o faço.

os sujeitos, ela pode ser entendida como fronteira, que pode ser de contato ou de atrito”. Ademais, é de diferentes materiais porque todo enunciado recupera enunciados outros que lhe são antecedentes e busca antecipar-se às respostas de enunciados que lhe sejam subsequentes. Ainda, os enunciados são construídos por signos que refletem e refratam conjuntos de valores que podem ser contraditórios entre si, fazendo do signo uma arena de luta social.

Nessa “ponte-linguagem”, “a situação dá forma à enunciação, impondo-lhe esta ressonância em vez daquela, [...] a exigência ou a solicitação, a afirmação de direitos ou a prece pedindo graça, um estilo rebuscado ou simples, a segurança ou a timidez etc” (VOLOSHINOV, 1997, p.114). Portanto, o autor compreende que a “elaboração estilística da enunciação é de natureza *sociológica*” (p.122):

a significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da *interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro*. É como uma faísca elétrica que só se produz quando há contato dos dois polos opostos (VOLOSHINOV 1997, p.132).

Defendo, portanto, com base em Voloshinov (1997), o processo de interação entre sujeitos sociais, no que diz respeito à linguagem. A linguagem, para Marcuschi (2007, p.68), “mais que um *retrato*, é um *trato* da realidade. Mais que um *portador* de sentido, a língua seria um *guia* de sentidos [...]”. É na interação social que *emergem* as significações”. Neste caso, emergem nos textos denominados Cartas Oficiais que compõem o *corpus* deste trabalho.

Como o leitor pôde observar, utilizo os termos língua e linguagem indiscriminadamente. Isso porque não entendo a “língua” apenas como um “sistema de signos vocais utilizado como meio de comunicação entre os membros de um grupo social ou de uma comunidade linguística” (CUNHA; COSTA; MARTELOTA, 2008, p.16). Além disso, parece-me bastante limitada uma visão de “linguagem” como a “capacidade que apenas os seres humanos possuem de se comunicar por meio de línguas” (CUNHA; COSTA; MARTELOTA, 2008, p.16), uma vez que a “comunicação” é apenas uma das características da linguagem. Outros fatores estão em jogo, como hierarquia, poder, negociação intersubjetiva, marcação de identidades etc. Segundo Gnerre (2008, p.05), “a linguagem não é usada somente para veicular informações”, mas também para mostrar ao ouvinte “a posição que o falante ocupa de fato ou acha que ocupa na sociedade em que vive”.

Até aqui, tratei da concepção de língua para Voloshinov (1997). Na sequência, trago as concepções de língua e de sujeito adotadas por Koch (2002), com o intuito de fazer algumas aproximações entre a autora e Voloshinov, bem como entre este e outros autores da Linguística Textual.

1.2 Concepções de língua e de sujeito

Segundo Koch (2002, p.14), “a concepção de *sujeito* da linguagem varia de acordo com a concepção de língua que se adote”. A autora discorre, então, acerca de três posições clássicas com relação ao sujeito. Ressalto, porém, que o primeiro a sistematizar essas concepções, no Brasil, foi João Wanderley Geraldi.

Para Koch (2002, p.14), “à concepção de língua como *representação do pensamento* corresponde a de *sujeito psicológico*, individual, dono de sua vontade e de suas ações”. Nesse sentido, observo uma semelhança entre esse *sujeito psicológico*, proposto por Koch, e o *subjetivismo idealista*, acerca do qual Voloshinov (1997) discorre. Trata-se, segundo Koch (2002, p.14), “de um sujeito visto como um *ego* que constrói uma representação mental e deseja que esta seja “captada” pelo interlocutor da maneira como foi mentalizada”.

Por sua vez, à concepção de língua como *estrutura* “corresponde a de sujeito determinado, *assujeitado* pelo sistema, caracterizado por uma espécie de não-consciência” (KOCH, 2002, p.14). Aqui, vejo uma semelhança entre esse sujeito assujeitado pelo sistema e o objetivismo abstrato, proposto por Voloshinov (1997), em que o centro organizador dos fatos da língua é puramente o sistema.

Para Koch (2002, p.14), o sujeito “não se acha isolado em seu mundo, mas é, sim, um sujeito essencialmente histórico e social na medida em que se constrói em sociedade e com isto adquire a habilidade de interagir”. Daí decorre, portanto, “a noção de um sujeito social, interativo, mas que detém o domínio de suas ações”.

O sujeito, para Bakhtin (2000, p.290), é um sujeito que interage socialmente. Nesse processo de interação, “o ouvinte que recebe e compreende a significação (linguística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude *responsiva ativa*”. Nesta concepção, não se trata de um sujeito passivo, que “capta” as informações emitidas por um emissor. Trata-se de um sujeito que “concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc.”. Para o autor, “toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor”.

Com base em Bakhtin (2000, p.300), em qualquer enunciado, “compreendemos, sentimos o *intuito discursivo* ou o *querer-dizer* do locutor que determina o todo do enunciado: sua amplitude, suas fronteiras”. Neste aspecto, posso dizer que esse “intuito discursivo” ou “querer-dizer” do locutor poderá ser observado na construção e reconstrução de objetos de discurso que analiso no *corpus* deste trabalho.

Nessa perspectiva de sujeito social – aproximando o sujeito social e cognitivo da Linguística Textual, conforme aponta Koch, ao sujeito social, histórico e constituído na alteridade, conforme a perspectiva do Círculo de Bakhtin –, portanto, compreendo que a *língua*

é uma atividade social, histórica e cognitiva em que o aspecto formal se integra ao funcional; não é um simples código, mas um sistema heterogêneo para o qual convergem práticas culturais e cognitivas, e que obedece a convenções de normas e de usos socialmente instituídos; constitui um instrumento simbólico para dizer o mundo e agir sobre ele (RONCARATI, 2010, p.48).

Da mesma forma que Roncarati (2010), Marcuschi (2008, p.64) considera que “a língua não é um simples código autônomo, estruturado como um sistema abstrato e homogêneo, preexistente e exterior ao falante”.

Aqui, tratei basicamente das concepções de língua e de sujeito com base em Koch (2002), fazendo aproximações entre esta e o que propõe Voloshinov (1997) e Bakhtin (2000). Nesse sentido, baseio-me, de forma geral, no Círculo de Bakhtin.

Conforme entende Faraco (2009, p.120), o Círculo de Bakhtin “parte da asserção de que a realidade fundamental da linguagem é o fenômeno social da interação verbal”. Ressalto, portanto, que, neste trabalho, com base em Voloshinov (1997) e Bakhtin (2000), considero o aspecto social no que diz respeito à língua e ao sujeito. Além disso, baseio-me em Koch (2002), Marcuschi (2008) e Roncarati (2010), os quais também consideram esse aspecto sociointeracional.

A realidade linguística, para o sujeito do Círculo de Bakhtin, se apresenta “como um mundo de vozes sociais em múltiplas relações dialógicas – relações de aceitação e recusa, de convergência e divergência, de harmonia e de conflitos, de intersecções e hibridizações” (FARACO, 2009, p.84). Dessa forma, posso dizer que o sujeito retoma enunciados anteriores, pois não age no vazio, mas no social; e o discurso é considerado “uma ‘construção híbrida’, (in)acabada por vozes em concorrência e sentidos em conflito (DAHLET, 1997, p.60).

O foco de atenção do Círculo “são as relações dialógicas, entendidas como relações de sentido que decorrem da responsividade (da tomada de posição axiológica) inerente a todo e qualquer enunciado” (FARACO, 2009, p.121), conforme já destaquei ao tratar da noção de sujeito em Bakhtin (2000). Vejamos, agora, a concepção de texto por mim adotada, a qual depende das concepções que se tenha de língua e de sujeito (KOCH, 2002).

1.3 Concepções de texto

Segundo Koch (2002, p.16), “na concepção de língua como representação do pensamento e de sujeito como senhor absoluto de suas ações e de seu dizer, o texto é visto como um produto – lógico – do pensamento (representação mental) do autor”.

Já, na concepção de língua como código e de sujeito como (pre)determinado pelo sistema, “o texto é visto como simples produto da codificação de um emissor a ser decodificado pelo leitor/ouvinte, bastando a este, para tanto, o conhecimento do código, já que o texto, uma vez codificado, é totalmente explícito” (KOCH, 2002, p.16).

E, por fim, na concepção interacional da língua, na qual os sujeitos “são vistos como atores/construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio *lugar* da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que, dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos” (KOCH, 2008, p.19).

Tais considerações são de suma importância, uma vez que, de acordo com Koch e Elias (2009, p.32), “subjaz uma concepção de linguagem, de texto e de sujeito escritor ao modo pelo qual entendemos, praticamos e ensinamos a escrita, ainda que não tenhamos consciência disso”. A escrita, portanto, neste trabalho, conforme Koch e Elias (2009, p.34), “não é compreendida em relação apenas à apropriação das regras da língua, nem tampouco ao pensamento e intenções do escritor, mas, sim, em relação à interação escritor-leitor”.

Em outras palavras, Koch e Elias (2009, p.36) destacam que “a escrita é um trabalho no qual o sujeito tem algo a dizer e o faz sempre em relação a um outro (o seu interlocutor) com um certo propósito”. Neste aspecto, posso fazer aproximações entre as autoras e Bakhtin (2000), quando este entende que cada sujeito se dirige a um interlocutor e que cada ouvinte adota para com um falante uma atitude responsiva-ativa.

Em se tratando de concepções de texto, Koch (2015, p. 11) destaca que o desenvolvimento da Linguística Textual “vem girando em torno das diferentes concepções de texto que ela tem abrigado durante seu percurso”. Dessa forma, destaco,

na sequência, alguns estágios pelos quais vêm passando a Linguística Textual, com base em Koch (2002, 2015), já que isso altera a forma pela qual faço a minha análise. Considero que, de uma disciplina de “inclinação primeiramente gramatical, [...] ela transformou-se em disciplina com forte tendência sociocognitivista⁹” (KOCH, 2002, p.153).

Para este trabalho, assumo a posição de uma Linguística Textual de caráter “sociocognitivo-interacional”, em que o texto é tomado como processo, como “atividade sociocognitivo-interacional de construção de sentidos” (KOCH, 2008, p.12), sem separar aspectos cognitivos e interacionais, uma vez que eles são mutuamente constitutivos. Com base nesse aspecto interacional, faço aproximações entre os trabalhos de Koch, na Linguística Textual, e o Círculo de Bakhtin.

1.4 O avanço da Linguística Textual e a noção de “contexto”

Segundo Koch (2015, p. 11), “não deixa de ser um truísmo afirmar que a Linguística Textual, doravante LT, é o ramo da Linguística que toma o texto como objeto de estudo”. No entanto, há diferentes concepções de texto.

Na sua fase inicial (final da década de 1960 até meados da década de 1970), Koch (2015, p.19) entende que “a LT teve por preocupação básica, primeiramente, o estudo dos mecanismos interfrásticos que são parte do sistema gramatical da língua, cujo uso garantiria a duas ou mais sequências o estatuto de texto”.

Koch (2015) considera, também, que, nessa época, a maioria dos estudiosos estava debruçada sobre a análise transfrástica, extensão dos estudos frasais, “na qual não se fazia, ainda, distinção nítida entre fenômenos ligados uns à coesão¹⁰, outros à coerência¹¹ do texto” (KOCH, 1990, p.11). Cita a correferência e a pronominalização, entre outros, como assuntos a serem discutidos.

⁹ Embora Koch retome aspectos da perspectiva interacionista que pode ser aproximada do Círculo de Bakhtin, a autora mobiliza perspectivas que são distintas das do Círculo. Por exemplo, no Círculo, não há tanta preocupação com os aspectos cognitivos.

¹⁰ Coesão: “forma como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se interligam, se interconectam, por meio de recursos também linguísticos, de modo a formar um ‘tecido’ (tessitura)” (KOCH, 2015, p.45).

¹¹ Coerência: referenciando Beaugrande e Dressler, Koch (2015, p.49) considera, grosso modo, que a coerência “diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual entram numa configuração veiculadora de sentidos”. A coerência “não se encontra *no* texto, mas constrói-se a partir dele, numa situação interativa” (p.54).

Ainda nessa primeira fase da LT, Koch (2015) lembra que surgiu a preocupação de construir gramáticas textuais, com o intuito de se verificar, por exemplo, o que faz com que um texto seja um texto e diferenciar as várias espécies de textos.

Dentro dos estudos transfrásticos, também houve uma perspectiva semântica (KOCH, 2015). Pode-se destacar Dressler (1972) como um de seus representantes, tratando das relações semânticas entre enunciados do texto. Todavia, a autora destaca que a coerência de que se fala é apenas a coerência sintático-semântica.

Segundo Koch (2015, p.27), não tardou para que os linguistas de texto sentissem a necessidade de ir além da abordagem sintático-semântica. Surge a perspectiva pragmática, que não pesquisa “a língua como um sistema autônomo, mas, sim, o seu funcionamento nos processos comunicativos em uma sociedade concreta”. Aqui, o foco está nas intenções comunicativas do falante; considera-se que usar uma língua significa realizar ações.

Posteriormente, na década de 80, com o entendimento de que “todo fazer (ação) é necessariamente acompanhado de processos de ordem cognitiva”, surge a perspectiva cognitivista, segundo Koch (2015, p.34). Dessa forma, a autora destaca que o texto é tomado como resultado de processos mentais, e “os parceiros da comunicação verbal possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades da vida social”: conhecimento linguístico (gramatical e lexical), enciclopédico (conhecimento de mundo), referente a modelos textuais globais (determinado gênero ou tipo), sociointeracional (ilocucional: permite reconhecer os objetivos do falante; comunicacional: quantidade de informação necessária, seleção da variante adequada; metacomunicativo: correções, repetições etc).

Com o intuito de não mais se separar elementos internos e externos, uma vez que “existem muitos processos cognitivos que acontecem na sociedade e não exclusivamente no indivíduo” (KOCH, 2015, p.41), surge a perspectiva *sociocognitivo-interacional*.

Nessa perspectiva, “as ações verbais são ações conjuntas, já que usar a linguagem é sempre engajar-se em alguma ação em que ela é o próprio lugar onde a ação acontece” (KOCH, 2015, p.43), e amplia-se a noção de contexto:

Se, inicialmente, quando das análises transfrásticas, o contexto era visto como co-texto [...], tendo, quando da introdução da pragmática, passado a abranger primeiramente a situação comunicativa e, posteriormente, o entorno sócio-histórico-cultural, representado na memória por meio de modelos

cognitivos, ele passa a constituir agora a própria interação e seus sujeitos: o contexto constrói-se, em grande parte, na própria interação (p.43).

O leitor pode ver, portanto, que a noção de contexto é revista, com o avanço dos estudos do texto. De um sentido mais restrito, o contexto passa a ser visto como algo bem mais amplo, já que, nessa concepção interacional da língua, os sujeitos são vistos como atores sociais, segundo Koch (2015). O texto é o lugar da interação; os interlocutores se constroem no texto e, pelo texto, são construídos.

Portanto, neste trabalho, entendo que a LT é “uma ciência integrativa de várias outras ciências (Retórica, Estilística, Teoria dos Gêneros, Teoria da Argumentação etc.), vindo a se constituir uma ‘Ciência ou Teoria da Linguagem’ (Van Dijk, 1978)” (KOCH, 2015, p.11). Isso porque meu intuito é justamente fazer aproximações no sentido de mostrar que essa última postura assumida pela Linguística Textual dialoga com a perspectiva do Círculo de Bakhtin. Embora a perspectiva da LT englobe o “cognitivo”, diferentemente da concepção do Círculo, que considera o “interacional”, entendo que o termo “sociocognitivo-interacional” permite aproximações.

O ponto central de ligação entre a LT e o Círculo de Bakhtin é a interação. Segundo Voloshinov (1997, p.123),

a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

Com base nas palavras do autor, entendo que, para o Círculo de Bakhtin, portanto, a linguagem constitui-se com e na interação, diferente da linguística saussureana ou da estilística tradicional, uma vez que, “a língua vive e evolui historicamente na *comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes*” (VOLOSHINOV, 1997, p.124). Da mesma forma, como já visto anteriormente (em 1.3), Koch (2008, p.19) entende que, na concepção interacional da língua, os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, e o texto é considerado o próprio *lugar* da interação.

Nesse sentido, analiso os textos denominados Cartas Oficiais, observando a interação entre os interlocutores no texto. Referenciação, que é objeto de estudo da LT, também é constituída na interação, uma vez que os sujeitos constroem e reconstroem referentes a partir de determinado ponto de vista, fruto da prática social.

Conforme destaca Koch (2015, p. 13), a partir da década de 90, “assumem importância particular as questões de ordem sociocognitiva”, que abarcam temas como referência e o estudo dos gêneros textuais. A referência, como já mencionei, passa a ser considerada como sendo de ordem sociocognitivo-interacional. E o estudo dos gêneros textuais, segundo a autora, agora é conduzido sob outras luzes – “isto é, a partir da perspectiva bakhtiniana”.

Em se tratando da perspectiva bakhtiniana, pode-se entender que não apenas os elementos internos ao texto são considerados, mas também os externos. No entanto, se nas reflexões teórico-metodológicas do campo da LT o diálogo com a perspectiva do Círculo fez com que a LT focalizasse o externo, no que se refere à transposição da LT para o ensino o foco permanece no interior do texto, conforme se pode entender pelo estudo de Rojo (2005), que aborda o enfoque dos gêneros textuais especialmente no ensino.

Rojo (2005, p.185) faz uma diferenciação entre teoria de gêneros discursivos e teoria de gêneros textuais. Baseio-me no estudo desta autora para retomar essa diferenciação neste trabalho. A autora entende que a primeira teoria centra-se, sobretudo, “no estudo das situações de produção dos enunciados ou textos e em seus aspectos sócio-históricos e a segunda [...], na descrição da materialidade textual”.

De acordo com um levantamento realizado por Rojo (2005, p.186), os trabalhos que adotavam uma teoria de gêneros de texto “tendiam a recorrer a um plano descritivo intermediário – equivalente à estrutura ou forma composicional [...]”. A outra vertente, por sua vez, a dos gêneros discursivos, “tendia a selecionar os aspectos da materialidade linguística determinados pelos parâmetros da situação de enunciação”; a ressaltar as “marcas linguísticas” “que decorriam de/produziam significações e temas relevantes no discurso”.

Em relação à teoria dos gêneros discursivos, Rojo (2005) destaca que os autores de referência eram, em geral, o próprio Bakhtin e seu Círculo, além de comentadores como Faraco e Brait. Dessa forma, posso dizer que me baseio em Bakhtin quando este trata de gêneros discursivos e leva em conta não apenas elementos internos ao texto, mas, sobretudo, elementos externos, como o projeto discursivo do falante, o tipo de relação do falante com o outro e o tipo de relação do falante com o objeto. Trago Rojo (2005), uma vez que, como já disse, o texto da autora percorre um caminho que eu precisaria trilhar, não fosse a autora já o ter trilhado.

Assumo a posição da teoria dos gêneros discursivos, pois meu interesse é “a busca da significação, da acentuação valorativa e do tema, indiciados pelas marcas linguísticas, pelo estilo, pela forma composicional do texto” (ROJO, 2005, p.189), e não apenas fazer uma descrição mais marcadamente textual.

Embora os autores da linguística textual (Koch e Marcuschi, por exemplo), falem em gênero textual, podendo englobar elementos externos (em diálogo com o Círculo), opto pela noção de gênero discursivo, uma vez que meu objetivo é observar subjetividades e identidades nos textos. Assim, não apenas o externo é fundamental, mas, sobretudo, o ideológico, a acentuação valorativa, que parecem ainda faltar à LT.

Segundo Rojo (2005, p.193), todas as discussões da teoria dos gêneros textuais mencionam a obra de Bakhtin e “estabelecem uma aproximação – não isenta de repulsão e, logo, polifonia¹² – com o discurso bakhtiniano”. Se há repulsão, significa que a teoria dos gêneros textuais deixa de lado muitos dos aspectos que considero importantes, e o objetivo deste trabalho é justamente fazer uma tentativa de junção entre a LT o Círculo de Bakhtin.

Afirmo que há pontos divergentes, afinal, na teoria dos gêneros textuais, segundo Rojo (2005, p.193), “há sempre uma finalidade descritiva textual (descrição de textos, gêneros, contextos – essa última bem menos clara) que distancia seus métodos do método sociológico bakhtiniano”. Além disso, no que diz respeito à definição do gênero na perspectiva dos gêneros textuais, a autora entende que ele não é visto como um “*universal concreto* decorrente das relações sociais e regulador das interações e discursos configurados em enunciados ou textos [...]” (ROJO, 2005, p.194). O gênero é tomado como “família de textos, sendo que famílias podem ser reconhecidas por similaridades” (ROJO, 2005, p.192).

Portanto, neste trabalho, embora faça referência a alguns autores da LT para tratar da referenciação, por exemplo, adoto a perspectiva de Bakhtin em relação aos gêneros, uma vez que, em conformidade com Rojo (2005, p.196), entendo que “os gêneros e os textos/enunciados a eles pertencentes não podem ser compreendidos, produzidos ou conhecidos sem referência aos elementos de sua situação de produção”.

¹² Giovani e Souza (2014, p.59), discutindo alguns conceitos do Círculo de Bakhtin, entendem por “texto polifônico” aquele constituído de várias vozes que “fazem eco às palavras do autor: as vozes antigas de passado imemoriável, as vozes presentes, obra de um contexto sócio-ideológico em que estamos inseridos; e as vozes da memória de futuro, que serão aquelas que nos responderão provindas do que imaginamos que sejam nossos interlocutores futuros”.

Rojó (2005, p.197) destaca, também, a importância dos parceiros de interlocução, os quais não interagem num vácuo social. As relações entre eles “são estruturadas e determinadas pelas formas de organização e de distribuição dos lugares sociais nas diferentes instituições e situações sociais de produção dos discursos”.

Trato, na sequência, portanto, dos gêneros discursivos, já que analiso textos do gênero Carta Oficial. Há um capítulo especialmente dedicado à discussão do gênero.

CAPÍTULO II

OS GÊNEROS DISCURSIVOS

2.1 Os gêneros discursivos e sua maleabilidade

Dentro dos estudos linguísticos, é de suma importância, atualmente, a discussão em torno dos gêneros discursivos. De acordo com a clássica definição de Bakhtin (2000, p.279), os gêneros discursivos são “tipos *relativamente* estáveis de enunciados” caracterizados por seu conteúdo temático, estilo verbal (seleção dos recursos da língua) e construção composicional.

Para Bakhtin (2000, p.279), estes três elementos “fundem-se indissoluvelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação”. Nesse sentido, “o enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada esfera da atividade humana”.

No que diz respeito ao enunciado, Bakhtin (2000, p.308) compreende que ele é “um fenômeno complexo, poliformo, desde que o analisemos não mais isoladamente, mas em sua relação com o autor (o locutor) e enquanto elo na cadeia da comunicação verbal [...]”. Dessa forma, Bakhtin destaca que o enunciado tem autor e destinatário, tomados aqui como interlocutores que interagem socialmente:

Ter um destinatário, dirigir-se a alguém, é uma particularidade constitutiva do enunciado, sem a qual não há, e não poderia haver, enunciado. As diversas formas típicas de dirigir-se a alguém e as diversas concepções típicas do destinatário são as particularidades constitutivas que determinam a diversidade dos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2000, p.325).

Posso dizer, portanto, que não são apenas elementos internos (tema, estilo e composição) que constituem os gêneros discursivos, mas, sobretudo, elementos externos. Entre esses, posso citar o projeto discursivo do falante (neste trabalho, com qual finalidade José Carneiro Lobo, por exemplo, interage com os membros da Câmara Municipal de Castro), o tipo de relação do falante com o outro/interlocutor, determinando a esfera em que o gênero circula (Esfera Oficial) e o tipo de relação do falante com o objeto; sobre o quê se fala (Construção da ponte do rio Jaguaricatu).

Como já foi visto no tópico “concepções de língua e de sujeito”, de acordo com Bakhtin (2000, p.300), em qualquer enunciado, “captamos, compreendemos, sentimos o *intuito discursivo* ou o *querer-dizer* do locutor que determina o todo do enunciado”. Para o autor, esse intuito vai determinar “a escolha da forma do gênero em que o

enunciado será estruturado”. Em se tratando de “intuito discursivo do locutor”, Bakhtin (2000, p.301) ressalta que, sem que o sujeito renuncie à sua individualidade, esse ‘querer dizer’ “adapta-se e ajusta-se ao gênero escolhido, compõe-se e desenvolve-se na forma do gênero determinado”. Neste aspecto, posso fazer algumas aproximações entre esse autor e Bazerman (2006).

Bazerman (2006, p.29, grifos meus) entende que os gêneros são formas de comunicação reconhecíveis. E, “se começamos a seguir padrões comunicativos com as quais as outras pessoas estão familiarizadas, elas podem reconhecer mais facilmente o *que estamos dizendo e o que pretendemos realizar*” (intuito discursivo tratado por Bakhtin). Nesse sentido, por mais que eu ainda não tenha chegado à análise do *corpus*, você, leitor, já deve ter em mente, mais ou menos, do que se trata uma “Carta Oficial”.

A Carta Oficial, conforme Bençal (2014, p.102, adaptado de Belloto, 2002), é um “documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo [...]”. Neste estudo, da mesma forma que no trabalho da autora, as cartas que são dirigidas a autoridades são denominadas oficiais. Bakhtin (2000) entende que a Carta Oficial se apresenta como um gênero discursivo que requer uma forma padronizada. Para o autor, há condições menos favoráveis para refletir a individualidade na língua em gêneros como este. No entanto, no decorrer da pesquisa, pode-se observar que, por mais que se trate de documentos oficiais, a subjetividade está presente, uma vez que, segundo o próprio autor, o enunciado é individual e, portanto, pode refletir a subjetividade de quem fala ou escreve.

De acordo com Bazerman (2006, p.102), ao perceber um enunciado como sendo de um certo gênero, “engajamo-nos numa forma de vida, juntando falantes e ouvintes, escritores e leitores em relações particulares de um tipo familiar e inteligível”. Nesse sentido,

à medida que os participantes se orientam para esse espaço social comunicativo, eles adotam o humor, a atitude e as possibilidades de ação daquele lugar – eles vão àquele lugar para fazer as coisas que ali são feitas, para desenvolver as ideias que ali são pensadas, para sentir como ali se sente, para satisfazer o que pode ser ali satisfeito e para se transformar no tipo de pessoa que ali se pode tornar (Bazerman, 1997a, 1998). É como ir a um jantar, ou a uma boate, ou a um seminário, ou a uma igreja. Você sabe onde está entrando e tem conhecimento da extensão de relações e objetos que provavelmente haverá ali [...]. Você sabe também que se passar a frequentar um certo lugar o tempo suficiente, você se transformará num típico frequentador do lugar – conhece o lugar, sabe como agir lá, o que dizer ali, quem pertence ou não ao lugar, e quem é novato. (BAZERMAN, 2006, p.102).

Esse trânsito que o sujeito adquire na vida diária, sabendo como agir em determinados lugares, “é a mesma coisa com o frequentar os gêneros da escrita” (BAZERMAN, 2006, p.102). Segundo Bakhtin (2000, p.302), “se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala [...], a comunicação verbal seria quase impossível”. Na verdade, as pessoas partem de um conhecimento compartilhado do que seja determinado gênero discursivo, conforme discute Bazerman (2006, p.30).

A importância dos gêneros neste trabalho está no fato de que estes

nos ajudam a navegar dentro dos complexos mundos da comunicação escrita e da atividade simbólica, porque, ao reconhecer uma espécie de texto, reconhecemos muitas coisas sobre a situação social e institucional, as atividades propostas, os papéis disponíveis ao escritor e ao leitor, os motivos, as ideias, a ideologia e o conteúdo esperado do documento e o lugar onde isso tudo pode caber em nossa vida (Bazerman, 1997 a,b; Freedman e Medway, 1994; Berkenkotter e Huckin, 1995, apud BAZERMAN, 2006, p.84).

Nesse sentido, meu intuito é observar os papéis disponíveis ao capitão-mor da Vila de Castro, José Carneiro Lobo, e aos seus interlocutores, os motivos (falta de pessoal qualificado, por exemplo), pelos quais considera difícil a construção da ponte do rio Jaguaricatu (conforme o leitor poderá observar na análise), levando-se em conta o contexto da época (século XIX), a ideologia que subjaz ao manuscrito, representada pelas escolhas linguísticas realizadas pelo sujeito.

Quando Bakhtin (2000) destaca que os gêneros discursivos são “tipos relativamente estáveis de enunciados”, o autor entende que os gêneros não são estáticos e definidos para sempre. Pelo contrário, eles são maleáveis. Do mesmo modo Bazerman (2006) discute que, num mesmo momento histórico, pode haver diferenças entre um mesmo gênero.

Para exemplificar, Bazerman (2006, p.30) comenta que, ao fazer um currículo, as pessoas imprimem sua marca individual, com o intuito de tornar seus currículos diferentes e memoráveis, “para assim distingui-los dentre os demais”. E o resultado disso é que, esse formato, até então individual, pode ser “copiado por outros e poderá vir a se tornar um padrão razoavelmente estável naquela área”. Ressalto, porém, que essas mudanças podem ser bem menos marcadas porque podem não ser fruto de uma intencionalidade.

Nesse sentido, Bazerman (2006, p.77) entende que não é porque o sujeito cria espaços mediadores reconhecíveis para a comunicação que ele abre mão da sua

oportunidade de criar novidades e responder ao seu tempo. “Ao contrário, são aqueles espaços mediadores que nos dão os próprios meios para enunciar nós mesmos em novos modos e momentos de ser, de representar nós mesmos e os mundos em que vivemos”. Portanto, conforme entende Bakhtin (2000, p.304), a diversidade dos gêneros “deve-se ao fato de eles variarem conforme as circunstâncias, à posição social e ao relacionamento pessoal dos parceiros”.

Com o foco não apenas no formato de textos, Bazerman (2006, p.31) entende que a identificação de gêneros através de um número fixo de elementos “nos dá uma visão incompleta e enganadora de gênero; [...] estaremos vendo os gêneros como atemporais e iguais para todos os observadores”. Na verdade, os gêneros e as situações mudam. Aponta, ainda, que não se pode ignorar o papel dos indivíduos no uso e na construção de sentidos. Não se pode ignorar “o uso criativo da comunicação para satisfazer novas necessidades percebidas em novas circunstâncias”.

Como já mencionei, as diferenças de pontos de vista são de suma importância neste trabalho, no que diz respeito à referenciação, uma vez que os objetos de discurso são construídos e reconstruídos com base na interpretação que os sujeitos, num processo interacionista, fazem da realidade. Agora, o leitor pode ver que as diferenças de pontos de vista também são importantes na (re)criação do gênero, pois, dependendo da situação, o sujeito “recria” o gênero para atender às novas necessidades, da mesma forma que ocorre com os objetos de discurso. Considero, portanto, que a referenciação textual se assemelha aos gêneros discursivos, no que diz respeito ao fato de mediarem relações sociais dos sujeitos.

Em se tratando dessa “maleabilidade” dos gêneros discursivos, compreendo que ela se deve tanto às diferenças de ponto de vista e ao desejo de atender às novas necessidades em um mesmo momento histórico quanto às mudanças nas circunstâncias históricas. Isso porque, segundo Bakhtin (2000, p.279), cada esfera da atividade humana “comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciado-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa”.

Sob uma perspectiva que pode se aproximar daquela de Bakhtin, Bazerman (2006, p.22) comenta que “cada texto se encontra encaixado em atividades sociais estruturadas e depende de textos anteriores que influenciam a atividade e a organização social”. Além disso, “cada texto estabelece condições que, de alguma forma, são levadas em consideração em atividades subsequentes”. Dessa forma, as Cartas Oficiais que analiso estão encaixadas dentro da sociedade castrense do século XIX.

No que diz respeito ao gênero carta especificamente, Bazerman (2006, p.83) entende que “as cartas desempenharam um papel no surgimento de gêneros distintos”.

A carta

com sua comunicação direta entre dois indivíduos dentro de uma relação específica em circunstâncias específicas [...] parece ser um meio flexível no qual muitas das funções, relações e práticas institucionalizadas podem se desenvolver – tornando novos usos socialmente inteligíveis, enquanto permite que a forma de comunicação caminhe em novas direções (BAZERMAN, 2006, p.83).

Em outras palavras, “as cartas podem ter exercido uma influência ampla e importante na formação de gêneros” (BAZERMAN, 2006, p.84). Um exemplo disso é o caminho que vai das Cartas Oficiais que analiso, passando pelas cartas de cunho mais pessoal e familiar, até o e-mail (embora muitos o considerem mais um veículo do que um gênero propriamente dito). Minha intenção não é discutir a questão, nem afirmar que as Cartas Oficiais são precursoras ou sucessoras das cartas pessoais, mas apenas mostrar que os gêneros evoluem, podendo transformar-se em outros gêneros.

É importante destacar que os gêneros mudam porque as práticas sociais mudam, a sociedade muda, segundo Bazerman (2006, p.87). Um exemplo disso é o fato de a manutenção e ampliação dos laços sociais terem modificado “as relações estabelecidas através das cartas para além do formal e oficial, em direção ao pessoal”. Cartas Oficiais (objetos de nossa análise), cartas pessoais, bem como “cartas aos deuses, cartas aos mortos e cartas-orações, sugerem a flexibilidade da forma carta para estabelecer e elaborar situações comunicativas” (STIREWALT, 1993: 20-25; DOTY, 1973, apud BAZERMAN, 2006, P.87).

Não estamos mais no século XIX, mas, por meio do estudo do gênero Carta Oficial que aqui faço, podemos ter uma ideia do que “faríamos e diríamos uma vez chegássemos [ou melhor, voltássemos] lá” (BAZERMAN, 2006, p.99). Voltamos ao século XIX, para tratar da construção da ponte do rio Jaguaricatu.

Bazerman (2006, p.53) discorre, também, acerca da maneira como certos gêneros sociais “têm criado poder, negociando relações entre grupos e dentro deles, e criado um *habitus* naturalizado para relações políticas contínuas”.

Em se tratando de *habitus*, suscito o conceito sociológico bourdieuniano, que, segundo Bazerman (2006, p.35), diz respeito “àquelas disposições ou hábitos que nós levamos conosco, que nos orientam em situações e que fornecem a base de nossas

avaliações sociais”. Neste caso, isso se torna importante para se observar as relações de poder estabelecidas nas Cartas Oficiais analisadas.

Para exemplificar, o autor cita William Hanks (1987), “que examinou os gêneros de documentos coloniais pelos quais a sociedade maia foi trazida para o controle regularizado espanhol: cartas à corte, crônicas e a demarcação de terras” (p.53). Segundo Bazerman (2006, p.53), “as representações que o povo maia conseguiu criar para si dentro desses documentos determinados pelos espanhóis formaram a identidade oficial dos maias, definindo suas relações com o governo espanhol”. Ora, acredito na possibilidade de mostrar, nas Cartas Oficiais analisadas, as representações que o sujeito-autor faz do “eu” e do “ele” para seus interlocutores (tu) e, conseqüentemente, as identidades que emergem da relação entre sujeitos.

Por exemplo, José Carneiro Lobo¹³, autor das três Cartas Oficiais que analiso, é capitão-mor¹⁴ reformado da Vila de Castro oitocentista. Tem, como interlocutores, os membros da Câmara, ou seja, o presidente e os vereadores. Dessa forma, faz uma representação do seu papel como capitão-mor na construção da ponte do rio Jaguaricatu para seus interlocutores que, conforme o leitor poderá observar na análise, são tomados como “Excelentíssimos senhores”. Nesse sentido, também observo a representação que Carneiro Lobo faz dos seus interlocutores. E, ao tratar da construção da ponte, o autor acaba fazendo uma representação do “outro”, uma vez que vários sujeitos são referenciados em seus textos.

Conforme já foi visto logo na introdução deste trabalho e o leitor poderá ver no capítulo especialmente dedicado à identidade, tomo aqui um conceito de identidade plural e multifacetado, em que os sujeitos assumem diferentes papéis na sociedade. Nesse sentido, a identidade, ou melhor, as identidades não são algo dado biologicamente, mas são construídas na interação entre sujeitos (HALL, 1999).

No que diz respeito a esse processo de interação, Bazerman (2006, p.133) compreende que

¹³ “Filho de Luciano Carneiro Lobo, que é considerado o ‘fundador de Jaguariaíva’, famoso por sua fortuna e boas maneiras, José foi vereador em 1803 e 1820 e eleito capitão-mor em 1821, ‘por concorrerem nele os requisitos da Lei [...] da boa linhagem’ (BORGES, 1986 apud BENÇAL, 2014, p.91).

¹⁴ Capitão-mor: Autoridade que, numa cidade ou vila, comandava a milícia chamada ordenanças. Título que tinham os donatários das capitanias (FERREIRA, 2010, p.421).

seja o que sintam os indivíduos com respeito ao outro, seja como se sintam e se relacionem entre si, quaisquer que sejam as crenças que têm sobre a hierarquia social e suas obrigações sociais, e sobre como possam perceber a pressão e o poder social, há ainda um enunciado observável, registrável, que concretamente medeia entre aquelas várias orientações pessoais.

Esse “enunciado observável, registrável, que concretamente medeia entre aquelas várias orientações pessoais” é o gênero discursivo. É uma espécie de esqueleto vivo, ao qual adiciono parte de minha carne e meu interlocutor adiciona parte da sua. Nesse sentido, conforme entende Bakhtin (2000), “o enunciado, em sua singularidade, apesar de sua individualidade e de sua criatividade, não pode ser considerado como uma *combinação absolutamente livre* das formas da língua [...]”.

Assim como em relação aos gêneros discursivos, acredito que o quadro teórico acerca da referenciação textual “funda-se na premissa de que os *processos de referenciação* ocupam um lugar central na construção do mundo de nossas vivências”, segundo Marcuschi (2007, p.70).

Passo, portanto, ao capítulo dedicado à referenciação textual.

CAPÍTULO III

REFERENCIAÇÃO

Neste capítulo, trato daquilo que entendo por *referenciação textual*, uma vez que, conforme já foi visto no capítulo dedicado à linguagem, a Linguística Textual sofreu modificações ao longo dos anos, aprimorando suas formas de analisar o texto.

Em publicação feita no ano de 1990, Koch e Travaglia falavam em *referência*, bem como dos termos *anáfora* e *catáfora*. Entendiam que a referência estabelece relação entre dois ou mais componentes da superfície textual, propiciando a coesão, isto é, “a ligação [...], os nexos que se estabelecem entre os elementos que constituem a superfície textual” (p.40).

Como o leitor pode ver, trata-se de uma visão um tanto limitada de *referência*, em que se observam as ligações dentro do co-texto. A anáfora ocorre quando esta referência é feita a algo que foi mencionado anteriormente, e a catáfora a algo que ainda vai ser dito no texto.

Com o avanço dos estudos linguísticos, principalmente daqueles que dizem respeito aos estudos referenciais, essa noção de referência passa a ser repensada. Koch, por exemplo, baseia-se em autores como Blikstein e Mondada e Dubois e faz outras publicações, renovando o pensamento que tinha até então.

Mondada e Dubois (2003, p.20) falam em *referenciação* – uma ideia mais ampla do que a de *referência*, considerando-se o processo de referenciar – tratando-a

assim como a categorização, como advindo de práticas simbólicas mais que de uma ontologia dada. Como diz Rastier, a referenciação não diz respeito a “uma relação de representação das coisas ou dos estados de coisas, mas a uma relação entre o texto e a parte não-linguística da prática em que ele é produzido e interpretado (1994:19). Estas práticas não são imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo.

Com base nas palavras das autoras, posso dizer que o foco deste trabalho é o sujeito. Não trato apenas de referências que ocorrem dentro do co-texto, mas relaciono o texto com a “parte não-linguística da prática em que ele é produzido e interpretado”, ou seja, o ideológico. Da mesma forma que Voloshinov discorre acerca da ideologização do signo, a referenciação se cria entre indivíduos, na intersubjetividade, não sendo, portanto, resultado de um sujeito solitário e individual – o sujeito do subjetivismo

idealista. Dessa forma, já posso justificar outro aspecto do título deste trabalho, isto é, a “ponte-referenciação”.

O ponto de partida para a referenciação é a interação entre sujeitos, e isso faz com que essa teoria possa ser aproximada das postulações de Voloshinov (1997) e Bakhtin (2000). Dessa forma, o foco não está em apenas se encontrar um antecedente no co-texto, mas observar as escolhas linguísticas que os sujeitos realizam justamente na interação.

Logo na introdução deste trabalho, mencionei que Koch e Elias (2009) referenciam Blikstein (1995), com o intuito de ampliar a noção de referência. Blikstein (1995, p.46) trata da “fabricação da realidade”. A realidade se transforma em *referente*, por meio de determinado “ponto de vista” do sujeito. Assim, destaco, neste trabalho, a importância dos diferentes pontos de vista na prática social, na interação entre os sujeitos. Não entendo que seja exatamente uma “fabricação”, mas uma “construção/distorção” da realidade, já que o primeiro termo pode fazer alusão ao subjetivismo idealista, citado por Voloshinov. Reforço que o ponto convergente do trabalho é uma construção recíproca de sujeitos a respeito dessa “realidade”.

Ainda com base em Blikstein, Koch (2002) entende que a maneira de o sujeito ver e dizer o “real” não coincide com o “real”. Embora Voloshinov não esteja preocupado se é ou não real, pode-se fazer, novamente, aproximações entre esses autores e Voloshinov, quando este trata da refração da realidade e compreende que um signo pode distorcer essa realidade, “ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico etc” (VOLOSHINOV, 1997, p.32). A questão é que os signos tratam da realidade a partir de um conjunto de valores: o que falamos são coisas boas ou más, verdades ou mentiras. Trata-se de um caráter valorativo; de uma perspectiva axiológica de compreender o mundo.

Já em 2008, Koch compreende que a referenciação é um processo de “discursivização ou textualização do mundo por meio da linguagem”, que consiste num processo de (re)construção do próprio real. Nesse processo de discursivização, portanto, o sujeito cria objetos – “objetos de discurso”. Em 2009, Koch e Elias reiteram que os referentes “não são simples rótulos para designar as coisas do mundo. Eles são construídos e reconstruídos no interior do próprio discurso” (KOCH e ELIAS, 2009, p.134).

Koch e Elias são leitoras de Mondada e Dubois (2003, p.17). Estas últimas entendem que “os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo

não são nem preexistentes, nem dados, mas se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos”. Nesse sentido, considerando-se que os objetos são construídos e reconstruídos dentro do discurso, as autoras compreendem que essas discursivizações do mundo pela linguagem são geralmente instáveis e variáveis, já que “são processos que se desenvolvem no seio das interações individuais e sociais com o mundo e com os outros [...]” (p.22). Trato, na sequência, portanto, desse princípio de instabilidade.

3.1 O princípio de instabilidade

Em relação a essa instabilidade que se observa no processo de referenciação, Mondada e Dubois (2003, p.28) entendem que ela “caracteriza o modo normal e rotineiro de entender, descrever, compreender o mundo – e lançar, assim, a desconfiança sobre toda descrição única, universal e atemporal do mundo”. Neste aspecto, pode-se aproximar a referenciação e o signo ideológico – que se contrapõe à universalidade, já que cada grupo é orientado por um conjunto de valores, um quadro axiológico próprio, o qual pode se transformar no tempo. Aproximação também pode ser feita entre a referenciação e a *relativa* estabilidade dos gêneros discursivos, uma vez que, a depender do contexto, o sujeito (re)cria o gênero, com o intuito de atender às novas necessidades. Recriação esta que pode não ser tão intencional e observável, conforme já mencionei.

Mondada e Dubois (2003, p.21) destacam que essa instabilidade e mudança “não são, de modo nenhum, exceções ou problemas, mas uma dimensão intrínseca do discurso [...]”. Nesse sentido, “os locutores marcam, eles mesmos, os deslizos entre referencialidade e negociação intersubjetiva dos processos de referenciação”, pelos comentários metalinguísticos que pontuam seu discurso [...]” (p.32).

Para Marcuschi (2007, p.68), “nossas versões de mundo são sempre construídas, provisórias, praxeológicas e não devem ser tomadas como formas *naturais* de dizer uma suposta realidade discretizada”. Além disso, o autor entende que a construção de objetos de discurso é resultado de nossa inserção *sócio-cognitiva* no mundo. Com o intuito de dar ênfase aos aspectos sociais (conforme destaquei no capítulo dedicado à Linguagem, mais especificamente no subtópico que trata do percurso da Linguística Textual), opto pelo termo sociocognitivo-interacional, considerando as postulações do Círculo de Bakhtin. Dessa forma, a construção de objetos de discurso é resultado de nossa inserção sociocognitivo-interacional.

Como bem salienta Marcuschi (2007, p.80), “não há um *a priori* nem um centro regulador de significação, mas ela é produto de interações sociais no interior da cultura e da história”. Ao invés de se pensar em relações de correspondência sujeito-objeto, o autor compreende que “o melhor é pensar em termos de sujeito-objeto-sujeito: duas subjetividades criando uma realidade intercomunicável”, tal qual uma “ponte”.

Para Marcuschi (2007, p.89), “as coisas ditas são coisas discursivamente construídas”. Além disso, entende que

sempre designamos os eventos, os fatos, os indivíduos, os objetos físicos, os estados de espírito, o mundo enfim, com nomes que no geral são partilhados pela comunidade discursiva que as usa, já que todos os seus indivíduos aprenderam esses nomes dentro das mesmas experiências de vida (p.93).

Neste sentido, o autor destaca que “as *categorias* são muito mais *modelos sociais* do que *modelos mentais*, tendo em vista seu processo de constituição” (p.93). Destaca que “dizer é um modo de construir o mundo, mas dizer é dizer para alguém, de modo que a construção do mundo pelo discurso é [...] interativa” (p.94).

Marcuschi (2007, p.139) reitera que “a depender do ponto de vista dos interlocutores, vamos construir os seres e objetos do mundo de uma ou outra forma” (p.139):

Para alguns Tiradentes é um *traidor* e para outros, um *herói* a depender do período histórico ou da posição ideológica dos enunciadores. O IBGE tem enorme dificuldade de classificar as pessoas por suas cores: quem é *negro*, *mulato*, *mulatinho*, *marrom*, *branco* ou seja lá o que for? Existem os termos e existem as pessoas, mas não existe uma relação de determinação categorial inequívoca e estável. Se você come um *abacate* na Alemanha está comendo um *legume* e se você come abacate no Brasil está comendo uma *fruta*. Se você é um cientista, diz que o *morcego* é um *mamífero*, mas no nosso dia-a-dia todos admitimos que ele é uma *ave*. Isso mostra que as classificações são sempre agrupamentos teóricos e podem ser variadas. Em alguns casos, *esquerda* é uma opção política e, em outras condições, é um dos lados de uma relação espacial de *esquerda-direita*. Somente como sinal de trânsito o *vermelho* é uma *proibição* e o *verde*, uma *permissão*. As expressões e seus sentidos, conteúdos, referentes etc. não são dois lados de uma mesma moeda. Não se trata de um problema de polissemia, vagueza, imprecisão etc., mas sim do efeito do *princípio de simbolização*, que resulta num sistema categorial fluido.

Em suma, tal qual Marcuschi (2007, p.141), “com uma visão interacionista e não referencialista nem representacionista da língua, privilegio as relações sociais instauradas pelos interlocutores mediante os recursos linguísticos”. Em alguns casos,

segundo o autor, estão em jogo “estereótipos sociais, em outros estão preconceitos” (p.100), os quais podem gerar, no entanto, o princípio da estabilidade.

Trato, na sequência, portanto, desse princípio.

3.2 O princípio de estabilidade

Como foi visto logo na introdução deste trabalho, Blikstein (1995, p.61) entende que o sujeito tem ‘óculos sociais’, os quais constituem *estereótipos*. Para o autor, “com os *estereótipos* [...] é que ‘vemos’ a realidade e fabricamos o referente”. “Fabricado pelos *estereótipos*, o *referente* se interpõe entre nós e a ‘realidade’, *fingindo* ser o ‘real’” (p.62). Nesse aspecto, os estereótipos, de certa forma, *estabilizam* esse processo de construção de referentes, firmando um objeto sob um determinado prisma.

Considero, pois, que essas postulações de Blikstein podem ser aproximadas das de Marcuschi (2007), quando este trata de estereótipos sociais e entende que o sujeito sempre designa as coisas com nomes que no geral são partilhados pela comunidade discursiva que as usa. Trata-se de representações compartilhadas entre os sujeitos.

Além desses autores, Mondada e Dubois (2003, p.17) também falam em estabilização, entendendo que existem práticas “que exercem um efeito estabilizador observável, por exemplo, na sedimentação das categorias em protótipos e em estereótipos”. E Koch (2002, p.42), leitora de Mondada e Dubois, entende que os estereótipos “constituem representações sociais”.

Portanto, com base em Marcuschi (2007), Blikstein (1995), Mondada e Dubois (2003) e Koch (2002), a estereotipização, nesses casos, consiste em representações sociais, que não são, necessariamente, negativas. É por meio de “óculos sociais” que vemos e ordenamos o mundo.

No entanto, para este trabalho, opto por trazer, também, a concepção de estereótipo discutida por Hall (2010) e Burke (2004). Trata-se de uma perspectiva que se diferencia da dos autores da Linguística Textual, mas que considero mais produtiva para a discussão de identidade que faço no quarto capítulo.

Para Hall (2010, p.429, minha tradução), “estereotipar” quer dizer: “reduzir a uns poucos recortes essenciais e fixos na natureza”¹⁵. O autor entende que a estereotipização reduz, essencializa e fixa a diferença, bem como “tende a ocorrer onde existem grandes desigualdades de poder”¹⁶ (p.430). Neste caso, a noção de estereótipo

¹⁵ “*estereotipar*” quiere decir: reducir a unos pocos rasgos esenciales y fijos en la Naturaleza.

¹⁶ la estereotipación tiende a ocurrir donde existen grandes desigualdades de poder.

não é apenas ver o mundo sob uma ótica social (representações compartilhadas), mas também pode ter um sentido negativo, vinculado a relações de poder.

De forma análoga a Hall (2010), Burke (2004, p.155) compreende que “o estereótipo pode não ser completamente falso, mas frequentemente exagera alguns traços da realidade e omite outros” (p.155). Nesse sentido, Burke (2004, p.157) destaca que “os outros são transformados no “Outro”; [...] em exóticos e distanciados do eu. E podem mesmo ser transformados em monstros”. Aqui, acredito que ficam mais claras as diferenças de perspectiva em relação aos estereótipos. Na concepção dos autores da LT, estereótipo não tem a ver, necessariamente, com sujeito, ou seja, pode se referir a objetos/coisas. Já na concepção de Hall e Burke, trata-se de sujeito em relação com outro sujeito, num processo de “interação” (VOLOSHINOV, 1997; BAKHTIN, 2000).

Para os autores da LT, todos usam o nome “celular”, por exemplo, para se referir a um telefone sem fio que, nos dias atuais, tem inúmeras funções além de ser utilizado para receber e fazer chamadas a grandes distâncias. Trata-se de um estereótipo, já que é um modelo “fixado” e uma representação coletiva. Aí residiria a estabilidade da referenciação de acordo com os autores da LT.

Para Hall (2010) e Burke (2004), por sua vez, a questão é um tanto mais ampla. Por exemplo, pode-se tomar o caso do estereótipo do indígena como alguém que vive nu e usa penachos na cabeça. Ou o estereótipo do homossexual como alguém afeminado, que curte música pop e conhece todas as gírias do meio LGBT. Esses estereótipos acabam por reforçar e fixar a diferença, uma vez que não são todos os indígenas que andam nus e usam penachos na cabeça. Há indígenas que vivem nas cidades, que ministram palestras; graduados, mestres e doutores. Da mesma forma, há gays que não são afeminados, que não curtem música pop e que não conhecem gírias do meio LGBT. Tentar colocar todos no mesmo modelo parece, no mínimo, equivocado. Nesse sentido é que a noção de estereótipo aqui discutida estaria vinculada a relações de poder, já que trato de sujeito em relação com outro sujeito.

Observar os estereótipos é ver, portanto, relações de poder. Aqui, enfatizo que, ao tratar de estereótipos, estou lidando, sobretudo, com sujeitos. Já, na concepção de estereótipo tratada pelos autores da LT, o foco pode estar tanto no sujeito quanto em objetos/coisas do mundo, os quais se tornam estáveis pelo uso generalizado por uma comunidade linguística.

Antes de passar a observar a construção de estereótipos na análise, faz-se necessário tratar dos processos de referenciação que destaco na análise, tendo como

aporte teórico as discussões de Koch (2005, 2008, 2015), Koch e Elias (2006, 2009), Marcuschi (2007) e Roncarati (2010).

3.3 Processos de referenciação

Como já foi visto anteriormente, a referenciação consiste na discursivização do mundo por meio da linguagem. Dessa forma, os sujeitos criam e recriam “objetos”, tomados, aqui, como “objetos de discurso”.

A “construção” de objetos de discurso, segundo Koch e Elias (2009), ocorre quando um novo objeto de discurso é introduzido no texto. E a “reconstrução” ocorre quando um objeto de discurso já mencionado é retomado, por meio de uma forma remissiva.

Em relação à introdução (construção) de objetos de discurso, Koch (2015, p.70) aponta que se pode ter: introdução ‘*ancorada*’ e ‘*não-ancorada*’ (termos cunhados por Prince, 1981). A introdução não-ancorada é produzida quando o escritor introduz no texto um objeto de discurso totalmente novo. E a introdução ancorada ocorre quando “um novo objeto de discurso é introduzido [...] em virtude de algum tipo de associação com elementos presentes no cotexto ou no contexto sociocognitivo, passível de ser estabelecida por associação ou inferenciação”. Estão entre esses casos, segundo a autora, as chamadas anáforas associativas e as anáforas indiretas.

Em se tratando de anáfora, primeiramente, de forma geral, adoto, para o trabalho, a noção de anáfora proposta por Marcuschi (2005, p.54). Para o autor, o termo *anáfora* “é usado para designar expressões que, no texto, se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais”.

Em geral, “postula-se que as anáforas diretas retomam referentes previamente introduzidos, estabelecendo uma relação de co-referência entre o elemento anafórico e seu antecedente” (MARCUSCHI, 2005, p.55). Dessa forma, “parece haver uma equivalência semântica e, sobretudo, uma identidade referencial entre a anáfora e seu antecedente”. Neste caso, o autor entende que “aspectos gramaticais, como concordâncias de gênero e número, serão decisivos em muitos casos, em especial quando houver mais de um candidato a antecedente referencial”.

Trata-se, na verdade, de uma visão clássica e linear de anáfora, segundo Marcuschi (2005, p.55), “que não considera o problema da referenciação textual em toda sua complexidade”. Primeiramente, quando se fala em anáfora, trata-se de algo que

ocorre dentro do texto (referenciação endofórica). Também se pode fazer referenciação exofórica (para fora do texto), gerando o caso da *dêixis*.

Para exemplificar a questão, o autor cita os pronomes. Para ele, “os demonstrativos e os de primeira e segunda pessoa são pronomes geralmente de uso dêitico e os de terceira pessoa são anafóricos (ou catafóricos) (2005, p.58)”. Nesse aspecto, considero ser “difícil uma distinção clara entre o que é um contexto textual e um contexto extratextual”, dificultando a distinção clara entre *anáfora* e *dêixis* (MARCUSCHI, 2005, p.59).

Em se tratando da polêmica entre *anáfora* e *dêixis*, o autor pontua que

os que julgam ser a *anáfora* uma questão semântica observam-na como uma relação entre expressões textualmente representadas e definidas e identificam-na como endofórica. Já a *dêixis*, por sua vez, relacionaria expressões linguísticas e fenômenos situacionais do contexto externo ao texto, sendo exofórica por definição (MARCUSCHI, 2005, p.88).

No entanto, Marcuschi (2005, p.88) lembra que “um dos contraexemplos para tanto seria o caso da *anáfora indireta*, ou seja, aquela que não tem um antecedente textual, mas também não se resolve por ligações extratextuais”, não sendo “o caso de uma *anáfora* em sentido estrito nem o caso de uma *dêixis*”.

Para Marcuschi (2005, p.85), as *anáforas* indiretas são uma espécie de uso lacunoso da língua. Porém, isso “não é um problema nem é disfuncional, mas um fato normal no funcionamento da língua, já que é raro agirmos com explicitude completa”.

Marcuschi (2005, p.90) destaca que as *anáforas* indiretas (AI) não são mais difíceis do que as diretas. Pelo contrário, “as AI manifestaram-se como mais fáceis em diversos testes realizados. Raramente apresentam casos de ambiguidade interpretativa”.

Em relação à *anáfora* indireta, cito um exemplo de Koch (2015, p.71):

(1) Há alguns anos, as *pichações* que passaram a borrar casas, edifícios e monumentos de São Paulo – e de outras grandes cidades brasileiras – começaram a ganhar características novas. Pode-se questionar se políticas apenas repressivas são a melhor forma de enfrentar o problema – ainda que nesse quesito, elementar, o poder público pareça complacente, já que, conforme a reportagem, as *gangues* reúnem-se semanalmente com hora e local marcados.

Segundo a autora, é a palavra *pichações* que vai ancorar a interpretação de as *gangues*. A relação indireta se constrói inferencialmente.

Além da anáfora indireta, também há a anáfora associativa, a qual “explora relações metonímicas, ou seja, todas aquelas em que entra a noção de ingrediente”, tal como no seguinte exemplo citado por Koch (2015, p.71):

(2) Uma das mais animadas atrações de Pernambuco é o *trem* do forró. Com saídas em todos os fins de semana de junho, ele liga o Recife à cidade de Cabo de Santo Agostinho, um percurso de 40 quilômetros. Os *vagões*, adaptados, transformam-se em verdadeiros arraiais. Bandeirinhas coloridas, fitas e balões dão o tom típico à decoração. Os *bancos*, colocados nas laterais, deixam o centro livre para as quadrilhas.

No exemplo acima, “vagões” e “bancos” podem ser considerados ingredientes de “trem”.

Conforme entende Roncarati (2010), no processo de introdução e retomada de objetos de discurso, o sujeito vai criando, no texto, cadeias referenciais. Meu objetivo, na análise das cartas, é justamente observar essas cadeias, com o intuito de melhor visualizar as formas pelas quais os sujeitos constroem / reconstroem / ativam / reativam referentes no texto.

3.3.1 As cadeias referenciais

Segundo Koch e Elias (2009, p.138), dá-se o nome de ‘progressão referencial’ “às retomadas ou remissões a um mesmo referente”. Para Marcuschi (2008, p.141), a “progressão referencial diz respeito à introdução, identificação, continuidade e retomada de referentes textuais correspondendo às *estratégias de designação de referentes* e formando o que se pode denominar *cadeia referencial*”.

As cadeias referenciais, segundo Koch e Elias (2009), podem ser realizadas por uma série de elementos linguísticos, como pronomes, expressões nominais definidas e indefinidas, numerais, certos advérbios locativos (aqui, lá, ali etc), elipses, formas nominais reiteradas (repetição do mesmo item lexical), formas nominais sinônimas, formas nominais hiperonímicas etc.

Em relação às formas nominais hiperonímicas, Koch e Elias (2009, p.143) entendem que os “hiperônimos e hipônimos são termos de um mesmo campo de sentido, em que um deles designa o gênero e o outro, a espécie”. Para exemplificar, as autoras citam que “flor” é hiperônimo de rosa, cravo, violeta, que são seus hipônimos.

Em se tratando da reiteração, Koch (2015, p.84) entende que

a repetição de itens lexicais tem por efeito trazer ao enunciado um acréscimo de sentido que ele não teria se o item fosse usado somente uma vez, já que não existe jamais uma identidade total de sentido entre os elementos recorrentes, ou seja, cada um deles traz consigo novas instruções de sentido que se acrescentam às outras do termo anterior.

Portanto, para Koch (2015, p.86), “a presença de elementos de recorrência num texto produz quase sempre um efeito de intensificação, de ênfase, isto é, tem função retórica”. Segundo a autora, ‘martela-se’ na cabeça do ouvinte/leitor, repetindo palavras, “de modo que a mensagem se torne mais presente em sua memória [...], e ele acabe por criar um hábito ou aceite sua orientação argumentativa”. É o que o leitor poderá observar na análise, com a repetição da palavra “ponte”.

Koch e Elias (2009, p.147) consideram que uma das formas mais ricas de progressão referencial é aquela que o sujeito pode realizar por meio de expressões nominais, isto é, “aquelas expressões que constam de um núcleo nominal (substantivo), acompanhado ou não de determinantes (artigos, pronomes, adjetivos, numerais) e modificadores (adjetivos, locuções adjetivas, orações adjetivas)”.

De acordo com Koch (2015, p.73), são as seguintes as configurações que podem assumir as expressões referenciais definidas em português:

Det. + Nome

Det. + Modificador(es) + Nome + Modificador(es)



E, em se tratando de expressão nominal, Koch (2005, p.35/36, grifos nossos) destaca que

o emprego de uma descrição nominal, com função de categorização ou de recategorização de referentes, implica sempre uma *escolha* entre uma multiplicidade de formas de caracterizar o referente, escolha esta que será feita, em cada contexto, segundo a proposta de sentido do produtor do texto. Trata-se, em geral, da ativação, dentre os conhecimentos culturalmente pressupostos como partilhados [...], de características ou traços do referente que *devem levar o interlocutor a construir dele determinada imagem, isto é, vê-lo sob um determinado prisma*, o que lhe permite extrair do texto informações importantes sobre as *opiniões, crenças e atitudes do seu produtor*, de modo a auxiliá-lo na construção do sentido.

Com base nas palavras de Koch (2005), entendo que o sujeito realiza escolhas linguísticas. Nesse aspecto, faço aproximações entre a autora e Voloshinov (1997), quando este trata do estilo dos gêneros discursivos. Essas escolhas são realizadas na intersubjetividade, levando-se em conta a “proposta de sentido do produtor do texto”. O sujeito cria objetos de discurso sob um determinado ponto de vista. Dessa forma, pode-se observar, por meio dessas expressões nominais, “as opiniões, crenças e atitudes do seu produtor”.

Além disso, no que diz respeito ao uso de expressões nominais definidas, Koch e Elias, (2006, p.133) consideram que

o locutor pode também ter o objetivo de dar a conhecer ao interlocutor, com os mais variados propósitos, propriedades ou fatos relativos ao referente que acredita desconhecidos do parceiro, com o intuito de caracterizá-lo de determinada maneira (p.134).

Dou destaque, na análise, portanto, ao uso de expressões nominais definidas e indefinidas, uma vez que o sujeito realiza escolhas linguísticas, revelando sua subjetividade. Não são escolhas aleatórias; muitos fatores estão em jogo, como o “querer dizer” do locutor (VOLOSHINOV, 1997), a hierarquia que se pode estabelecer etc.

Em se tratando de expressões nominais, não há como deixar de mencionar a nominalização, que trato na sequência.

3.3.2 O encapsulamento e as nominalizações

Koch e Elias (2009, p.152) consideram a possibilidade de se sumarizar “todo um trecho anterior ou posterior do texto, por meio de uma forma pronominal ou nominal: é a isso que se denomina *encapsulamento*”. Segundo as autoras, o encapsulamento pode ser feito “por meio de um pronome demonstrativo neutro, como *isto, isso, aquilo, o, ou, então*, por meio de uma expressão nominal, ocorrendo, então, o que se chama de *rotulação*” (ou nominalização) Trata-se de um “fenômeno pelo qual se transformam enunciados anteriores em objetos de discurso” (KOCH e ELIAS, 2006, p.129).

Koch (2015, p.71) propõe, portanto, que se incluam as nominalizações entre os casos de introdução ancorada de objetos de discurso. Referenciando Apothéoz & Reichler-Beguelin (1995), a autora entende a nominalização como “uma operação discursiva que consiste em referir, por meio de um sintagma nominal, um processo ou

estado significado por uma proposição que, anteriormente, não tinha o estatuto de entidade”. Dessa forma, “introduz-se um referente novo, encapsulando a informação difusa no contexto precedente ou subsequente”.

Conte (2003, p.177) também trata do encapsulamento, entendendo que ele “é um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto”. Destaca, também, que, “quando o núcleo do sintagma nominal anafórico é axiológico [termo avaliativo], o encapsulamento anafórico pode ser um poderoso meio de manipulação do leitor”. Em sintagmas nominais, isso pode ocorrer quando há um adjetivo avaliativo como modificador, conforme discutimos em Martins e Roman (2014).

Em se tratando de manipulação do leitor, Koch e Elias (2009, p.154) também destacam que, tanto as expressões nominais (definidas e indefinidas), quanto os rótulos “são recursos importantes para levar o leitor em direção às conclusões desejadas, isto é, para que o leitor apreenda a orientação argumentativa do texto”. Portanto, entendo que a justificativa para o fato de eu dar destaque ao uso de expressões nominais é justamente devido à possibilidade de elas revelarem o sujeito, ponto convergente deste trabalho.

Koch (2005, p.38) explica que as rotulações desempenham duas funções textuais importantes: não apenas “rotulam uma parte do cotexto que as precede [...], mas, ao fazê-lo, criam um novo referente textual que, por sua vez, passará a constituir um tema específico para os enunciados subsequentes”.

Discorre, também, acerca de um tipo particular de rotulação, “em que não se sumariza o conteúdo de um segmento textual precedente, mas focaliza-se a própria atividade enunciativa”. Trata-se da “remissão metadiscursiva” (KOCH, 2005, p.41).

A seguir, trato dos termos “retomar”, “remeter” e “referir”, uma vez que eles *não* são usados indiscriminadamente na análise. Cada termo tem um sentido quando empregado.

3.4 Retomar, remeter e referir.

“Retomar”, “remeter” e “referir” são termos utilizados nos estudos referenciais e cada um deles tem um sentido. Vejamos qual é a distinção feita por Roncarati (2010, p.54) entre eles. Para a autora, retomar “é uma atividade que subentende continuidade de um núcleo referencial, numa relação de identidade [...] ou não identidade”. Dessa forma, posso dizer que, nas anáforas diretas, ocorre retomada.

Por sua vez, remeter é uma atividade “que envolve algum tipo de relação semântica, cognitiva, pragmática ou outra qualquer no co(n)texto, mas não estabelece, necessariamente, retomada, cossignificação e correferenciação”. Neste caso, poderíamos incluir as anáforas indiretas e associativas, uma vez que não têm um antecedente explícito.

E, por fim, referir “é uma atividade discursiva criativa em que os referentes passam a ser objetos de discurso” (RONCARATI, 2010, p.). Aqui, portanto, incluem-se todos os objetos de discurso que aponto na análise.

Como parte de minha análise é feita mediante o rastreamento de cadeias referenciais, pontuo, a seguir, algumas contribuições do trabalho com cadeias referenciais.

3.5 A contribuição do trabalho com cadeias referenciais

De acordo com Roncarati (2010, p.18), “o trabalho com as cadeias referenciais facilita a compreensão do texto, porque, por meio delas, é possível observar como se verifica a dinâmica dos processos de referenciação”.

Roncarati (2010, p.21) comenta que, “em nossas atividades de interpretação e produção textual, estamos frequentemente construindo cadeias referenciais, mas não nos damos conta da complexidade do funcionamento dessas cadeias”. Além disso, o sujeito não tem consciência dos mecanismos de que se vale para introduzir os objetos de discurso no texto, mantê-los ou substituí-los por outros novos.

Enfatiza que um dos tantos outros fatores que prejudicam a atribuição de sentidos a um texto é o fato de não se saber distinguir “se as informações novas e os novos *atributos* (qualidades, estados e condições particulares) que estão sendo introduzidos dizem respeito a um mesmo ou a um referente diferente” (RONCARATI, 2010, p.21).

Antes de passar à análise do *corpus*, gostaria de acrescentar ao que foi dito algumas questões em torno de subjetividade e identidade, das quais trato no capítulo que se segue.

CAPÍTULO IV

SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE NOS TEXTOS

4.1 Subjetividade

Logo na introdução deste trabalho, em nota de rodapé, referenciei Moita Lopes (1998), para discorrer acerca da noção de subjetividade por mim adotada. Reitero que, quando falo em analisar subjetividade, estou tratando de “analisar como os participantes envolvidos na construção do significado estão agindo no mundo através da linguagem e estão, deste modo, construindo a sua realidade social e a si mesmos” (MOITA LOPES, 1998, p.305).

Para isso, levo em conta as postulações de Voloshinov (1997) acerca da ideologização do signo linguístico. Signo este que se cria entre sujeitos; na interação social (BAKHTIN, 2000). Além disso, também levo em conta que a referenciação é um processo de discursivização do mundo, já que meu intuito é observar subjetividade por meio da introdução e retomada de referentes no texto.

De acordo com Bakhtin (2000, p.282), “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua”. Nesse sentido, pode-se observar indícios/traços/manifestações do sujeito nos documentos oficiais que analiso, já que são enunciados concretos.

No capítulo dedicado à Referenciação Textual, você (leitor) e eu vimos que o sujeito realiza escolhas linguísticas com base em determinado ponto de vista, em interação com outro sujeito. Em se tratando de escolhas linguísticas, Bakhtin (2000, p.324) entende que os recursos linguísticos são selecionados “em função não só de uma adequação ao objeto do discurso, mas também do pressuposto fundo aperceptivo¹⁷ do destinatário do discurso, ainda que esse fundo seja levado em consideração de um modo muito generalizado [...]”. Portanto, da mesma forma que Bakhtin (2000, p.326), entendo que “é sob uma maior ou menor influência do destinatário e da sua presumida resposta [dentre outros fatores], que o locutor seleciona *todos* os recursos linguísticos de que necessita”.

Nas três Cartas Oficiais que analiso no capítulo V, José Carneiro Lobo, capitão-mor reformado de Castro, interage com os membros da Câmara Municipal – presidente

¹⁷ Conforme entende Dahlet (1997, p.61) a respeito do texto de Bakhtin, “quando falamos, não estamos agindo sós. Todo locutor deve incluir em seu projeto de ação uma previsão possível de seu interlocutor e adaptar constantemente seus meios às reações percebidas do outro”.

e vereadores, para tratar da construção da ponte do rio Jaguaricatu. Com base nesses interlocutores é que Carneiro Lobo faz a seleção dos recursos linguísticos que possam atender aos seus propósitos comunicativos.

Como o leitor poderá observar na análise, Lobo se refere aos seus interlocutores por meio dos pronomes de tratamento “Vossas Senhorias” e “Ilustríssimos Senhores”. Além disso, pode-se observar a hierarquia estabelecida entre “Presidente” e “membros da Câmara Municipal”/“vereadores”. Por outro lado, não posso afirmar qual é a hierarquia estabelecida entre “Presidente e membros da Câmara Municipal/vereadores” e “José Carneiro Lobo”, capitão-mor reformado da Vila de Castro.

O que se pode afirmar é que José Carneiro Lobo era um homem de bastante influência, haja vista que era filho do coronel Luciano Carneiro Lobo, o qual, segundo Santos, Rosas e Santos (2014, p.171), adquiriu, em 1795, a fazenda Jaguariaíva, propriedade rural que deu origem ao atual município. Os autores destacam que, “em 15 de setembro de 1823, um Alvará Imperial elevou a Fazenda Jaguariaíva à categoria de Freguesia. Freguesia criada com a denominação de Jaguariaíva [...] no município de Castro”.

Ainda a respeito da influência do interlocutor na comunicação verbal, Bakhtin (2000, p.323) destaca que

nas esferas da vida cotidiana ou da vida oficial, a situação social, a posição e a importância do destinatário repercutem na comunicação verbal de um modo todo especial. *A estrutura da sociedade em classes introduz nos gêneros do discurso e nos estilos uma extraordinária diferenciação* que se opera de acordo com o título, a posição, a categoria, a importância conferida pela fortuna privada ou pela notoriedade pública, pela idade do destinatário e, de modo correlato, de acordo com a situação do próprio locutor (ou escritor) (grifo nosso).

Com base nessas postulações de Bakhtin, posso dizer que estamos tratando especificamente da vida oficial, e a importância do presidente e membros da Câmara repercutem na comunicação verbal por meio dos pronomes de tratamento de 2ª pessoa. Mas, como já disse, não posso afirmar qual é a hierarquia entre “Presidente e membros da Câmara Municipal/vereadores” e “José Carneiro Lobo”, capitão-mor da Vila de Castro, já que o uso desses pronomes de tratamento pode ser um uso generalizado na época.

Portanto, para Bakhtin, de acordo com quem seja meu interlocutor, ocorre uma diferenciação no estilo (estilo no sentido de seleção dos recursos linguísticos com base num processo de interação e não num sistema fixo e estável) e no gênero de discurso.

Bakhtin (2000, p. 308) destaca que “a língua enquanto sistema dispõe [...] de um rico arsenal de recursos linguísticos (lexicais, morfológicos e sintáticos) para expressar a posição emotivo-valorativa do locutor”. No entanto, segundo o autor, todos esses recursos linguísticos são neutros.

Para Bakhtin (2000, p.309), os recursos linguísticos são neutros porque “não são de ninguém e não comportam um juízo de valor. Estes estão a serviço de qualquer locutor e de qualquer juízo de valor, que podem mesmo ser totalmente diferentes, até mesmo contrários”.

Um juízo de valor a respeito da “realidade”, de acordo com Bakhtin (2000, p.311), só pode ser estabelecido por um locutor, mediante um enunciado concreto:

Ao escolher a palavra, partimos das intenções que presidem ao todo do nosso enunciado, e esse todo intencional, construído por nós, é sempre expressivo. É esse todo que irradia sua expressividade (ou melhor, nossa expressividade) para cada uma das palavras que escolhemos e que, de certo modo, inocula nessa palavra a expressividade do todo. Escolhemos a palavra de acordo com sua significação que, por si só, não é expressiva e pode ou não corresponder ao nosso objetivo expressivo em relação com as outras palavras, isto é, em relação com o todo de nosso enunciado.

O fato de as palavras serem neutras, segundo Bakhtin (2000, p. 315), é o que “possibilita que elas sirvam de modo igualmente satisfatório a todos os valores [...]”. Nas palavras de Giovani e Souza (2014, p.79), a neutralidade da palavra se “estabelece no sentido de que esta pode assumir qualquer função ideológica, dependendo da maneira em que aparece em uma situação de comunicação concreta”. Assim, os autores destacam que “a palavra pode ser entendida como um signo neutro [...] no sentido de que recebe carga significativa a cada momento”.

Em outras palavras, os sujeitos realizam escolhas linguísticas para atender aos seus propósitos comunicativos. Considero que são juízos de valor de José Carneiro Lobo, quando este fala em “gentio bárbaro” e em “indivíduos robustos”, conforme o leitor poderá observar na análise. No momento em que o sujeito realiza uma escolha linguística, a palavra deixa de ser neutra, uma vez que está em um enunciado concreto e, dessa forma, passa a ficar carregada ideologicamente.

Portanto, neste trabalho, não considero a palavra isolada (como unidade da língua), mas o enunciado. Com isso, justifico mais um aspecto do título de meu trabalho, isto é, a subjetividade é uma espécie de “ponte”, já que “apenas o contato entre a língua e a realidade (que se dá no enunciado) provoca o lampejo da expressividade. Esta não está no sistema da língua e tampouco na realidade objetiva que existe fora de nós” (BAKHTIN, 2000, p.311).

A “ponte-subjetividade”, neste trabalho, pode ser tomada como intersubjetividade, ou seja, relação entre os interlocutores na qual a subjetividade é constituída. Os sujeitos agem no mundo por meio da linguagem e, desta forma, constroem a si mesmos (MOITA LOPES, 1998).

Com base em Voloshinov (1989, p.11), entendo que o sujeito, em interação com outro sujeito, assume uma “atitude ativa em direção ao referente, em direção ao objeto do enunciado, uma atitude de certa forma tendendo a apostrofar este objeto como o culpado vivo, encarnado”. E o outro sujeito – o interlocutor — “é convidado, por assim dizer, como *testemunha e aliado*”.

Esta atitude ativa é reveladora de subjetividade, já que “repreende ou agrada, denigre ou engrandece” (VOLOSHINOV, 1989, p.13). Além disso, a subjetividade está presente nos julgamentos de valor que, antes de tudo, “determinam a *seleção de palavras* do autor e a recepção desta seleção (a co-seleção) pelo ouvinte” (p.15). Nesse sentido, estou falando da ponte-linguagem.

Além da ponte-linguagem, a ponte-referenciação também colabora para a ponte-subjetividade, uma vez que “a avaliação opera também em relação ao objeto do enunciado – o herói” (VOLOSHINOV, 1989, p.15) – tomado, aqui, como “objeto de discurso”.

Segundo Voloshinov (1989, p.15), “a simples seleção de um epíteto¹⁸ ou uma metáfora já é um ato de avaliação ativo orientado em duas direções – em direção do ouvinte e em direção do herói”. Nesse sentido, “onde a análise linguística vê apenas palavras e as interrelações de seus fatores abstratos (fonéticos, morfológicos, sintáticos, etc.), [...] a análise sociológica concreta revela relações entre *pessoas*”; subjetividades.

Portanto, de acordo com Voloshinov, entendo que o sujeito se constitui na interação com outro sujeito. Dessa forma, no texto (tomado justamente como interação), pode-se observar como o sujeito se “marca”, por meio das escolhas linguísticas que

¹⁸ Na referenciação, epíteto é entendido como expressão que qualifica pessoa ou coisa.

realiza. Em outras palavras, as marcas desse sujeito são deixadas em função da sua relação com o interlocutor, com as condições de produção do gênero etc.

Passo, agora, à noção de identidade por mim adotada.

4.2 Identidade

Assim como me baseei em Moita Lopes (1998, p.309), na introdução deste trabalho, para tratar da noção de subjetividade, também o referencio para tratar da concepção de identidade. O autor entende que “as identidades sociais de classe social, gênero, orientação sexual, raça, idade, profissão etc. são simultaneamente exercidas pelas mesmas pessoas nas mesmas ou em práticas discursivas diferentes”. Nesse sentido, posso dizer que o sujeito não tem apenas uma identidade, mas várias. É essa a posição que assumo.

No capítulo dedicado à linguagem, falo da concepção de sujeito por mim adotada, isto é, a concepção de sujeito que interage socialmente, com base em Voloshinov (1997) e Bakhtin (2000).

Neste momento, com o intuito de discutir a questão da identidade, apresento três outras concepções de sujeito e, conseqüentemente, de identidade, segundo Hall (1999).

O sujeito do Iluminismo, segundo Hall (1999, p.10), “estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação”. Embora essa concepção de sujeito seja vista por outro prisma, isto é, aqui o sujeito não é tratado como sujeito de linguagem, posso dizer que essa concepção de sujeito do Iluminismo se assemelha à concepção de sujeito psicológico de que fala Voloshinov.

Hall (1999, p.11) trata, então, da noção de sujeito sociológico. Aqui, entendia-se que “esse núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com ‘outras pessoas importantes para ele’, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos [...] dos mundos que ele/ela habitava”. Para o autor, de acordo com essa visão sociológica, “a identidade é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade”.

Em relação ao sujeito sociológico, Hall (1999, p.11) destaca que o sujeito ainda tem “um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem”. Nessa concepção sociológica, o autor compreende que “a identidade preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo

público”; e “estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis”.

Hall (1999, p.12) argumenta que “o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas”. Trata-se do sujeito pós-moderno¹⁹, o qual não tem “uma identidade fixa, essencial ou permanente”.

Nesse sentido, posso dizer que o papel social assumido por José Carneiro Lobo não constitui a sua única identidade. Trata-se apenas de uma identidade observada na esfera oficial. Certamente, na esfera cotidiana (termo bakhtiniano²⁰), Carneiro Lobo assume outro papel social, e vários outros em diferentes esferas.

Concordo com Hall (1999, p.13), quando entende que “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente”. Para o autor, “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”.

Hall (1999, p.38) argumenta que a identidade “permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’ [...]. Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*”. Além disso, o autor entende que “eu sei quem ‘eu’ sou em relação com ‘o outro’ (por exemplo, minha mãe) que eu não posso ser” (p.40). Nesse sentido, podemos dizer que, para Hall, a identidade é relacional. José Carneiro Lobo é um “não-gentio bárbaro”, do qual ele se distancia.

Woodward (2000) também considera que a identidade é relacional. A autora argumenta que a identidade depende, para existir, de algo fora dela, isto é, de outra identidade, de uma identidade que ela não é, mas que, entretanto, fornece as condições para que ela exista. Em outras palavras, a identidade se distingue por aquilo que ela não é, ou seja, ser um sérvio, por exemplo, é ser um “não-croata”. Assim, Woodward estabelece que a identidade é marcada pela diferença. Com isso, justifico o último aspecto do título de meu trabalho; a identidade é uma espécie de “ponte”, uma vez que

¹⁹ Hall (1999) fala em sujeito pós-moderno. Como pensar em um sujeito do início do século XIX a partir de sua teoria? A resposta à essa pergunta está no fato de que o sujeito sempre foi fragmentado. Apenas a teoria de Hall é que veio depois da produção das Cartas analisadas.

²⁰ Ao falar em esfera cotidiana, o Círculo de Bakhtin não discute exatamente esse conceito de identidade. No entanto, sob um aspecto central podemos aproximar o Círculo à posição de sujeito pós-moderno apresentada por Hall: a noção de que o sujeito é discursivamente construído.

não existe sozinha; necessita de outra identidade para se constituir.

Anteriormente, o leitor pôde ver que a identidade é marcada pela diferença. No entanto, conforme Woodward (2000) acrescenta, parece que algumas diferenças são vistas como mais importantes que outras, ou seja, os termos que formam os dualismos recebem pesos desiguais, estando vinculados a relações de poder.

No decorrer de seu texto, Woodward estabelece uma distinção entre as posições essencialista e não-essencialista de identidade, de forma parecida com o que Hall (1999) fala sobre os tipos de sujeito.

Sob um ponto de vista essencialista de identidade – que pode fundamentar suas afirmações tanto na história quanto na biologia – existiria um conjunto cristalino de características que *todos* os sérvios (por exemplo) partilham e que não se altera ao longo do tempo. Já sob um ponto de vista não-essencialista de identidade, focalizar-se-iam “as diferenças, assim como as características comuns ou partilhadas, tanto entre os próprios sérvios quanto entre os sérvios e outros grupos étnicos, por exemplo” (WOODWARD, 2000, p.12).

Além disso, Woodward (2000, p. 31) considera que pode haver “tensões entre nossas diferentes identidades quando aquilo que é exigido por uma identidade interfere com as exigências de uma outra”.

Até aqui, posso dizer que Moita Lopes (1998), Hall (1999) e Woodward (2000) consideram que temos não uma, mas várias identidades. Da mesma forma que Rajagopalan (2003, p.71), entendo que, “entre os pesquisadores que se interessam pela questão da identidade, já não há mais quem, em sua consciência, acredite que as identidades se apresentam como prontas e acabadas”. Pelo contrário, acredita-se “que as identidades estão, todas elas, em permanente estado de ebulição. Elas estão sendo constantemente reconstruídas”. E Rajagopalan continua:

Em qualquer momento dado, as identidades estão sendo adaptadas a adequadas às novas circunstâncias que vão surgindo. A única forma de definir uma identidade é *em oposição a outras identidades* em jogo. Ou seja, as identidades são definidas estruturalmente. Não se pode falar em identidade fora das relações estruturais que imperam em um momento dado.

Levando em conta, portanto, que as identidades não são fixas e acabadas, faço aproximações entre os autores acima referenciados e Bauman (1998, p.155). Este destaca que “o problema da identidade resulta principalmente da dificuldade de se

manter fiel a qualquer identidade por muito tempo”. Além disso, há “a necessidade de não adotar nenhuma identidade com excessiva firmeza, a fim de poder abandoná-la de uma hora para outra, se for preciso”.

Segundo Bauman (2005, p.19), a identidade não tem a solidez de uma rocha, não é garantida para toda a vida, é bastante negociável. Para ele, “as identidades”, no plural, “flutuam no ar”, cabendo a cada indivíduo “capturá-las em pleno voo” (p.35). Ou, conforme o entendimento de Richard Baxter (citado por Bauman), o sujeito deve(ria) portar identidades como mantos leves prontos a serem despidos a qualquer momento (p.37), uma vez que “o que hoje parece belo [...] pode vir a ser feio [...]”.

Essa flexibilidade das identidades se assemelha à instabilidade dos processos de referenciação que discuti neste trabalho, bem como à inovação dos gêneros discursivos, os quais são “relativamente estáveis”.

Para Bauman (2005, p.83), sempre que se ouvir a palavra ‘identidade’, “pode-se estar certo de que está havendo uma batalha. O campo de batalha é o lar natural da identidade”. E tal compreensão vai ao encontro do termo “crise de identidade” (de Stuart Hall) ou das palavras de Woodward, no sentido de que uma identidade depende de outra para existir; é relacional.

Com base nesses diferentes autores, considero que as identidades estão em constante processo de transformação. Não são estáveis e acabadas, de forma que os sujeitos assumem diferentes papéis sociais em diferentes esferas da vida.

Na sequência, antes de passar à análise dos documentos propriamente dita, trato do *corpus* a ser analisado.

CAPÍTULO V

O CORPUS E A ANÁLISE

5.1 O *corpus*

Trato, aqui, especificamente do *corpus* de análise; das escolhas implicadas quando se tem de fazer um recorte.

Como disse logo na introdução deste trabalho, em projetos de iniciação científica analisava Cartas Notariais do século XVIII, do município de Paranaguá, as quais foram buscadas no Arquivo Público do Estado de São Paulo, por pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina.

Em 2011, a Prof.^a Dr.^a Vanderci de Andrade Aguilera profere, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, uma palestra intitulada “Manuscritos paranaenses e o léxico do português brasileiro: caminhos percorridos”. Neste momento, fico sabendo que existiam textos da cidade de Castro e, na mesma hora, surge o interesse em analisá-los, afinal, são da cidade em que fui criado. O interesse surge com a curiosidade de encontrar, nesses textos, fatos que pudessem (re)construir a imagem dessa cidade histórica.

No entanto, só tive acesso a tais textos em 2014, os quais fazem parte do *corpus* de análise do trabalho de dissertação de mestrado de Bençal (2014), intitulado “O alçamento de médias altas e o abaixamento de altas na pauta pretônica nos manuscritos castrenses do século XIX”.

Para seu trabalho, Bençal (2014) conta com cinquenta (50) documentos de diferentes gêneros da esfera oficial, como Atas, Cartas Oficiais, Atestados, Requerimentos, Informes, Cartas-requerimentos, Certidões, Autos de corpo de delito, Pareceres, Prestações de Contas, Resoluções, Declarações e Contratos.

Bençal (2014) analisa, nesses documentos, os condicionamentos fonológicos que favorecem a ocorrência dos fenômenos de abaixamento das vogais altas /i/ e /u/, como em *lugar*>*logar*, *milícia*>*melicia*, e também o alçamento das médias altas /e/ e /o/, como em *gentio*>*gintio*, *costume*>*custume*. Dessa forma, não se trata de uma análise linguística de cada documento como um todo.

Como meu trabalho tem o propósito de analisar o texto enquanto processo de interação entre sujeitos sociais e fazer uma análise detalhada de cada documento, tive de fazer um recorte. Desses 50 documentos, selecionei três (3) Cartas Oficiais.

A escolha consistiu em se encontrar nos textos algum tipo de “unidade”, que favorecesse uma análise sociodiscursiva. Dessa forma, selecionei três Cartas Oficiais que tratam de um mesmo assunto e são escritas por um mesmo sujeito.

Como foi visto com Bakhtin (2000), todo enunciado trata de um tema. O tema das três Cartas Oficiais que analiso – escritas por José Carneiro Lobo – é a construção da ponte do rio Jaguaricatu. A metáfora da “ponte” passa a ser, portanto, o fio condutor do trabalho. Linguagem, referenciação, identidade e subjetividade são termos tomados como “pontes”, já que a realidade que nominam precisa do “outro”; de outro sujeito para se firmar.

Os cinquenta documentos supramencionados foram buscados, por Bençal (2014), na Casa da Cultura Emília Ericksen, localizada na Rua Dr. Jorge Xavier da Silva, em Castro/PR, que guarda um pouquinho da memória dos sujeitos.

Bençal (2014, p.96) destaca a dificuldade da compilação do *corpus*. Segundo a autora, muitos dos textos

estão disponibilizados para pesquisa acadêmica, porém, não há condições práticas suficientes para sua realização. Os manuscritos encontram-se arquivados em caixas e, muitos deles, acomodados em livros do tipo brochura, não favorecendo a digitalização de forma satisfatória. Como os responsáveis do arquivo não permitem a retirada dos livros do local de pesquisa, a compilação do *corpus* foi dificultada pela falta de equipamento apropriado para a digitalização do material.

Os manuscritos que compõem o *corpus* desta investigação, portanto, foram digitalizados e transcritos por Bençal (2014), de acordo com as normas semidiplomáticas, com a reprodução justalinear do fac-símile²¹.

As normas seguidas para a transcrição dos manuscritos foram baseadas na proposta elaborada pelo projeto PHPP (Para a História do Português Paranaense). A respeito dessa proposta, Aguilera (In: AGUILERA; VASCONCELOS, 2007, p.7) destaca que a edição de cada fôlio vem precedida de uma ficha catalográfica, “onde consta o número do documento, que pode ter mais de um fôlio, o número, entre parênteses que a Carta recebe no arquivo digitalizado, a tipologia do texto, o assunto ou resumo, a datação do documento e os autores” (os que assinam o manuscrito). Ressalta que os nomes próprios contidos nos manuscritos são atualizados na ficha. Em relação às abreviaturas constatadas nos documentos, explica que elas são desenvolvidas na edição, isto é, marcam-se, em *itálico*, as letras omitidas nas abreviaturas. Para isso, respeita-se a

²¹ Imagem testemunho do documento transcrito e editado que a acompanha (BENÇAL, 2014, p.96).

grafia do manuscrito, ainda que revele “idiossincrasias ortográficas de quem o escreveu”. Assim, mantêm-se a pontuação e a acentuação originais.

Como já disse anteriormente, analiso três Cartas Oficiais. A Carta Oficial, conforme Bençal (2014, p.102, adaptado de Belloto, 2002), é um “documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo [...]”.

Em se tratando de Carta Oficial, Silva (2004, p.110) entende que, no que se refere ao período arcaico, “a documentação não-literária de natureza jurídica, sobretudo a notarial [...], permite responder com precisão o quando, o onde, já que são documentos datados e localizados”. Além disso, “são também indicados nesse tipo de texto o quem e o para quem, embora não se possa recuperar, na grande maioria das vezes, o perfil biográfico, tanto do emissor como do receptor”.

Com relação à autoria dos documentos, concordo com Bençal (2014, p.189), quando esta entende que “um dos principais obstáculos enfrentados pelos linguistas que se aventuram no universo histórico das pesquisas é, muitas vezes, saber com exatidão de quem foi a mão que pegou ‘a pena’ e escreveu determinado manuscrito”.

Bençal (2014, p.189) considera que, “por mais que um escriba assine um documento, não há como, verdadeiramente, afirmar que aquele nome seja mesmo do autor e portador de tal ortografia”. Diante disso, a autora toma como possível “autor” do manuscrito a assinatura cujo traço coincida com a letra contida no corpo do documento, desde que haja somente uma assinatura, como é o caso dos documentos que analiso.

Tomo, portanto, como “autor” das Cartas Oficiais que analiso, José Carneiro Lobo, o qual assina os manuscritos. Na sequência, passo à análise do *corpus*.

5.2 A análise

Passo, agora, à análise do *corpus*. Antunes (2010, p.45) entende que “a tarefa de ‘analisar’ implica ‘separar os elementos’ de um conjunto e, em um texto, nada é separável totalmente. Tudo está intimamente entrelaçado e se interdepende”. Esse é um dos motivos pelos quais opto por fazer a análise rastreando a constituição de cadeias referenciais, em vez de analisar trecho por trecho, perdendo a noção do conjunto.

Entre muitos outros aspectos, Antunes (2010, p.57) propõe que sejam objetos de observação:

- As expressões referenciais que introduzem os objetos de referência;

- As retomadas dessas expressões referenciais, que asseguram a continuidade referencial pretendida, seja pela substituição pronominal, seja pela substituição lexical;
- As diversas funções da repetição de palavras ou de segmentos maiores;
- As elipses;

Neste momento da análise, ressalto que “o movimento é sempre dialógico, cooperativo e factível de ser modificado em função de uma série de variáveis extralinguísticas intervenientes” (RONCARATI, 2010, p.38), como é o caso da noção de anáfora e dêixis.

Dessa forma, “como na vida, não vamos encontrar soluções nem análises prontas ou definitivas: o saber é sempre uma plataforma alavancadora das próximas descobertas a serem revistas e aprimoradas” (RONCARATI, 2010, p.38). Em se tratando de linguagem, tudo é muito complexo, uma vez que adoto uma perspectiva de língua que não se esgota no código, mas é, sim, uma ponte que une sujeitos com crenças e atitudes diversas.

Da mesma forma que Antunes (2010, p.115), tudo o que pretendo explorar neste momento concerne “à construção, à arquitetura do texto propriamente dita, ou seja, às opções disponíveis no quadro das regularidades textuais para fazer subir as paredes de sua sustentação”.

Como na construção de uma ponte, Antunes (2010, p.115) entende que “é preciso que se saiba como se juntam os vários elementos, os vários materiais que hão de resultar num todo coerente, pensado para desenvolver certas funções”²².

Assim, primeiramente, identifico as cadeias referenciais de determinado texto, entendidas como resultado do processo de introdução e retomada de um mesmo referente. Além disso, mostro como o objeto de discurso (MONDADA e DUBOIS, 2003) é construído e reconstruído, seja por meio de expressão nominal, pronome, numeral, sinônimo, elipse etc., com base nas postulações de Koch (2005, 2008, 2015), Koch e Elias (2006, 2009) e Marcuschi (2005, 2007).

Logo na sequência, faço a análise de cada texto. Posso dizer que as cadeias referenciais servem para melhor se visualizar as introduções e retomadas. Por sua vez,

²² Antunes (2010) fala em construção de edifício.

na análise propriamente dita, relaciono os elementos linguísticos ao contexto sociocognitivo-interacional dos interlocutores.

A primeira Carta Oficial que analiso é a de número 2 (na publicação original). Aqui, ela recebe o número 1.

5.2.1 Texto 1

Nº do Doc: 02
Composição: fol. 2r
Tipologia: Carta Oficial
Datação: 15 de setembro de 1829
Assunto/Resumo: Resposta ao pedido de melhoria da estrada e construção de ponte
Autor: José Carneiro Lobo

Ressebi o **oficio de Vossas Senhorias**[2][1] e Vejo o **Seo**[3] **Conteudo**[4] **que**[5] Respondo hé verdade *que* o Excelentíssimo Senhor Presidente Ordenome eu mandaçe fazer **aponte do Rio Jaguaricatu**[7][6] <**Jaguaricetu**>[8]; Com todo o exforço paçei a dar providências **afactura dadi=**
ta ponte[10][9], querendo tratar **empleitada**[11] não mefoi pocivel axar *quem* quizeçe empleitar; Escrevi Com vidandopara a o
bra[12] **Thome**[13] **detal morador em Vila de Itapetininga**[14] **este**[15] me respondeo *que* padessia Molestia deReomatismo **heçe**[16] he=
ra **omotivo**[17] *que* não podia vir fazer a **dita ponte**[18]; logo procurei atractar Com **hum Daniel**[19] **detal morador na**
Fabrica do ferro[20] **que**[21] tam bem **sobre**[22] respondeume que não podia por andar Com **Sua**[23] **tropa**[24] Carregada trabalhando *que* **lhe**[25] não faria Conta largar **dela**[26]; Fiquei des enganado de não axar mestre Soficiente tive no tiçia *que* naFazenda do **Tenente Antonio fogaça**[27] parava **hum Carpinteiro**

andante denome Manoel Marques[28] por medizerem Ser
bom Carpinteiro[29] Xameio[30] por um officio feito a **dito Tenente Fo=**
gaça[31] elogo veio eu querendo tractar **adita ponte[32]** Com **ele[33]**
respondeu[34] me *que* nunca tinha feito ponte *eque* o **Seu[35] officio[36]**
que[37] ele[38] aprendeo era **emgenharia[39]** fiquei des enganado; ven
do eu *que* não achava Mestre; apronteí lavradores e fui
ao **lugar Jaguaricatu[40]** pus **amadera prortalavrada deCo**
atro faça[41] no Cavaco levando mantimentos para **monicio[42]** eco
mo desfiz **o dito monicio[43]** tornei aesta **Villa[44]** para termos
Com a mesma gente *quando que* mefoçe pocivel adezanove do
Junho tornei ahir ao **dito lugar[45]** levando gente eman
timentos Sofeçiente tratei com **Antonio (Gabriel) e Daniel Leite[46]**
para **ambos[47]** hirem levantar e servirem de mestre pa
gandolhe[48] Seos[49] Jornais[50] e Como **eles[51]** Sam meleçia
nos ofiçiei ao **Senhor Tenente Lourenco Marcondes[52]**
pedindo **aqueles dois milicianos[53]** para **aquela obra pu**
blica[54] prontamente **mandou[55]** ordem para meaCompa
Para meaCompanharem pagandoçe os **Seos[56] Jornais[57]** Com
petente, Tratei Com **os dois Carpinteiro[58]** para Sairem
atras de mim oito dias logo que xeguei no **dito lu**
gar Jaguaricatu[59] apronteí os Carreadores e meti
tres Carretoins Com a boiada Competente aCondu
zis as **madeiras[60]** e pus **toda amadeira[61]** no **Barran**
co do Rio[63][62] no lugar onde Se alevantar **adita**
ponte[64] **adita madeira[65]** hé muito boa **toda[66]** hé de

Serne lavrada deCoatro faça Como a Sima diçe
 tem **madeira[67]** antes *que* Sobre do *que* falte faltan
 do Somente *para* estimala[68] por ta **toda esta madeira[69]** no
Barranco do Rio[71][70] Como a Sima diçe ; Fazendo
 vinte etantos dias des pois *que* desta[72] Sahi eja eu
 devolta por não poder mais esperar **os dois Car**
pinteiros[73] pela grande demora enaõ termais que fa
 zer Com **aquela gente[74]** e Ser **o lugar[75]** muito perigo
 zo do **gentio bárbaro[76]** pus me devolta Como a Si=
 ma diçe em Caminho emContrei Com **Cartas[77]**
 de **ambos[78]** vindo **aCarta do Daniel[79]** Sem a Si
 narçe **Cujas[80] Cartas[81]** em cluza Remeto para
Vossas Senhorias[82] verem **estes[83]** Sam os **obestaculo[84]** que te
 nho emContrado **heça[85]** hé **aRazaõ[86]** denaõ estar
adita ponte[87] pronta ehé muito publico afalta que
 tem nesta **Villa[88]** deCarpinteiros tanto a Sim *que*
 fis deligenceas por **Carpinteiros deotras Vilas[89]** eos[90]
 não pude axar não sei Sehão per **aquele lu=**
gar[91] Ser muito perigozo do **gintio[92]** que não pude a
 xar *quem* quizeçe vir fazer bem entendido **aqueles**
ofeceaes defora[93], que os daterra não tem *que* Repu
 ginarem *por* Ser **obra publica[94]**

Para **esta obra[95]**Recebe de
 meo Paÿ oCoronel Luciano Carneiro Lobo Sem
 mil reis *por* ponte do **Sargento Mor Novais[96]** eotro

Eoutro Sem por Conta dele[97] eu inda não fis a
 Conta do que nella[98] des pendí por hiço[99] iguinoro o dito
que Resta[100] por ter meficado os aSentos em **Jaguar<a>[101]**
 brebe mando vir afim deca fazer verdadeiramente a
 Conta do que des pendí em tam farei Ver a**Vossas Senhorias[102]**
 aplicarem para oConsumo da **dita obra[103]**;

Hoje meaxo Reformado por deCreto de 15 deDezembro
 do anno *próximo passado* pois quero des cançar que atrinta etan
 ttos annos tenho Servido Com deligencia ao Noso
 Augusto Imperador eDeus guarde a**Vossas Senhorias[104]** por muitos anos
Villa deCastro[105] 15 de *outubro* de1829

Ilustríssimos

Senhores Presidente e Membros

daCamara Munissipal[106]

JoseCarneiro Lobo

Capitão Mor Reformado

Reitero que, primeiramente, faço um rastreamento das cadeias referenciais (doravante CRs), de acordo com Roncarati (2010), bem como de acordo com os processos de referenciação, com base em Koch (2005, 2008, 2015), Koch e Elias (2006, 2009) e Marcuschi (2005, 2007). A seguir, faço a análise propriamente dita do documento, incluindo questões acerca de subjetividade e identidade.

- CR1: o ofício deVossas Senhorias [1] => o Seo [3]

[1] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por expressão nominal definida (det. [artigo definido “o”] + nome [substantivo “ofício”] + modificador [sintagma preposicional “de Vossas Senhorias”]).

[3] retomada por pronome possessivo antecedido de artigo definido.

- CR2: Conteúdo [4] => que [5]

[4] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por nome (substantivo).

[5] retomada por pronome relativo.

- CR3: Vossas Senhorias [2] => Vossas Senhorias [82] => Vossas Senhorias [102] => Vossas Senhorias [104] => Ilustríssimos Senhores Presidente e Membros da Câmara Municipal [106]

[2] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por pronome de tratamento de 2ª pessoa.

[82], [102], [104] retomada por meio de reiteração do pronome de tratamento de 2ª pessoa.

[106] retomada por meio de expressão nominal (forma de tratamento [“Ilustríssimos Senhores”] + nomes [substantivos “Presidente e Membros”] + modificador [sintagma preposicional “da Câmara Municipal”]).

- CR4: aponte do Rio Jaguaricatu [6] => dita ponte [10] => a dita ponte [18] => adita ponte [32] => adita ponte [64] => adita ponte [87]

[6] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por expressão nominal definida (det. [artigo definido “a”] + nome [substantivo “ponte”] + modificador [sintagma preposicional “do Rio Jaguaricatu”]).

[10] retomada por nome (substantivo “ponte”) antecedido pelo particípio do verbo “dizer”: dita (já mencionada, já referida), com valor de adjetivo.

[18], [32], [64], [87] retomadas por expressão nominal definida (det. [artigo definido “a”] + modificador [adjetivo “dita”] + nome [substantivo “ponte”]).

- CR5: Rio Jaguaricatu [7] => Jaguaricetu [8] => lugar Jaguaricatu [40] => dito lugar [45] => dito lugar Jaguaricatu [59] => Rio [63] => Rio [71] => o lugar [75] => aquele lugar [91] => Jaguar<a> [101]

[7] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por nome (substantivo próprio).

[8] retomada por reiteração de parte do nome²³.

²³ Entendo tratar-se de um erro ortográfico o nome “Jaguaricetu”, já que, na sequência, o autor volta a falar em “Jaguaricatu”.

[40] retomada por reiteração de parte do nome antecedido de hiperônimo (“lugar” é um termo de sentido mais amplo que engloba o termo mais específico).

[45] retomada por hiperônimo antecedido pelo particípio do verbo “dizer”: dito (já mencionado, já referido), que tem valor de adjetivo.

[59] retomada por nome (substantivo próprio “Jaguaricatu”) antecedido pelo particípio do verbo “dizer”: dito (já mencionado, já referido), que tem valor de adjetivo, e hiperônimo “lugar”.

[63] retomada por nome (substantivo “Rio”).

[71] reiteração do nome anteriormente mencionado.

[75] retomada por hiperônimo antecedido de artigo definido.

[91] retomada por hiperônimo antecedido de pronome demonstrativo (dêitico).

[101] retomada por abreviação do nome “Jaguaricatu” (“Jaguar<a>”).

- CR6: afactura dadita ponte [9] => a obra [11] => a obra [12] => sobre [22] => aquela obra publica [54] => esta obra [93] => obra publica[94] => ella [98] => dita obra[103]

[9] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por expressão nominal definida (det. [artigo definido “a”] + nome [substantivo “factura”] + modificador [sintagma preposicional “da dita ponte”]).

[11], [12] retomadas por expressão nominal definida (det. [artigo definido “a”] + nome [substantivo “obra”]).

[22] retomada por elipse, omissão do nome “obra” (sobre a obra).

[54] retomada por expressão nominal (pronome demonstrativo [“aquela”] + nome [“obra”] + modificador [adjetivo “pública”]).

[93] retomada por nome (substantivo) antecedido de pronome demonstrativo.

[94] retomada por nome (substantivo) sucedido de adjetivo.

[98] retomada por pronome pessoal do caso reto.

[103] retomada por nome (substantivo “obra”), antecedido pelo particípio do verbo “dizer”: dita (já mencionada, já referida), com valor de adjetivo.

- CR7: Thome [13] => detal morador em Vila de Itapetininga [14] => este [15]

[13] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por nome (substantivo próprio).

[14] aposto explicativo que recategoriza o objeto de discurso por meio de nome e modificadores.

[15] retomada por pronome demonstrativo.

- CR8: heçe [16] => omotivo [17]

[16] encapsulamento realizado por pronome demonstrativo.

[17] nominalização: encapsulamento realizado por expressão nominal (det. [artigo definido “o”] + nome [substantivo “motivo”]).

- CR9: hum Daniel [19] => detal morador na Fabrica do ferro [20] => que [21] => Sua [23] => lhe [25]

[19] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por nome (substantivo próprio) antecedido por artigo indefinido.

[20] aposto explicativo que recategoriza o objeto de discurso por meio de nome e modificadores.

[21] retomada por pronome relativo.

[23] retomada por pronome possessivo.

[25] retomada por pronome pessoal do caso oblíquo.

- CR10: tropa [24] => ela [26]

[24] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por nome (substantivo).

[26] retomada por pronome pessoal de caso reto.

- CR11: Tenente Antonio fogaça [27] => dito Tenente Fogaça [31]

[27] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por nome (substantivo próprio) antecedido de substantivo comum (Tenente).

[31] retomada por reiteração de parte do nome antecédida pelo particípio do verbo “dizer”: dito (já mencionado, já referido), com valor de adjetivo, e substantivo comum (tenente).

-CR12: hum Carpinteiro andante denome Manoel Marques [28] => bom Carpinteiro [29] => o [30] => ele [33] => Ø respondeu [34] => Seu [35] => ele [38]

[28] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por expressão nominal indefinida (det. [artigo indefinido “um”] + nome [substantivo “carpinteiro”] + modificadores [adjetivo “andante” e sintagma preposicional]).

[29] referência feita por nome (substantivo “Carpinteiro”) antecedido de adjetivo.

[30] retomada por pronome pessoal do caso oblíquo.

[33] retomada por pronome pessoal do caso reto.

[34] elipse

[35] retomada por pronome possessivo.

[38] retomada por pronome pessoal do caso reto.

- CR13: ofício [36] => *que* [37] => engenharia [39]

[36] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por nome (substantivo).

[37] retomada por pronome relativo.

[39] recategorização do referente. Especificação do ofício, construída por nome (substantivo).

- CR14: amadera prantalavrada deCoatro façe [41] => as madeiras [60] => toda amadeira [61] => adita madeira [65] => toda[66] => madeira[67] => la [68] => toda esta madeira [69]

[41] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por expressão nominal definida (det. [artigo definido “a”] + nome [substantivo “madeira”] + modificador [locução adjetiva “pronta lavrada de quatro faces”]).

[60] retomada por expressão nominal definida (det. [artigo definido “as”] + nome [substantivo “madeiras”]).

[61] retomada por nome (substantivo “madeira”) antecedido de pronome adjetivo (“toda”) e artigo definido (“a”).

[65] retomada por nome (substantivo “madeira”) antecedido de artigo definido (“a”) e particípio do verbo “dizer”: dito (já mencionado, já referido), com valor de adjetivo.

[66] retomada por pronome adjetivo.

[67] retomada por nome (substantivo)

[68] retomada por pronome pessoal do caso oblíquo.

[69] retomada por nome (substantivo “madeira”) antecedido de pronome adjetivo (“toda”) e pronome demonstrativo (“esta”).

- CR15: monicio [42] => o dito monicio [43]

[42] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por nome (substantivo).

[43] retomada por reiteração do nome (substantivo “monicio”) antecedido de artigo definido (“o”) e particípio do verbo “dizer”: dito (já mencionado, já referido), com valor de adjetivo.

- CR16: esta Villa [44] => esta [72] => esta Villa [88] => Villa deCastro [105]

[44] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por nome (substantivo “Villa”) antecedido de pronome demonstrativo (“esta”). Passa a ser um dêitico que aponta para a Vila de Castro.

[72] retomada por pronome demonstrativo.

[88] retomada por nome (substantivo “Villa”) antecedido de pronome demonstrativo (“esta”).

[105] retomada por nome (substantivo “Villa”) especificado pelo sintagma preposicional “de Castro”.

- CR17: Antonio (Gabriel) e Daniel Leite [46] => ambos [47] => lhe [48] => Seos [49] => eles [51] => aqueles dois milicianos [53] => Seos [56] => os dois Carpinteiro [58] => os dois Carpinteiros [73] => ambos [78] => Cujas [80] => aqueles ofeceaes defora [93]

[46] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por substantivos próprios.

[47] retomada por pronome indefinido/numeral

[48] retomada por pronome pessoal do caso oblíquo.

[49] retomada por pronome possessivo.

[51] retomada por pronome pessoal do caso reto.

[53] retomada por expressão nominal (pronome demonstrativo [“aqueles”] + numeral [“dois”] + nome [substantivo “milicianos”]).

[56] retomada por pronome possessivo.

[58] retomada por expressão nominal definida (det. [artigo definido “os”] + numeral [“dois”] + nome [substantivo “carpinteiro”]).

[73] reiteração da expressão nominal anteriormente mencionada.

[78] retomada por pronome indefinido/numeral.

[80] retomada por pronome relativo.

[93] retomada por expressão nominal (pronome demonstrativo [“aqueles”] + nome [substantivo “ofeceaes”] + sintagma preposicional [“defora”]).

- CR18: Jornais [50] => Jornais [57]

[50] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por nome (substantivo).

[57] retomada por reiteração do referente anterior.

- CR19: *Senhor Tenente Lourenco Marcondes* [52] => *Ø* mandou [55]

[52] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por nome (substantivo próprio “Lourenco Marcondes”) antecedido de pronome de tratamento (“Senhor”) e substantivo comum (“Tenente”).

[55] retomada por elipse.

- CR20: Barranco do Rio [62] => Barranco do Rio [70]

[62] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por nome (substantivo “Barranco”) e sintagma preposicional (“do Rio”).

[70] retomada por reiteração do referente anterior.

- CR21: aquela gente [74] => gentio bárbaro [76] => gintio [92]

[74] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por nome (substantivo “gente”) antecedido de pronome demonstrativo (“aquela”).

[76] retomada por nome (substantivo “gentio”) seguido de adjetivo (“bárbaro”).

[92] retomada por nome (substantivo “gintio”).

- CR22: Cartas [77] => aCarta do Daniel [79] => Cartas [81]

[77] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por nome (substantivo “Cartas”).

[79] retomada por expressão nominal definida (det. [artigo definido “a”] + nome [substantivo “carta”] + modificador [sintagma preposicional “do Daniel”]).

[81] retomada por nome (substantivo).

- CR23: estes [83] => obstaculo [84] => heça [85] => aRazaõ [86]

[83] encapsulamento de trechos anteriores do texto, construído por pronome demonstrativo.

[84] nominalização (encapsulamento realizado por nome [substantivo]).

[85] encapsulamento realizado por pronome demonstrativo.

[86] nominalização (encapsulamento realizado por expressão nominal [artigo definido “a” + substantivo “razão”]).

- CR24: Carpinteiros deotras Vilas [89] => os [90]

[89] 1ª menção: introdução do referente no texto, construída por expressão nominal (nome [substantivo “carpinteiros”] + modificador [sintagma preposicional “deotras Vilas”]).

[90] retomada por pronome pessoal do caso oblíquo.

- CR25: Sargento Mor Novais [96] => ele [97]

[96] 1ª menção: introdução do referente no texto, construída por expressão nominal (substantivo comum “Sargento Mor” + substantivo próprio “Novais”).

[97] retomada por pronome pessoal do caso reto.

- CR26: hiço [99]

[99] encapsulamento realizado por pronome demonstrativo neutro, que sumariza o enunciado anterior ao qual faz remissão.

- CR27: o dito que Resta [100]

[100] encapsulamento de informação difusa do contexto precedente, construído por expressão nominal (artigo definido “o” + particípio do verbo “dizer” [função de substantivo] + oração relativa).

5. 2.2 Análise do texto 1

Após rastrear a constituição de cadeias referenciais na primeira carta, posso dizer que fica mais clara a dinâmica do processo de referenciação, conforme diz Roncarati (2010).

Como foi visto com Koch e Elias (2009), as cadeias referenciais podem ser realizadas por uma série de elementos linguísticos, como pronomes, expressões nominais definidas e indefinidas, numerais, certos advérbios locativos (aqui, lá, ali etc),

elipses, formas nominais reiteradas (repetição do mesmo item lexical), formas nominais sinônimas, formas nominais hiperonímicas etc.

Neste documento, especificamente, identifiquei várias reiterações, como na CR4, em que a expressão nominal “a dita ponte” é reiterada muitas vezes. Trata-se de substantivo antecedido pelo particípio do verbo dizer, “dito/dita”, com função de adjetivo. Isso facilita a recuperação do referente na memória discursiva e não gera ambiguidade. Além disso, o autor, uma hora ou outra, se reporta a conteúdos anteriores do texto por meio da expressão “como acima disse”.

Por meio dessas reiterações, pode-se observar a estabilidade da referenciação. Essa estabilidade “martela” a palavra “ponte” na cabeça do interlocutor/leitor, como entende Koch (2015). A ponte é o foco principal de atenção, exatamente a imagem que José Carneiro Lobo, autor da Carta Oficial de número 1, tenta passar.

Por outro lado, também encontrei algumas elipses que evitam a repetição no texto. Observei, também, que a pronominalização é bastante usada. O possessivo propicia a introdução de referentes novos, como o “seu” que traz o novo referente “conteúdo”, dando progressão ao texto. E os pronomes de tratamento merecem um destaque especial, uma vez que são utilizados muitas vezes.

José Carneiro Lobo recebe um ofício do presidente e vereadores da Câmara Municipal de Castro. Na carta-resposta ao ofício, diz que é “*hé verdade que o Excelentíssimo Senhor* Presidente” o ordenou a mandar fazer a ponte do rio Jaguaricatu. Dessa forma, reconhece o conteúdo do ofício.

Como foi visto com Bakhtin (2000, p.323), o interlocutor tem influência na comunicação verbal, de forma que “a posição e a importância do destinatário repercutem na comunicação verbal de um modo todo especial”. E isso é revelado pela escolha dos pronomes de tratamento que Carneiro Lobo realiza. Com isso, não quero afirmar que haja hierarquia entre “Carneiro Lobo” e “Presidente e vereadores”, ou seja, que Carneiro Lobo se situa abaixo, na hierarquia social, daqueles a quem as Cartas Oficiais são dirigidas, devido ao uso dos pronomes de tratamento, haja vista que autoridades de um mesmo nível hierárquico podem utilizar pronomes de tratamento como “Vossa Excelência”. O que posso afirmar é que os interlocutores são autoridades do século XIX.

O verbo “ordenar” e o pronome de tratamento “*Excelentíssimo Senhor*”, a princípio, poderiam sugerir uma hierarquia, em que Carneiro Lobo estaria subordinado ao presidente da Câmara. No entanto, não se pode afirmar qual é a hierarquia que se

estabelece; primeiro, porque os pronomes de tratamento poderiam ser de uso generalizado na época; segundo, porque a orientação argumentativa da carta vai caminhar para outra direção, conforme o leitor poderá observar no decorrer da análise.

O pronome de tratamento de 2ª pessoa “Vossas Senhorias” faz referência aos membros da Câmara Municipal e ao presidente desta, da mesma forma que a expressão “Ilustríssimos Senhores”. Neste caso, pode-se considerar que se trata do caso de uma dêixis, já que a referenciação ocorre de modo exofórico. No entanto, também se pode considerar que se trata da introdução de novo objeto de discurso no texto, o qual é retomado por reiteração várias vezes, como ocorre na CR3. Assim, trata-se do caso da anáfora, já que a referenciação é feita de modo endofórico (MARCUSCHI, 2005). É isso se aplica para as outras duas Cartas que analiso.

Carneiro Lobo diz, na Carta, que passou a dar providências à feitura da ponte do rio Jaguaricatu com todo o esforço. De certa forma, pode-se dizer que se trata de uma atitude valorativa que vai perpassar toda a Carta, ou seja, a de que ele está fazendo o que pode para a construção da ponte. É uma forma de Lobo querer dar sentido àquilo que o cerca, passando a imagem de cumpridor de seus deveres. Por outro lado, a ideologia pode ser contrária a essa, conforme tratarei mais adiante na análise.

Carneiro Lobo enfatiza que não foi possível achar quem quisesse trabalhar na construção da ponte. Escreve para determinado indivíduo, mas este não pode vir fazer a ponte, pois padece de moléstia de reumatismo. “Esse” (encapsulamento realizado por pronome demonstrativo) é o “motivo” (nominalização) de não poder trabalhar na feitoria da ponte.

Carneiro Lobo procura outro sujeito, mas este também não pode, porque sua tropa está carregada. Lobo, então, diz ficar desenganado, já que não acha mestre de obra suficiente. Como o leitor pode observar, os argumentos do autor da carta não se esgotam: está complicada a construção da ponte. No entanto, é preciso ficar claro que é apenas o ponto de vista defendido por Carneiro Lobo.

O protagonista da Carta fica sabendo, então, que na fazenda do Tenente Antônio Fogaça, parava “hum Carpinteiro andante de nome Manoel Marques”, que é descrito como “bom carpinteiro”. As expressões nominais definidas e indefinidas são bastante utilizadas. Como foi visto, Koch e Elias (2009, p.147) consideram o uso de expressões nominais como uma das formas mais ricas de progressão referencial. Isso porque o emprego de uma descrição nominal “implica sempre uma *escolha* entre uma multiplicidade de formas de caracterizar o referente, escolha esta que será feita, em cada

contexto, segundo a proposta de sentido do produtor do texto” (KOCH, 2005, p.35, grifo nosso).

Nesse sentido, por meio das expressões nominais, pode-se observar a subjetividade de José Carneiro Lobo. Após introduzir o referente construído por expressão nominal indefinida “um carpinteiro andante de nome Manoel Marques”, o autor parte para a “definição” deste referente, ou seja, trata-se de um “bom carpinteiro”, avaliação feita por Carneiro Lobo, construída por meio de adjetivo anteposto ao substantivo.

Manoel Marques não é um carpinteiro qualquer, mas um “bom” carpinteiro. Assim, Lobo chama-o por meio de um ofício feito ao Tenente Fogaça. É interessante observar que Lobo, sendo uma autoridade militar, tem a intenção de chamar para a obra alguém que está na fazenda de um homem também militar.

Manoel Marques, por sua vez, informa que nunca fez ponte e que seu ofício era engenharia. Dessa forma, Lobo diz ficar desenganado novamente.

Como Carneiro Lobo não encontra mestres de obra, apronta lavradores e mantimentos suficientes para levar a madeira para o lugar onde será construída a ponte. Em relação à madeira, Lobo ressalta várias vezes que a madeira já está pronta (“amadera prontalavrada deCoatro façe”), ou seja, não se faz necessário prepará-la. É uma forma de indicar que não tem faltado esforço de sua parte, ou seja, o que estava a seu alcance foi feito.

Trata com Antônio (Gabriel) e Daniel Leite para irem servir de mestres para a obra “pagandolhe Seos Jornais”. Como os dois são milicianos (militares), Lobo manda ofício para o Senhor Tenente Lourenço Marcondes, pedindo a liberação dos dois sujeitos para o trabalho em outra tarefa (a construção da ponte) e a consegue.

É interessante observar que os dois sujeitos ajustados por Lobo também são militares. Sendo militares, talvez não fosse necessário receberem pelo serviço. No entanto, Lobo ressalta que eles deverão receber (“pagandolhe Seos Jornais”). Destaca, também, que a obra é pública.

Lobo trata com “os dois carpinteiros” para irem construir a ponte. Nota-se, aqui, a instabilidade da referenciação, conforme foi visto com Mondada e Dubois (2003). Antes, os sujeitos eram “milicianos”. Agora, passam a ser “carpinteiros”. Na CR17, portanto, o autor retoma o referente “Antônio (Gabriel) e Daniel Leite” por meio das expressões nominais “aqueles dois milicianos” e “os dois carpinteiros”. Os dois sujeitos fazem parte da milícia e, no caso da construção da ponte, podem fazer as vezes de

carpinteiros. Dessa forma, podem assumir diferentes papéis sociais, conforme entende Moita Lopes (1998).

Carneiro Lobo ressalta que a madeira a ser utilizada na construção da ponte é muito boa; toda é de cerne (madeira nobre), lavrada de quatro faces (“*hé muito boa toda hé de Serne lavrada deCoatro façe*”), como acima disse. Além disso, pode-se entender que há bastante madeira, já que Lobo acha melhor que sobre do que falte.

Lobo, que está no lugar onde há de se levantar a ponte, diz que não pode mais esperar pelos dois carpinteiros; estão demorando muito. Além disso, diz que o lugar é muito perigoso devido ao gentio bárbaro (“*o lugar muito perigozo do gentio bárbaro*”).

Para Lobo, tudo isso é “obstáculo” (nominalização observada na CR23) que ele tem encontrado e “razão” para a ponte ainda não estar pronta (“*estes Sam os obstaculo que tenho emContrado heça hé aRazaõ denaõ estar adita ponte pronta*”). Considero que essas nominalizações funcionam como recursos argumentativos para enfatizar que está difícil conseguir pessoal para a construção da ponte.

Esses rótulos, segundo Koch e Elias (2009, p.154), “são recursos importantes para levar o leitor em direção às conclusões desejadas, isto é, para que o leitor apreenda a orientação argumentativa do texto”.

Segundo Lobo, é muito pública a falta de carpinteiros que há na Vila. A ênfase dada por Lobo por meio do advérbio intensificador “muito” é relevadora de sua subjetividade. É um argumento utilizado no sentido de que todo mundo sabe que faltam carpinteiros na Vila. Dessa forma, Lobo diz ter feito diligências por carpinteiros de outras Vilas, mas não os pôde achar. Cogita a possibilidade de isso ocorrer devido ao fato de “aquele lugar” ser muito perigoso, já que não acha quem queira fazer a ponte. Perigoso por causa do gentio que lá vive.

O pronome demonstrativo (em “aquele lugar”, por exemplo), com seu intrínseco poder dêitico, segundo Conte (2003), aponta ora para o lugar onde está sendo construída a ponte, ora para a Vila de Castro (em “esta Villa”, por exemplo).

Além disso, o demonstrativo pode sugerir distanciamento, quando o autor se refere “àquela gente”, “àquele gentio bárbaro”. Distanciamento no sentido físico, quando o autor está na Vila de Castro e se reporta aos habitantes de onde está sendo construída a ponte, bem como no sentido de que não coaduna com as atitudes de tal gentio. Além disso, na CR21, as expressões “aquela gente”, “gentio bárbaro” e “gintio” revelam a instabilidade da referenciação e trazem uma carga de sentido para o texto. Lobo tenta passar uma imagem negativa de tal gentio, ao mesmo tempo em que cria

uma imagem favorável para si próprio. Segundo seu ponto de vista, a obra não segue em frente devido ao fato de o gentio ser bárbaro e não haver pessoal que, superando os perigos impostos pelos bárbaros, queira ir construir a ponte.

Considero que a expressão nominal “gentio bárbaro”, constituída de substantivo seguido de adjetivo, é uma escolha feita por José Carneiro Lobo, revelando, portanto, sua subjetividade. Trata-se de um juízo de valor de Carneiro Lobo que não está apartado de outros discursos sobre a população local, afinal Lobo é produto de sua época. Nesse sentido, como foi visto com Moita Lopes (1998), Lobo age no mundo por meio da linguagem e, desta forma, constrói a si mesmo.

De uma forma bastante impressionista, cheguei a pensar se tal gentio seria algum povo indígena habitante do lugar onde está sendo construída a ponte, já que o indígena é muitas vezes visto de forma estereotipada, isto é, povo bárbaro, com penachos na cabeça e que vive nu. Além disso, levo em conta o contexto em que a carta foi escrita, ou seja, século XIX.

A partir de Voloshinov (1989, p.11), posso dizer que Lobo interage com os membros da Câmara Municipal e assume uma atitude ativa em direção ao referente, em direção ao objeto do enunciado, ou seja, ao “gentio bárbaro”. E essa atitude de certa forma “tende a apostrofar este objeto como o culpado vivo, encarnado”. Os membros da Câmara passam a ser *testemunhas e aliados*.

Esta atitude ativa é reveladora da subjetividade de Carneiro Lobo, uma vez que diminui tal gentio e (re)produz um estereótipo negativo, que pode estar vinculado a relações de poder, como entendem Hall (2010) e Burke (2004).

Lobo havia tratado para trabalhar na ponte com “aqueles ofeceaes defora”; aqueles dois milicianos; os dois carpinteiros, que os sujeitos da terra não têm que repudiar, afinal, trata-se de uma obra pública (“que os da terra não tem que Repuginare por Ser obra publica”). É como se os sujeitos da Vila de Castro tivessem prioridade na construção da ponte, mas, como há falta de sujeitos, faz-se necessário Lobo trazê-los de fora.

Além disso, Carneiro Lobo destaca, na Carta, que a obra recebeu de seu pai, o Coronel Luciano Carneiro Lobo, 100 mil réis e outros 100 mil do Sargento Mor Novais (“Para esta obra Recebe de meo Paÿ oCoronel Luciano Carneiro Lobo Sem mil reis por ponte do Sargento Mor Novais eoutro Eoutro Sem por Conta dele”).

Enfatiza que ainda não fez a conta do que despendeu na obra e que, por isso, ignora o restante das despesas, por terem ficado seus assentos em Jaguaricatu. Em

breve, se fará verdadeiramente a conta do que gastou e, então, mostrará aos seus interlocutores (Presidente e membros da Câmara Municipal de Castro) o custo da dita obra.

Carneiro Lobo ressalta que se acha reformado (aposentado) e quer descansar, pois há trinta e tantos anos tem servido com diligência ao Imperador Augusto.

Portanto, pode-se dizer que José Carneiro Lobo, ao explicar os motivos pelos quais a ponte ainda não foi construída, usa vários argumentos. Estes argumentos caminham no sentido de dizer que ele está fazendo mais do que lhe competiria, uma vez que já está reformado: parte do dinheiro para a construção da ponte foi dado pelo seu pai (nada mais, nada menos que o Coronel Luciano Carneiro Lobo, dono das terras e fundador de Jaguariaíva/PR); já havia levado a madeira, que já estava pronta e era farta; é um capitão-mor aposentado que, segundo ele, sempre serviu com diligência ao Imperador Augusto, há pelo menos trinta anos.

Ao mesmo tempo, tais argumentos acabam desqualificando a cobrança por parte do presidente e vereadores. Pode-se compreender que Lobo sugere que deve explicações ao Imperador e não ao presidente e membros da Câmara, já que é um capitão-mor aposentado e quer descansar. Não estaria, assim, se justificando, mas apenas explicando os motivos pelos quais a ponte ainda não estava pronta. Dessa forma, não se trataria da construção de uma “desculpa”, mas, de certa forma, pode-se apontar aí a desqualificação da cobrança feita pelo presidente da Câmara e pelos vereadores.

Nesse sentido, é interessante observar que Lobo faz questão de marcar – nesta Carta que sucede o ofício no qual o presidente ordenara Lobo a mandar construir a ponte – que é um “Capitão Mor Reformado”, diferentemente das outras duas Cartas, nas quais Lobo apenas assina o manuscrito.

Diante dessas questões, posso dizer que Carneiro Lobo realiza escolhas linguísticas para atender aos seus propósitos comunicativos. E essas escolhas são feitas “em função não só de uma adequação ao objeto do discurso, mas também do pressuposto fundo aperceptivo do destinatário do discurso” (BAKHTIN, 2000, p.324), ou seja, da forma como o locutor compreende seus interlocutores e a presumida resposta destes, uma vez que Carneiro Lobo interage com os membros da Câmara Municipal.

Portanto, posso dizer, com base no Círculo de Bakhtin, que Carneiro Lobo se constitui como sujeito justamente na interação com os membros da Câmara Municipal. E suas marcas são deixadas nas escolhas linguísticas que realiza. E essas escolhas, claro, devem ser observadas junto com o extraverbal.

Nesta Carta, trata-se especificamente da vida oficial. Ser capitão-mor da Vila de Castro é apenas um dos papéis social de José Carneiro Lobo, apenas uma de suas identidades. Como foi visto com Moita Lopes (1998), Hall (1999), Woodward (2000) e Bauman (2005), cada sujeito desempenha diferentes identidades. Lobo havia sido Capitão-mor; no momento da escrita, era Capitão-mor Reformado (aposentado) que havia servido com diligência ao Imperador e podia, portanto, descansar. A construção argumentativa da Carta permite aos leitores (destinatários naquele momento e leitores atuais) compreender que não seria mais obrigação sua a construção da ponte. Por outro, como já foi mencionado, Lobo pode ser visto como um cumpridor de seus deveres.

Moita Lopes (1998), especificamente, entende que “as identidades sociais de classe social, gênero, orientação sexual, raça, idade, profissão etc. são simultaneamente exercidas pelas mesmas pessoas nas mesmas ou em práticas discursivas diferentes”. Dessa forma, sabe-se, apenas, que Carneiro Lobo é homem e capitão-mor reformado da Vila de Castro, ou seja, vários outros papéis sociais estão em jogo. Certamente, como já foi dito anteriormente, na esfera cotidiana, Carneiro Lobo assume outros papéis sociais, e vários outros em diferentes esferas. É filho de coronel de grandes posses.

Vimos que, para Hall (1999) e Woodward (2000), a identidade é relacional. Dessa forma, José Carneiro Lobo é também um “não-gentio bárbaro”, do qual ele se distancia. Lobo é um “não-presidente da Câmara Municipal”; é um “não-vereador”.

Conforme aponta Woodward (2000), a identidade é marcada pela diferença e parece que algumas diferenças são vistas como mais importantes que outras, ou seja, os termos que formam os dualismos recebem pesos desiguais, estando vinculados a relações de poder. Nesse aspecto, observo que José Carneiro Lobo, sendo capitão-mor reformado da Vila de Castro, é quem tem o “poder da escrita”, o poder de argumentar a seu favor, em relação àqueles que apenas constroem a ponte.

Passo, agora, ao rastreamento da constituição de cadeias referenciais na Carta Oficial de número 2, que, na publicação original, recebe o número 5.

5.2.3 Texto 2

Nº do Doc: 05
Composição: fol. 1r
Tipologia: Carta Oficial
Datação: 23 de março de 1830

Assunto/Resumo: Resposta ao pedido de construção da ponte do rio Jaguaricatu e declaração dos nomes dos carpinteiros ajustados

Autor: José Carneiro Lobo

Ilustríssimos Senhores [1]

Ressebi eli attentamente **O Officio[2] que[3] Vossas Senhorias[4]** Sedi=

gnaraõ diriger=me em dacta de 11 de Fevereiro *passado próximo*

do Corrente anno efico certo dettodo **o Seo[5]** Contheu=

do eComo **Vossas Senhorias[6]** haõ por bem encarregar=me da **fac=**

tura daPonte do Rio de Jaguaricátu[7] Cuja obra[8]

pertendo Se conclua thé fins de Maio proximo fac

turo quando não hajaõ **temporais[9] que [10]** estorvem **os Seos[11]**

trabalhos: E como **Vossas Senhorias[12]** Seprestaõ amandar apr=

ontar **os dous Carpinteiros[13] que[14]** devem hir trabalhar

em **dita obra[15]** tenho delevar ao Conhecimento de **Vossas Senhorias[16]**

que **os que meparessem mais sufiçientes para ofim**

exhigido[17] Saõ Antonio Gonçalves eDaniel Leite[18]

os quais[19] devem estar prontos para logo que Se findarem

os dias Santos da Pascoa pagando selhes[20] **os Seos[21]** Jor=

nais Custumados e Seno intanto o correr aperçizaõ

de **alguma outra Couza[22] Cujas[23]** providençias não po=

ssaõ Ser por mim providenciadas Deprecarei a**Vossas Senhorias[24]**

para meprestarem os indicados auxiliar que meprome

tem tendo demais apartissipar a**Vossas Senhorias[25]** que ficaõ de

mesma parte afazer todos os exforços que **amesma obra[26]** See=

fectue logo eCom aquella perfeizaõ que eu dezejo

pelo interesse *que* tenho em servir nesta parte ao=

Estado e a Nação.

Deos guarde a **Vossas Senhorias**[27] por felizes annos

Villa de Castro[28] em 23. de Março de 1830.

Ilustríssimos Senhores Presidente e Vereadores[29]

Dacâmara Municipal desta **Villa**[30]

José Carneiro Lobo

As cadeias referenciais (doravante CRs) podem ser assim retratadas:

- **CR1: Ilustríssimos Senhores [1] => Vossas Senhorias [4] => Vossas Senhorias [6] => Vossas Senhorias [12] => Vossas Senhorias [16] => Vossas Senhorias [24] => Vossas Senhorias [25] => Vossas Senhorias [27] => Ilustríssimos Senhores Presidente e Vereadores [29]**

[1] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por forma de tratamento.

[4], [6], [12], [16], [24], [25], [27] retomadas por pronome de tratamento.

[29] retomada por expressão nominal (forma de tratamento ["Ilustríssimos Senhores"] + nomes [substantivos "Presidente e Vereadores"]).

- **CR2: O Offício [2] => que [3] => o Seo [5]**

[2] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por expressão nominal definida (det. [artigo definido "o"] + nome [substantivo "ofício"]).

[3] retomada por pronome relativo.

[5] retomada por pronome possessivo antecedido de artigo definido.

- **CR3: afactura da Ponte do Rio de Jaguaricatu [7] => Cua obra [8] => os Seos [11] => dita obra [15] => a mesma obra [26]**

[7] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por expressão nominal definida (det. [artigo definido "a"] + nome [substantivo "factura"] + modificador [sintagma preposicional "da Ponte do Rio de Jaguaricatu"]). Ressalto que, embora seja a primeira menção deste referente, ele já está no contexto sociocognitivo-interacional dos

interlocutores, uma vez que é a segunda Carta sobre a construção da ponte de que se tem conhecimento.

[8] retomada por nome (substantivo “obra”) antecedido de pronome relativo.

[11] retomada por pronome possessivo antecedido de artigo definido.

[15] retomada por nome (substantivo “obra”), antecedido pelo particípio do verbo “dizer”: dita (já mencionada, já referida), com valor de adjetivo.

[26] retomada por nome (substantivo “obra”), antecedido por artigo definido (“a”) e pronome adjetivo (“mesma”).

- CR4: temporais [9] => que [10]

[9] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por nome (substantivo).

[10] retomada por pronome relativo.

- CR5: os dous Carpinteiros [13] => que [14]

[13] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por expressão nominal definida (det. [artigo definido “os”] + numeral (“dous”) + nome [substantivo “carpinteiros”]).

[14] retomada por pronome relativo.

- CR6: os que meparesem mais suficientes para ofim exigido [17] => Antonio Gonçalves eDaniel Leite [18] => os quais [19] => lhes [20] => os Seos [21]

[17] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por expressão nominal definida (det. [artigo definido “os”] + oração relativa).

[18] catáfora construída por nome (substantivos próprios).

[19] retomada por pronome relativo.

[20] retomada por pronome pessoal do caso oblíquo.

[21] retomada por pronome possessivo antecedido de artigo definido.

- CR7: alguma outra Couza [22] => Cujas [23]

[22] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por nome (substantivo “coisa”) antecedido de pronomes indefinidos (“alguma” / “outra”).

[23] retomada por pronome relativo.

- CR8: Villa de Castro [28] => esta Villa [30]

[28] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por nome (substantivo “Villa”) especificado pelo sintagma preposicional “de Castro”.

[30] retomada por nome (substantivo “Villa”) antecedido de pronome demonstrativo (“esta”).

5.2.4 Análise do texto 2

Dentre os elementos linguísticos que podem ser utilizados para fazer o referente progredir no texto está o pronome (KOCH e ELIAS, 2009). Nesta Carta, o leitor pode observar os mesmos pronomes de tratamento utilizados para fazer referência ao presidente e aos membros da Câmara (vereadores): “Vossas Senhorias” e “Ilustríssimos Senhores”. Esses pronomes demonstram que os sujeitos são autoridades da época. Além disso, são repetidos muitas vezes, de forma que se “martela” essas palavras na cabeça do interlocutor/leitor. Com isso, Lobo acaba construindo um “distanciamento” em relação aos seus interlocutores. Novamente, aqui, reitero que se pode observar esses pronomes de tratamento como sendo exofóricos e, portanto, dêiticos, ou como sendo endofóricos e, portanto, anafóricos (MARCUSCHI, 2005).

Com o intuito de não gerar ambiguidade, o autor também se utiliza do particípio do verbo dizer, “dito/dita”, com valor de adjetivo, mas não apenas. Para retomar, também faz uso de “mesma” (pronome adjetivo); “mesma obra”. Com isso, Lobo se esquia de (re)construir o referente com formas que possam qualificar/desqualificar a “dita obra”, utilizando, por exemplo, modificadores (adjetivos, advérbios etc). Pode-se tratar de uma característica do gênero na época.

Os pronomes relativos também são utilizados várias vezes para retomar o referente introduzido. E os demonstrativos apontam ora para a Vila de Castro ora para o lugar Jaguaricatu, da mesma forma que a carta anterior.

Na carta de número 2, José Carneiro Lobo afirma ter recebido e lido “atentamente” o ofício do presidente e membros da Câmara Municipal de Castro. Embora não se trate de objeto de discurso, é interessante observar o uso do advérbio “atentamente” neste documento, uma vez que é uma marca deixada por Carneiro Lobo, ou seja, assume sua atenção ao conteúdo do interlocutor e mostra sua boa disposição para com as autoridades às quais ele se refere. Ao mesmo tempo, pode sugerir que, se Lobo leu atentamente ofício, também quer que seus interlocutores leiam seus argumentos atentamente.

Enfatizo, porém, que é apenas uma forma de Carneiro Lobo dar sentido àquilo que o cerca, uma vez que ele age com base em seus posicionamentos ideológicos e seus pontos de vista. Dessa forma, a “atenção” sugerida por Lobo tem seus efeitos no texto: conseguir a adesão dos interlocutores para aquilo que diz ou *querer parecer* prestativo, por exemplo.

Por outro lado, a ideologia, como foi visto na Carta anterior, também pode caminhar em outra direção. Nesta Carta, Lobo diz que Suas *Senhorias* hão “por bem” encarregá-lo da feitura da ponte do Rio Jaguaricatu. Assim, pode-se observar uma nova posição dos interlocutores, isto é, se na carta de número 1 o presidente ordenou Carneiro Lobo a mandar construir a ponte do rio Jaguaricatu, na carta de número 2 a orientação argumentativa do texto segue no sentido de que os interlocutores de Lobo reconhecem a importância de Lobo na construção da ponte. Não se trata mais de uma “ordem”, mas o encarregam “por bem”.

José Carneiro Lobo pretende que a obra da ponte seja concluída até fins de maio, desde que não haja temporais para atrapalhar os trabalhos. Parece-me, nesta Carta, que o tom da conversa muda. Agora, Carneiro Lobo não é mais ordenado a fazer algo; ele é encarregado. Dessa forma, comunica que pretende que a obra se conclua desde que o tempo esteja favorável.

Nesta carta, Lobo constrói seu discurso e, ao mesmo tempo, reconstrói o discurso do seu interlocutor, por meio de citações. Provavelmente, havia uma resposta de parte do presidente e vereadores para a primeira carta de Lobo. Embora não se tenha conhecimento desta carta, pode-se entender que o presidente e vereadores se dispuseram a “mandar aprontar os carpinteiros que hão de ir trabalhar” na obra da ponte.

Neste aspecto, pode-se dizer que, conforme entende Bakhtin (2000, p.318), a expressão do locutor (neste caso, o presidente e membros da Câmara) se infiltra e se difunde no discurso do outro (Carneiro Lobo). Desse modo, “o discurso do outro possui uma expressão dupla: a sua própria, ou seja, a do outro, e a do enunciado que o acolhe”. Segundo o autor, isso pode ser observado “nos casos em que o discurso do outro é citado e em que a alternância dos sujeitos-falantes e de sua inter-relação dialógica repercute claramente”. Mas ressalta que “em todo enunciado [...] descobriremos as palavras do outro ocultas ou semi-ocultas, e com graus diferentes de alteridade”.

Uma vez que o presidente e vereadores se dispuseram, segundo Lobo, a “mandar aprontar os carpinteiros que hão de ir trabalhar” na obra da ponte, Carneiro Lobo acaba escolhendo com quem quer trabalhar, ou seja, com Antonio Gonçalves e

Daniel Leite, os quais lhe parecem “mais suficientes para o fim exigido”. Essa expressão nominal é reveladora da subjetividade de Carneiro Lobo, segundo postulações de Koch (2005, p.35), uma vez que “implica sempre uma *escolha* entre uma multiplicidade de formas de caracterizar o referente”. Da mesma forma que foi visto na Carta anterior, essa escolha é feita “em função não só de uma adequação ao objeto do discurso, mas também do pressuposto fundo aperceptivo do destinatário do discurso” (BAKHTIN, 2000, p.324), ou seja, da forma como o locutor compreende seu interlocutor e a presumida resposta deste. Portanto, o sujeito se constitui na relação com o outro.

Na Carta anterior, pôde-se observar que os nomes dos carpinteiros eram Daniel Leite e Antônio (Gabriel). Como o sobrenome “Gabriel” está entre parêntesis, pode se tratar de um erro ou da instabilidade da referenciação, considerando que ora o Antônio é “Gonçalves”, ora é “Gabriel”.

Lobo destaca que os dois carpinteiros aptos para a obra devem estar prontos para logo que acabarem os dias santos da Páscoa. E reforça, também nesta carta, a expressão “pagando-se os seus jornais”, ou seja, os sujeitos não vão trabalhar de graça. Como no caso da carta anteriormente analisada, os sujeitos são oficiais e a obra é pública. Assim, talvez não precisassem receber, mas Lobo quer que eles recebam, afinal o gentio que habita a terra onde está sendo construída a ponte é bárbaro. Dessa forma, o dinheiro a ser recebido seria um incentivo a mais para os sujeitos irem trabalhar na obra.

Carneiro Lobo comunica que, se ocorrer a necessidade de alguma outra coisa cuja providência não possa ser por ele tomada, demandará ao presidente e vereadores para lhe prestarem os indicados auxiliares que lhe prometem. Aqui, pode-se observar, novamente, que Lobo constrói o seu interlocutor ao mesmo que constrói a si próprio. Como disse anteriormente, havia, provavelmente, uma resposta de parte do presidente e vereadores para a primeira carta de Lobo, em que se dispunham a “mandar aprontar os carpinteiros que hão de ir trabalhar” na obra da ponte, bem como a mandar alguns auxiliares para Lobo. Nota-se, novamente, que o tom da conversa muda, de modo que a cobrança passa a ser de Lobo em relação a seus interlocutores.

Se, por um lado pode-se entender que a imagem construída de Carneiro Lobo é de alguém pronto a cumprir o que dele se espera, a resolver os problemas para que a obra da ponte tenha sucesso, por outro lado pode-se compreender que Lobo passa a imagem de alguém que já fez tudo o que tinha que fazer.

Carneiro Lobo pretende que a obra se efetue com aquela perfeição que deseja, pelo interesse que tem em servir ao Estado e à Nação; como que dizendo que não deve justificativas ao presidente e membros da Câmara. Como foi visto na carta anterior, Lobo serve ao Imperador; é um capitão-mor aposentado, filho de Luciano Carneiro Lobo, coronel de grandes posses e fundador de Jaguariaíva.

Da mesma forma que a carta anterior, esta também trata especificamente da vida oficial. Nesta esfera, Carneiro Lobo constrói uma imagem de si na relação que estabelece com seus interlocutores; exerce o papel social de capitão-mor aposentado, apenas uma de suas identidades (MOITA LOPES, 1998; HALL, 1999; WOODWARD, 2000; BAUMAN, 2005). Uma vez que é capitão-mor reformado, reitero que é ele quem tem o poder da escrita, o poder de argumentar a seu favor, em relação àqueles que apenas constroem a ponte.

Passo, agora, à análise do documento de número 3, que, na publicação original, conta como número 7.

5.2.5 Texto 3

Nº do Doc: 07
Composição: fol. 1r
Tipologia: Carta Oficial
Datação: 17 de setembro de 1830
Assunto/Resumo: Recrutamento de mais carpinteiros para a feitura da Ponte do Rio Jaguaricatu
Autor: José Carneiro Lobo

Ilustríssimos Senhores Presidente e Vereadores da Câmara Municipal[1]

AXandome emcargado da **fatura da Ponte do**

Rio Jaguaricatu[3][2], etendo marcado **o dia de hoje[4] amesma[5]**

marxa para **aquelle lugar[6]** ehir dos principio **aque**

le serviço[7] aConteçe que So mexegaraõ **Coatro**

eos Carpinteiros[8], faltando me **os mais todos da**

lista[9] Junto apesar do **Sargento** mor **Comandante** dar as mais apertadas ordens para **estes indivíduos**[10] virem trabalhar **naquella obra**[11] vencendo **Seos**[12] jornaes os dias que trabalharem, **huns**[13] deraõ por dedoentes e **[outros]**[14] esconde raõ se **eoutros**[15] desobedecerã depois denotificados e por que não poço deixar de ir Com **estes mesmos**[16] Segundo o meu destino por tanto depreco a **Vossas Senhorias**[17] de pedir do **Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Presidente**[18] hajaõ dedar as providências nessas aeste **Respeito**[19] por Ser **huma obra** taõ **interessante**[20] ao bem publico e a Nação, mandando immediatamente officiando ao **Comandante**[21] ou a quem **Suas** [22] vezes fizer equando em meu alcance e Seguimento **estes indivíduos robustos**[23] para Se empregarem **naquella obra**[24] por falta daquelles que faltarem apontados na **lista**[25] **huns**[26] por doentes **outros**[27] por aozentes, Este meu deprecado[28] hé Segundo a ordem do **Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Presidente**[29] **que**[30] offeça ou a **Vossas Senhorias**[31] dada de 22 de Marco de 1830./. e Deus guarde a **Vossas Senhorias**[32] por muitos anos Villa de Castro **17 de Setembro de 1830.**.[33]

Ilustrísimos

Senhores Presidente e Vereador

da Camara Municipal[34]

Jozé Carneiro Lobo

As cadeias referenciais (doravante CRs), de acordo com Roncarati (2010), podem ser assim retratadas:

CR1: *Ilustríssimos Senhores Presidente e Vereadores da Câmara Municipal* [1] => *Vossas Senhorias*[17] => *Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Presidente* [18] => *Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Presidente*[29] => *que*[30] => *Vossas Senhorias*[31] => *Vossas Senhorias*[32] => *Ilustríssimos Senhores Presidente e Vereador da Câmara Municipal* [34]

[1] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por expressão nominal (forma de tratamento [*“Ilustríssimos Senhores”*] + nomes [substantivos *“Presidente e Vereadores”*] + modificador [sintagma preposicional *“da Câmara Municipal”*]).

[17] retomada por pronome de tratamento.

[18] retomada por expressão nominal (forma de tratamento [*“Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor”*] + nome [substantivo *“Presidente”*]).

[29] reiteração do referente anterior.

[30] retomada por pronome relativo.

[31] retomada por pronome de tratamento.

[32] reiteração do pronome de tratamento anterior.

[34] retomada por expressão nominal (forma de tratamento [*“Ilustríssimos Senhores”*] + nomes [substantivos *“Presidente e Vereador”*] + modificador [sintagma preposicional *“da Câmara Municipal”*]).

CR2: *afatura da Ponte do Rio Jaguaricatu* [2] => *amesma*[5] => *aquele serviço*[7] => *aquella obra* [11] => *hua obrataõ interessante*[20] => *aquella obra*[24]

[2] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por expressão nominal definida (det. [artigo definido *“a”*] + nome [substantivo *“fatura”*] + modificador [sintagma preposicional *“da Ponte do Rio Jaguaricatu”*]).

[5] retomada por pronome indefinido (*“mesma”*) antecedido de artigo definido (*“a”*).

[7] retomada por nome (substantivo *“serviço”*) antecedido de pronome demonstrativo (*“aquele”*).

[11] retomada por nome (substantivo *“obra”*) antecedido de pronome demonstrativo (*“aquella”*).

[20] retomada por expressão nominal (det. [artigo indefinido *“uma”*] + nome [substantivo *“obra”*] + modificadores [advérbio intensificador *“tão”*; adjetivo *“interessante”*]).

[24] retomada por nome (substantivo “obra”) antecedido de pronome demonstrativo (“aquela”).

CR3: o Rio Jaguaricatu[3] => aquela lugar[6]

[3] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído expressão nominal definida (det. [artigo definido “o”] + nome [substantivo próprio “Rio Jaguaricatu”]).

[6] retomada por hiperônimo (“lugar”) antecedido de pronome demonstrativo (“aquela”).

CR4: o dia de hoje [4] => 17 de Setembro de 1830 [33]

[4] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por expressão nominal definida (det. [artigo definido “o”] + nome [substantivo “dia”] + modificador [sintagma preposicional “de hoje”]).

[33] retomada por numerais.

CR5: Coatro eos Carpinteiros [8] => estes indivíduos robustos [23]

[8] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por numeral (“Coatro”) e substantivo (“Carpinteiros”) antecedido de artigo definido (“os”).

[23] retomada por expressão nominal (pronome demonstrativo [“estes”] + substantivo [“indivíduos”] + adjetivo [“robustos”]).

CR6: os mais todos da lista [9] => estes indivíduos [10] => Seos [12] => huns [13] => [outros][14] => outros[15] => estes mesmos[16] => aqueles que faltarem apontados na lista [25] => huns[26] => otros [27]

[9] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por expressão nominal definida (det. [artigo definido “os”] + pronomes indefinidos [demais, todos], com valor de nome + modificador [sintagma preposicional “da lista”]).

[10] retomada por substantivo antecedido de pronome demonstrativo.

[12] retomada por pronome possessivo.

[13] retomada por artigo indefinido.

[14] retomada por pronome indefinido.

[15] reiteração do pronome indefinido.

[16] retomada por pronome adjetivo antecedido de pronome demonstrativo.

[25] retomada por expressão nominal (pronome demonstrativo + oração relativa).

[26] retomada por artigo indefinido.

[27] retomada por pronome indefinido.

CR7: este Respeito [19]

[19] encapsulamento de enunciados anteriores realizado por substantivo (nominalização) antecedido de pronome demonstrativo.

CR8: Comandante [21] => Suas [22]

[21] 1ª menção: introdução do referente no texto, construído por substantivo.

[22] retomada por pronome possessivo.

CR9: Este meo deprecado [28]

[28] encapsulamento discursivo realizado por substantivo (nominalização) antecedido de pronome demonstrativo e pronome possessivo.

5.2.6 Análise do texto 3

Na terceira Carta Oficial, também se pode observar os pronomes de tratamento “Ilustríssimos Senhores” e “Vossas Senhorias”, para fazer referência ao presidente e vereadores da Câmara Municipal. Portanto, da mesma forma que ocorre nas outras duas Cartas que analisei, pode se tratar do caso de uma dêixis, se se considerar que a referenciação é feita de modo exofórico. Por sua vez, se se considerar que a referenciação ocorre de modo endofórico, trata-se de uma anáfora (MARCUSCHI, 2005).

Observei, também, que, como se trata da terceira carta enviada, Lobo faz uso de vários sinônimos da palavra “obra”, como “feitura”, “serviço” – com o intuito, talvez, de não ser repetitivo – bem como do pronome adjetivo “mesma”.

Como foi visto com Koch e Elias (2009), o sujeito pode utilizar uma série de elementos linguísticos para retomar determinado referente. Nesta carta, também há o uso de numerais.

Outros elementos linguísticos citados por Koch e Elias (2009), que servem para fazer o referente progredir e que podem ser observados nesta carta, são os pronomes. O possessivo também é utilizado para retomar referente e, ao mesmo tempo, propicia a introdução de referentes novos. E o demonstrativo é usado para retomar referentes e,

aliado a um substantivo, serve para encapsulamento. Observei, também, um encapsulamento discursivo, ou seja, uma espécie de metalinguagem utilizada como encapsulamento, “Este meo deprecado”²⁴. Trata-se de um pedido de Lobo.

De forma geral, o documento trata do recrutamento de mais carpinteiros para a feitura da Ponte do Rio Jaguaricatu. Logo no começo desta carta, José Carneiro Lobo diz que é “encarregado” da obra. Não é mais um “ordenado”, como na primeira carta. Comunica que só lhe chegaram quatro (sujeitos) e os carpinteiros, para trabalhar na construção da ponte. Os demais da lista estão faltando, apesar de o Sargento-mor Comandante ter dado as mais apertadas ordens para “estes indivíduos” irem trabalhar naquela obra, vencendo seus jornais, ou seja, os sujeitos receberiam pelo serviço.

Em relação a esses sujeitos, Lobo comunica que uns deram-se por doentes, outros se esconderam e outros desobedeceram depois de notificados. E isso justifica a forma de Lobo se referir a eles, ou seja, “estes indivíduos” não são nomeados da mesma forma que os dois carpinteiros; são sujeitos comuns que não merecem ser identificados, já que não estão dispostos a trabalhar na feitoria da ponte.

Como Lobo não pode continuar com estes mesmos sujeitos, solicita providências ao presidente e membros da Câmara, uma vez que, segundo Carneiro Lobo, trata-se de uma “obra tão interessante” ao bem público e à Nação. As providências solicitadas por Lobo são no sentido de mandar “imediatamente” ofício ao Comandante ou a quem suas vezes fizer.

A feitura da ponte do rio Jaguaricatu, da mesma forma que nas outras Cartas, é retomada pelo substantivo obra, aquela obra (uso do demonstrativo). No entanto, aqui, há um detalhe especial: observo a subjetividade de José Carneiro Lobo, quando este se refere à obra da ponte pela expressão nominal indefinida “uma obra tão interessante”, constituída de nome e modificadores. O uso do advérbio intensificador “tão” seguido do adjetivo “interessante” é revelador do juízo de valor de Carneiro Lobo, conforme postulações de Koch e Elias (2009) e Conte (2003). Indica/sugere que não é por descaso que a obra não fica pronta. Além disso, são escolhas linguísticas realizadas por Carneiro Lobo em interação com os membros da Câmara Municipal. Dessa forma, o sujeito, novamente, aqui, se constitui na relação com o outro. No entanto, ressalto que é uma forma de Lobo dar sentido àquilo que o cerca; já que ele pode não achar a obra realmente interessante; é uma forma de “querer parecer”; de mostrar que é pessoa engajada.

²⁴ Deprecado: pedido

Por outro lado, pode-se entender que Lobo não está preocupado com seus interlocutores, mas apenas com o bem público e com a Nação, que estariam acima de seus interlocutores.

Outro momento em que pode ser observada a subjetividade de Carneiro Lobo é quando se refere aos carpinteiros como “indivíduos robustos”. O adjetivo “robustos” pode sugerir uma avaliação por parte do autor. Dessa forma, Carneiro Lobo faz uma escolha, dentre tantas outras formas de se referir aos sujeitos, e acaba se marcando no texto e se constituindo na relação com seus interlocutores (BAKHTIN, 2000).

Diferentemente de apenas falar “indivíduos”, o uso da expressão “indivíduos robustos” sugere que os sujeitos são fortes e podem ter um papel fundamental na construção da ponte.

Em suma, Carneiro Lobo, em interação com o presidente e membros da Câmara, realiza escolhas linguísticas com o intuito de dar sentido àquilo que o cerca. Essas escolhas revelam o sujeito, aquilo em que ele diz acreditar e aquilo que ele diz considerar importante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como disse no início deste trabalho, meu interesse foi estudar o homem “dentro do texto”. Analisei três Cartas Oficiais do século XIX, identificando as estratégias de introdução e retomada de referentes textuais. Rastreei a constituição de cadeias referenciais e analisei o texto numa perspectiva sociodiscursiva, levando em conta as postulações do Círculo de Bakhtin e dos autores que discutem subjetividade e identidade.

Durante a análise, observei a subjetividade do sujeito produtor das Cartas Oficiais, a qual emerge na intersubjetividade, isto é, na interação com o presidente e vereadores da Câmara Municipal da Castro oitocentista.

Pude conferir com Mondada e Dubois (2003) que os referentes são construídos discursivamente. Nesse sentido, são instáveis e dependem do jogo de negociação dos interlocutores, ou seja, de seus propósitos comunicativos. Por outro lado, podem se tornar estáveis, firmando-se como estereótipos que marcam e fixam a diferença, como a postulação que fiz na análise da carta de número 1 em relação à construção do estereótipo (indígena?).

Observei as representações dos sujeitos e, conseqüentemente, as identidades que emergem da relação entre sujeitos. Entendo que os pronomes de tratamento de 2ª pessoa, “Vossas Senhorias”, “Ilustríssimos Senhores” (escolhas linguísticas do sujeito produtor dos textos em interação com o presidente e vereadores da Câmara Municipal), podem funcionar como marcas estilísticas definidoras de papéis sociais, revelando, portanto, identidades. Os sujeitos que interagem são autoridades do século XIX.

Meu intuito foi observar o ideológico; aquilo que emerge da relação entre sujeitos. Nesse aspecto, identifiquei vários recursos argumentativos para dizer que a construção da ponte do rio Jaguaricatu anda muito complicada.

Por um lado, dá-se a entender que José Carneiro Lobo *quer parecer* prestativo com a obra. É como se ele quisesse mostrar para o presidente e para os vereadores da Câmara que ele estava fazendo o possível e o impossível a favor da feitoria da ponte. Por outro lado, pôde-se compreender que o propósito de Lobo não é impressionar seus interlocutores com seu suposto empenho em resolver os obstáculos que tem estava enfrentando em relação à benfeitoria da ponte, mas apenas desqualificar a cobrança por parte do presidente e vereadores, uma vez que é capitão-mor reformado, filho do Coronel fundador de Jaguariaíva (um dos financiadores da obra da ponte), prestador de serviços dedicado ao imperador.

Na carta de número 1, observei várias reiteraões, por meio das quais se pode observar a estabilidade da referenciação. Koch (2015) entende que essas reiteraões “martelam” determinada palavra na cabeça do interlocutor/leitor, como a palavra “ponte” e o pronome de tratamento “Vossa Excelência”, por exemplo. Por outro lado, a elipse também pôde ser observada. Por meio dela, o locutor evita a repetição no texto.

No que diz respeito ao uso de expressões nominais definidas, conforme foi visto com Koch e Elias, (2006, p.133), posso dizer que elas trazem “ao leitor/ouvinte informações importantes sobre as opiniões, crenças e atitudes do produtor do texto, auxiliando-o na construção do sentido”. O mesmo digo acerca das expressões nominais indefinidas.

Após introduzir o referente construído por expressão nominal indefinida “um carpinteiro andante de nome Manoel Marques”, o autor parte para a “definição” deste referente, ou seja, trata-se de um “bom carpinteiro”, avaliação feita por Carneiro Lobo, construída por meio de adjetivo anteposto ao substantivo. Dessa forma, pôde-se observar a subjetividade de José Carneiro Lobo, por meio das escolhas linguísticas que realiza na interação com seus interlocutores. Isso também pôde ser observado nas expressões “Gentio bárbaro”, “indivíduos robustos” e “mais suficientes para o fim exigido”.

Foi interessante observar que Lobo, sendo uma autoridade militar, tem a intenção de chamar para a obra sujeitos que também são militares. Na CR17, identifiquei que o autor retoma o referente “Antônio (Gabriel) e Daniel Leite” por meio das expressões nominais “aqueles dois milicianos” e “os dois carpinteiros”, mostrando a instabilidade da referenciação, conforme postulações de Mondada e Dubois (2003). Os dois sujeitos fazem parte da milícia e, no caso da construção da ponte, podem fazer as vezes de carpinteiros. Dessa forma, podem assumir diferentes papéis sociais, conforme foi visto com Moita Lopes (1998).

A ênfase dada por Lobo às características da madeira a ser usada na construção da ponte também não é isenta de ideologia. Diz que a madeira é muito boa; toda de cerne (madeira nobre), lavrada de quatro faces; e há bastante. Com isso, subentende-se que já é um passo importante para um bom resultado da obra da ponte.

Observei que Lobo argumenta no sentido de que é muito pública a falta de carpinteiros que há na Vila, ou seja, todo mundo sabe que faltam carpinteiros; não é apenas ele que está dizendo.

Também foi interessante observar o uso do pronome demonstrativo em “aquela gente” e em “esta Villa”. Dêiticos, segundo Conte (2003), apontam para diferentes lugares, mostrando distanciamento ou aproximação, no sentido físico ou no sentido de afetividade, já que Lobo não constrói uma imagem positiva daquela gente, daquele gentio supostamente bárbaro e perigoso (Estereótipo do indígena?).

Como foi visto, a referenciação é um processo resultante de pontos de vista. Dessa forma, observei os objetos de discurso construídos por meio dos pontos de vista de Carneiro Lobo em interação com os membros da Câmara Municipal de Castro.

Conforme destaca Antunes (2010, p.70), “pode-se relatar um fato com o propósito de convencer alguém de alguma coisa; pode-se trazer uma informação com o propósito de defender um ponto de vista”. E, como bem diz Voloshinov (1997, p.32), “todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é, se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom etc.)”. Dessa forma, observei os motivos pelos quais José Carneiro Lobo considera difícil a construção da ponte do rio Jaguaricatu. Pena não haver outros pontos de vista para contrastar com os de José Carneiro Lobo, já que, segundo Bençal (2014, p.86), fontes históricas relatam que o Capitão-mor da Vila “era conhecido e temido pelos moradores da região por abusar do poder”.

Diferentemente da primeira carta, que Carneiro Lobo é construído como “ordenado”, na segunda ele é tomado como “encarregado”, ou seja, pôde-se observar uma nova posição dos interlocutores. Parece que o tom da conversa muda e, nesse momento, Lobo, ao mesmo tempo em que constrói seu discurso, constrói o discurso dos seus interlocutores. Estes aparentam dispor-se a providenciar alguns auxiliares para Lobo.

Também foi interessante observar o uso da expressão “pagando-se os seus jornais”, ou seja, os sujeitos não iriam trabalhar de graça, embora fossem militares e, talvez, não precisassem receber.

Como já mencionei, a ideologia que perpassa os manuscritos, a princípio, caminha no sentido de que Carneiro Lobo é alguém pronto a cumprir o que dele se espera, a resolver os problemas para que a obra da ponte tenha sucesso. No entanto, se se levar em conta os argumentos arrolados nas três Cartas, pode-se entender que Lobo, na verdade, não está tão preocupado em se justificar aos membros da Câmara. Seu interesse é servir ao Estado e à Nação. É um capitão-mor aposentado, que sempre serviu muito bem ao seu Imperador Augusto. É filho de Coronel de grandes posses, que está financiando parte da obra.

Em se tratando das identidades de José Carneiro Lobo, pode-se dizer que Lobo assume diferentes papéis sociais: é encarregado, militar, filho do dono das terras.

Com base em Koch (2002), adotei, para meu trabalho, a concepção de língua como atividade sociointeracional/interativa, resultado da interação entre sujeitos sociais, da mesma forma que Voloshinov considera ao tratar da criação do signo linguístico. Assim, ao analisar os textos, não me restringi ao código, mas considerei o texto justamente o lugar da interação, com base em Koch (2008).

Além dos textos serem escritos em 1ª pessoa do singular, dêitico por excelência e revelador de subjetividade, identifiquei outros dêiticos, como “hoje”, cujo sentido depende do momento de sua enunciação, segundo Apothéloz (2003, p.66).

Como foi visto com Hall (2010, p.430, minha tradução), a estereotipização reduz, essencializa e fixa a diferença, bem como “tende a ocorrer onde existem grandes desigualdades de poder”. Pode ser que isso ocorra na primeira carta oficial que analisei, se se considerar que ela foi escrita no século XIX. “Gentio bárbaro” pode ser um estereótipo do indígena. Da mesma forma que entende Giovani e Souza (2014, p.82) – leitores do Círculo de Bakhtin – as palavras que usamos “provêm de um discurso alheio (já dito) e [...] são peças que formam parte de dizeres completos, de enunciados”, e “apontam para uma direção ideológica determinada”.

Como Burke (2004, p.157) considera, “os outros são transformados no “Outro”; [...] em exóticos e distanciados do eu. E podem mesmo ser transformados em monstros”. Esse distanciamento pôde ser observado no uso de pronomes demonstrativos, como “aquele gentio”, grupo social do qual José Carneiro Lobo não faz parte.

Em minha análise, destaquei os referentes que são retomados, ou seja, não considerei aqueles de única menção, uma vez que meu propósito foi justamente observar como os referentes são construídos e reconstruídos. Dessa forma, também agreguei à análise as nominalizações (formas de introdução de referentes e não de retomada), uma vez que ocorrem quando há relação com algo que foi dito anteriormente no texto (introdução ancorada, portanto).

Minha análise por meio de cadeias referenciais mostrou que um elemento depende de outro; nexos são estabelecidos, os quais propiciam a coesão: a tessitura (BEAUGRAND e DRESSLER) do texto, “os modos e recursos – gramaticais e lexicais – de inter-relação, de ligação, de encadeamento entre os vários segmentos (palavras,

orações, períodos, parágrafos, blocos superparagráficos) do texto” (ANTUNES, 2010, p.35).

Com relação à noção de cadeia referencial, entendida como o resultado do processo de introdução e retomada de um mesmo referente, posso dizer que, nas três Cartas analisadas, as cadeias são construídas por diferentes elementos linguísticos, como expressões nominais definidas e indefinidas, pronominalização, numerais etc. Rastreei a constituição de cadeias referenciais, por meio das quais verifiquei “a dinâmica dos processos de referenciação” (RONCARATI, 2010, p.18).

Identifiquei alguns encapsulamentos, como “Esse”, e algumas nominalizações, como “motivo”, “razão” e “obstáculo”. Estas revelam a subjetividade do produtor dos textos, uma vez que funcionam como recursos argumentativos para enfatizar que está difícil conseguir pessoal para a construção da ponte. Esses rótulos, segundo Koch e Elias (2009, p.154), “são recursos importantes para levar o leitor em direção às conclusões desejadas, isto é, para que o leitor apreenda a orientação argumentativa do texto”.

Selecionei três documentos que falam sobre a construção da ponte do rio Jaguaricatu, no século XIX. Meu propósito foi fazer um paralelo entre a construção física da ponte com a construção de objetos de discurso; enfim, com a construção do texto. Da mesma forma que a ponte física necessita de dois lados para poder se constituir, preciso do “outro”, do meu interlocutor, para construir objetos de discurso.

Referencio, aqui, novamente, Giovani e Souza (2014, p.62), os quais entendem que “a imagem da ponte corporifica a relação de alteridade [...]. A ponte não é linha divisória entre os sujeitos, ela pode ser entendida como fronteira, que pode ser de contato ou de atrito”.

Finalmente, portanto, sustento que a linguagem, a referenciação, a identidade e a subjetividade também são espécies de “ponte”, se é que tudo isso não pode ser considerado apenas uma única ponte – “a grande ponte-vida” – já que as linhas que separam as diferentes pontes tratadas neste trabalho são muito tênues. É nessa “grande ponte-vida” que os sujeitos se autoconstroem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Apresentação. In: VASCONCELOS, Celciane Alves; AGUILERA, Vanderci de Andrade (Orgs.). **Scripturae na Vila de Pernagoa: documentos setecentistas**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

ANTUNES, Irandé. **Análise de textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

APOTHÉLOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. Os gêneros do discurso. In: **Estética da Criação Verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. 1925. **O mal-estar da pós modernidade**. Tradução Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama; revisão técnica Luís Carlos Fridman. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1998.

BAGNO, Marcos. Sobre peixes e linguagem. In: ANTUNES, Irandé. **Análise de textos: fundamentos e práticas**. Parábola Editorial, 2010.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Tradução e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BENÇAL, Dayme Rosane. **O alçamento de médias altas e o abaixamento de altas na pauta pretônica nos manuscritos castrenses do século XIX**. 2014. 404 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

BLIKSTEIN, Izidoro. 1938. **Kaspar Hauser ou A fabricação da realidade**. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

BRAIT, Beth. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

BRAIT, Beth; CAMPOS, Maria Inês Batista. Da Rússia czarista à web. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin e o Círculo**. São Paulo: Contexto, 2009.

BURKE, Peter. Estereótipos do outro. In: **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru-SP: EDUSC, 2004.

CONTE, Maria-Elisabeth. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

CUNHA, Angélica Furtado da; COSTA, Marcos Antônio; MARTELOTA, Mário Eduardo. Linguística. In: MARTELOTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

DAHLET, Patrick. Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GIOVANI, Fabiana; SOUZA, Nathan B. **Bakhtin e a Educação: a ética, a estética e a cognição**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. El espectáculo del 'Otro'. In: **Sin garantías**: Trayectorias y problemáticas en estudios culturales. Instituto de Estudios Sociales e Culturales, Pensar, 2010.

HOUAISS, Antônio e VILAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Org.). **Introdução às ciências da linguagem**: Discurso e textualidade. Campinas/SP: Pontes Editores, 2006.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1990.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Referenciação e orientação argumentativa In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Org.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **As tramas do texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

_____; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever:** estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.

MACHADO, Irene A. Os gêneros e o corpo do acabamento estético. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Org.). **Referenciação e discurso.** São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Cognição, linguagem e práticas interacionais.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola, 2008.

MARTINS, Waldiney Corrêa; ROMAN, Elódia Constantino. A construção do adjetivo e do advérbio em textos argumentativos. In: Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários, 3, 2014, Maringá. **Anais eletrônicos do III Cielli.** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2014.

MELO, Lélia Erbolato. Estrutura da narrativa ou gêneros, mundos, lugares discursivos & companhia? In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Discursos e identidades em sala de aula de leitura de L1: a construção da diferença. In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Língua(gem) e identidade:** elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Org.). **Referenciação.** São Paulo: Contexto, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica:** linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola editorial, 2003.

RONCARATI, Cláudia Nívia. **Cadeias do texto:** construindo sentidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SANTOS, Junior Cesar Gonçalves dos; ROSAS, Celbo Antonio Ramos da Fonseca; SANTOS, Ana Flávia Borges dos. Dinâmica territorial rural da microrregião de Jaguariaíva – PR. In: **Anais Semana de Geografia**. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

VOLOSHINOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

_____. **Discurso na vida e discurso na arte:** sobre poética sociológica. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza. Circulação restrita, 1989.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Nº Doc.: 02
Composição: fól. 1r
Tipologia: Carta Oficial
Datação: 15 de setembro de 1829
Assunto/resumo: Resposta ao pedido de melhoria na estrada e construção de ponte
Autor: José Carneiro Lobo

Ressebi o officio de Vossas Senhorias e Vejo o Seu Conteúdo que Respondo he verdade que o Excelentissimo Senhor Presidente Ordenou-me eu mandasse fazer a ponte do Rio Jaguaricatu <Jaguaricetu>; Com todo o esforço paguei a dar providencias a factura da dita ponte, querendo tratar a empreitada não me foi possível achar quem quizesse empreitar; Escrevi Com vidando para a obra Thome detal morador em Vila de Itapetininga este me respondeu que padecia Molestia de Reumatismo heç he motivo que não podia vir fazer a dita ponte; logo procurei attractar Com hum Daniel detal morador na Fabrica do ferro que tam bem sobre respondeu-me que não podia por andar Com Sua tropa Carregada trabalhando que lhe não faria Conta largar dela; Fiquei desenganado de não achar mestre Sofficiente tive no ticia que na Fazenda do Tenente Antonio fogaça parava hum Carpinteiro andante denome Manoel Marques por medizerem Ser bom Carpinteiro Xameio por um officio feito a dito Tenente Fogaça elogo veio eu querendo tractar a dita ponte Com elle respondeu-me que nunca tinha feito ponte e que o Seu officio que elle aprendeu era engenharia fiquei desenganado; vendo eu que não achava Mestre; aprontei lavradores e fui ao lugar Jaguaricatu pus amadera proutalavrada de Coatro face no Cavaco levando mantimentos para monicio economico desfiz o dito monicio tornei a esta Villa para termos Com a mesma gente quando que me foçe possível adezanove do Junho tornei a hir ao dito lugar levando gente e mantimentos Sofficiente tratei com Antonio (Gabriel) e Daniel Leite para ambos hirem levantar e servirem de mestre pagandolhe Seos Jornais e Como elles Sam melecia nos officiei ao Senhor Tenente Lourenco Marcondes pedindo aqueles dois melicianos para aquella obra publica prontamente mandou ordem para mea Compa

Nº Doc.: 02
Composição: fól. 1v
Tipologia: Carta Oficial
Datação: 15 de setembro de 1829
Assunto/resumo: Resposta ao pedido de melhoria na estrada e construção de ponte
Autor: José Carneiro Lobo

Para meacompanharem pagando os Seos Jornais Com
petente, Tratei Com os dois Carpinteiro para Sairem
atras de mim oito dias logo que xeguei no dito lu
gar Jaguaricatu aprontei os Carreadores e meti
tres Carretoins Com a boiada Competente a Condu
zis as madeiras e pus toda a madeira no Barran
co do Rio no lugar onde Se alevantar adita
ponte adita madeira hé muito boa toda hé de
Serne lavrada de Coatro faça Como a Sima diçe
tem madeira antes que Sobre do que falte faltan
do Somente para estimala por ta toda esta madeira no
Barranco do Rio Como a Sima diçe ; Fazendo
vinte e tantos dias des pois que desta Sahi eja eu
devolta por não poder mais esperar os dois Car
pinteiros pela grande demora e não termais que fa
zer Com aquela gente e Ser o lugar muito perigo
zo do gentio barbaro pus me devolta Como a Si=
ma diçe em Caminho em Contrei Com Cartas
de ambos vindo a Carta do Daniel Sem a Si
narçe Cujas Cartas em cluza Remeto para
Vossas Senhorias verem estes Sam os obstaculo que te
nho em Contrado heça hé a Razaõ denão estar
adita ponte pronta e hé muito publico a falta que
tem nesta Villa de Carpinteiros tanto a Sim que
fis diligenceas por Carpinteiros de otras Vilas eos
não pude axar não sei Sehão per aquele lu=
gar Ser muito perigozo do gentio que não pude a
xar quem quizeçe vir fazer bem entendido aqueles
ofeceaes defora, que os da terra não tem que Repu
ginarem por Ser obra publica

Para esta obra Recebe de
meo Pay o Coronel Luciano Carneiro Lobo Sem
mil reis por ponte do Sargento Mor Novais e outro

Nº do Doc.: 02
Composição: fól. 2r
Tipologia: Carta Oficial
Datação: 15 de setembro de 1829
Assunto/Resumo: Resposta ao pedido de melhoria da estrada e construção de ponte
Autor: José Carneiro Lobo

Eoutro Sem por Conta delle eu inda não fis a
 Conta do que nella des pendi por hiço iguino o dito
 que Resta *por* ter meficado os aSentos em Jaguar<a>
 brebe mando vir afim deca fazer verdadeiramente a
 Conta do que des pendi em tam farei Ver aVossas Senhorias
 aplicarem para oConsumo da dita obra;

Hoje meaxo Reformado por deCreto de 15 deDezembro
 do anno *próximo passado* pois quero des cançar que atrinta etan
 ttos annos tenho Servido Com deligencia ao Noso
 Augusto Imperador eDeus guarde aVossas Senhorias por muitos anos
 Villa deCastro 15 de *outubro* de1829

Ilustríssimos

Senhores Prezidente e Membros
 daCamara Munissipal

JoseCarneiro Lobo
 Capitão Mor Reformado

Anexo 2

Respebi ali attentamente o Off.^o que V.^{as} Tedi-
 gnarão dirigir-me em data de 11 de Fevereiro pp-
 do Corrente anno e fco certo de todo o Ser Contheu-
 do e como V.^{as} hão por bem encarregar-me da fac-
 tura da Ponte do Rio de Taquaricatu cuja obra
 pertendo se conclua the fins de Maio proximo por-
 turo quando não hajao temporais q' estorvem os Ser
 trabalhos: E como V.^{as} par Representao amandas apor-
 ontar os deus Carpinteiros q' deuem his trabalhar
 em ditas obra tenho de levar ao Contheim de V.^{as}
 que os q' meparesem mais sufficientes p' ofim
 expellido São Antonio Poncaluy e Daniel Leite
 os quais deuem estar prontos para logo q' se findarem
 os dias Santos de Páscoa pagando sellos os Ser for-
 nays Customados e Sen intanto e coorres apereirad-
 de alguma outra Couza cujas providencijs não po-
 ssao Ser proximo providenciadas Deprecearei ad V.^{as}
 p' meprestarem os indicadores auxilios que me prome-
 tem tendo de mais apastefispar ad V.^{as} q' fira de
 m parte afazer todo o exporeo q' anna obra se
 fectue logo e com aquella perfeicao q' eu deverei
 pelo interesse q' tenho em servir nesta parte ao
 Estado da Nacao.

D.^o ad V.^{as} p' felix annu
 Villa de Castro em 23. de Março de 1830

J.^o mos Ser. Presidente e Secretory

Nº Doc.: 05
Composição: fól. 1r
Tipologia: Carta Oficial
Datação: 23 de março de 1830
Assunto/resumo: Resposta ao pedido de construção da ponte do rio Jaguaricatu e declaração dos nomes dos carpinteiros ajustados
Autor: José Carneiro Lobo

Ilustríssimos Senhores

Ressebi eli attentamente O Officio que Vossas Senhorias Sedi=gnaraõ diriger=me em dacta de 11 de Fevereiro *passado próximo* do Corrente anno efico certo dettudo o Seo Contheu=do eComo Vossas Senhorias haõ por bem encarregar=me da factura daPonte do Rio de Jaguaricátu Cujá obra pertendo Se conclua thé fins de Maio proximo facturo quando não hajaõ temporais *que* estorvem os Seos trabalhos: E como Vossas Senhorias Seprestaõ amandar apr=ontar os dous Carpinteiros *que* devem hir trabalhar em dita obra tenho delevar ao Conhecimento de Vossas Senhorias que os *que* meparessem mais sufiçientes para ofim exhigido São Antonio Gonçalves eDaniel Leite os quais devem estar prontos para logo *que* Sefindarem os dias Santos da Pascoa pagando selhes os Seos Jor=nais Custumados e Seno intanto o correr aperçizaõ de alguma outra Couza Cujas providençias não possaõ Ser por mim providenciadas Deprecarei aVossas Senhorias para meprestarem os indicados auxiliar que meprometem tendo demais apartissipar aVossas Senhorias *que* ficaõ de mesma parte afazer todos os exforços *que* amesma obra See=fectue logo eCom aquella perfeiçaõ *que* eu dezejo pelo interesse *que* tenho emservir nesta parte ao=Estado ea Naçam.

Deos guarde aVossas Senhorias por felizes annos
Villa de Castro em 23. de Março de 1830.

Ilustríssimos Senhores Prezidente eVereadores

Dacamará Monseñor de la Villa

José Carmelo Lobo

Nº Doc.: 05
Composição: fól. 1v
Tipologia: Carta Oficial
Datação: 23 de março de 1830
Assunto/resumo: Resposta ao pedido de construção da ponte do rio Jaguaricatu e declaração dos nomes dos carpinteiros ajustados
Autor: José Carneiro Lobo

Dacamara Munissipal desta Villa

Jozé Carneiro Lobo

Nº Doc.: 07
Composição: fól. 1r
Tipologia: Carta Oficial
Datação: 17 de setembro de 1830
Assunto/resumo: Recrutamento de mais carpinteiros para a feitura da Ponte do Rio Jaguaricatu
Autor: José Carneiro Lobo

Ilustríssimos Senhores Prezidente e Vereadores da Camara Municipal

AXandome emcaregado da fatura da Ponte do Rio Jaguaricatu, etendo marcado o dia de hoje amesma marxa para aquelle lugar ehir dos principio aque le servisso aConteçe que So mexegaraõ Coatro eos Carpinteiros, faltando me os mais todos da lista Junto apezar doSargento mor Comandante dar as mais apertadas ordens para estes individuos virem trabalhar naquella obra vencendo Seos jornaes os dias que tra balhare, huns deraõ por dedoentes e[outros] esconde raõ se eoutros desobedeseraõ depois deno tificados e por que não poço deixar de ir Com estes mesmos Se= gundo omeo destino por tanto depreco aVossas Senhorias dapate do Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Prezidente hajaõ dedar as provi videnças nessarias aeste Respeito por Ser hua obrataõ interessante ao bem publico e aNaçaõ, mandando e- mediatamente ofiçando ao Comandante ouaquem Suas vezes fizer equando em meo alcance eSeguimento estes individuos robustos paraSeempregarem naquella obra por fal ta daquelles que faltarem apontados nalista huns por doentes otros por aozentes, Este meo deprecado hé Se= gundo aordem do Ilustríssimo e ExcelentíssimoSenhor Prezidente que ofeçi ou aVossas Senhorias dadata de 22 de Marco de 1830./. eDeus guarde aVossas Senhorias por muitos anos Villa deCastro 17 de Setembro de 1830./.

Ilustríssimos

Senhores Prezidente e Vereador
da Camara Municipal

Jozé Carneiro Lobo